

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

廉 政 公 署

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

2017

2017

澳門廉政公署工作報告

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO
DE MACAU

目 錄

ÍNDICE

前言	6325	PREÂMBULO	6325
第一部分 案件處理總體情況	6327	SECÇÃO I – SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO DE PROCESSOS	6327
第二部分 第六屆立法會選舉	6329	SECÇÃO II – ELEIÇÕES PARA A 6.ª ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	6329
一、選舉違法行為的監察及執法工作	6329	I. Trabalhos relativos à supervisão dos actos ilícitos eleitorais e à execução da lei	6329
二、廉潔選舉的宣傳工作	6331	II. Acções de sensibilização para as eleições limpas	6331
三、完善打擊賄選法律制度	6332	III. Aperfeiçoamento do regime jurídico de combate à corrupção eleitoral	6332
第三部分 反貪工作	6335	SECÇÃO III – COMBATE À CORRUPÇÃO	6335
一、概述	6335	I. Introdução	6335
二、刑事舉報及立案簡介	6336	II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos	6336
三、經公署偵辦的部分刑事案件摘要	6336	III. Sumário de alguns casos criminais investigados pelo CCAC	6336
四、跨境案件協查	6341	IV. Cooperação transfronteiriça	6341
五、法院判決	6341	V. Sentenças judiciais	6341
六、財產及利益申報工作	6345	VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses	6345
第四部分 行政申訴	6347	SECÇÃO IV – PROVEDORIA DE JUSTIÇA	6347
一、概述	6347	I. Introdução	6347
二、專案調查	6348	II. Inquéritos	6348
三、案件摘要	6363	III. Sumário de casos	6363
四、統計	6371	IV. Estatística	6371
第五部分 宣傳教育	6375	SECÇÃO V – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	6375
一、公私營機構防貪教育	6375	I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado	6375

二、青少年廉潔教育.....	6376	II. Educação para a integridade da juventude	6376
三、社區推廣工作.....	6378	III. Acções de promoção comunitária.....	6378
第六部分 對外交流與培訓	6379	SECÇÃO VI — INTERCÂMBIO COM O EXTE- RIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO	6379
一、接待來訪.....	6379	I. Recepção de delegações	6379
二、外訪及參與區域、國際會議	6379	II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais	6379
三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議	6380	III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	6380
四、人員培訓.....	6380	IV. Formação dos trabalhadores.....	6380
第七部分 附件.....	6381	SECÇÃO VII — ANEXOS.....	6382
附件一 廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報） 流程圖	6381	Anexo I — Fluxograma sobre o processo de trata- mento de queixas e denúncias	6382
附件二 廉政公署組織架構圖	6383	Anexo II — Organograma do Comissariado contra a Corrupção	6384

前言

2017年澳門特別行政區第六屆立法會選舉順利進行，依法選舉產生了新一屆的立法會議員。廉政公署嚴格按照法律的規定，認真履行打擊賄選的職責，積極展開廉潔選舉的宣傳工作。在各個執法部門的相互配合和社會各界的大力支持下，賄選及其他選舉違法的情況已較往屆有所改善，市民廉潔選舉的意識不斷增強，澳門的選舉文化正朝著更加公平、公正、廉潔的方向邁進。

2017年終審法院對檢察院前領導涉嫌貪腐的案件進行審理，公署的調查人員出庭作證，依法配合法院的審理工作，法院的有罪判決彰顯了“天網恢恢，疏而不漏”的社會公義。公署去年偵破的刑事案件中，有的涉及公職人員利用職務之便以權謀私、濫用職權、巨額詐騙，還有多宗涉及政府部門審批“重大投資移民”、資助項目及公共服務等程序中的偽造文件及詐騙公帑

PREÂMBULO

As Eleições para a 6.^a Assembleia Legislativa da RAEM em 2017 realizaram-se com sucesso, e nos termos da lei foram eleitos os deputados para a nova Assembleia Legislativa. O Comissariado contra a Corrupção (CCAC), no cumprimento rigoroso da lei, desempenhou com seriedade as suas funções de combate à corrupção eleitoral, desenvolvendo activamente acções de divulgação relativas à integridade eleitoral. Com a cooperação mútua das diferentes autoridades competentes e o grande apoio dos diversos sectores da sociedade, registou-se um melhoramento em relação à situação da prática de crimes de corrupção eleitoral e de outras infracções eleitorais em comparação com as eleições anteriores, tendo ficado demonstrado também uma crescente consciência de integridade eleitoral por parte dos cidadãos, e assim encaminhando a cultura eleitoral de Macau para um passo que a torna mais justa, imparcial e íntegra.

Em 2017, o Tribunal da Última Instância julgou o caso suspeito da prática de crimes de corrupção pelo ex-dirigente do Ministério Público, tendo o pessoal do CCAC prestado os respectivos depoimentos no tribunal, cooperando assim com a tarefa de julgamento levada a cabo pelo tribunal. A sentença condenatória proferida pelo Tribunal demonstrou a justiça social traduzida na ideia de que «a justiça tarda mas não falha». De entre os casos criminais resolvidos pelo CCAC no ano transacto, registaram-se casos de abuso de poder para fins particulares através do aproveitamento de funções pelos trabalhadores da função pública, de abuso de poder, de burla de valor consideravelmente elevado, bem como condutas criminais de falsificação de documentos e de burla ao erário público, praticadas no âmbito dos processos instruídos pelos serviços públicos relativamente à «imigração por investimento relevante», à concessão de subsídios, à prestação de serviços públicos, entre outros. Tais casos revelam que os respectivos processos de

的犯罪行為，當中反映出部門的審批程序不嚴謹、查核機制不健全，需要特區政府及各個公共部門高度重視。

公署2017年3月公佈調查報告，揭示近年文化局違反開考及中央招聘的法律規定，繞過上級機關的審批和監管，以取得勞務的方式長期大量聘用工作人員，當中存在招聘信息不公開、甄選方式不嚴謹、涉嫌違反迴避制度及任人唯親等問題；公署2017年10月公佈調查報告，指出氣象局的颱風預報高度依賴局長的個人決策，程序不規範、標準不透明，存在相當的隨意性，內部的人事及設施管理皆存在嚴重問題，對此該局領導負有不可推卸的責任。

公署的調查報告公佈之後，特區政府十分重視，文化局和氣象局的相關領導亦先後被依法提起紀律程序。相關的事件反映出部分公共部門領導“依法行政”的意識尚有待加強，“科學決策”的能力尚有待提高。此外，特區政府應檢討有關公職人員紀律處分的法律規定，及早完善領導及主管人員的問責制度，真正做到“有權必有責”。

習近平總書記在中國共產黨第十九次全國代表大會上所作的報告指出，在過去的五年中，全面從嚴治黨成效卓著，不敢腐的目標初步實現，不能腐的籠子越紮越牢，不想腐的堤壩正在構築，反腐敗鬥爭壓倒性態勢已經形成並鞏固發展。雖然澳門與內地的社會環境和法律制度不同，但是內地在反腐敗領域的堅定決心和巨大成就，必然會對澳門的長治久安起到深遠的影響。公署作為特區專責反貪的部門，將會積極借鑒內地反腐敗工作

apreciação e de aprovação levados a cabo pelos serviços públicos não são rigorosos e que os mecanismos de supervisão são deficientes, necessitando assim de uma maior atenção que deve ser prestada por parte do Governo da RAEM e dos diversos serviços públicos.

Em Março de 2017, o CCAC publicou um relatório de investigação, onde revelou a violação das disposições legais relativas ao concurso e ao recrutamento centralizado por parte do Instituto Cultural (IC), tendo o pessoal em causa escapado à obtenção da necessária autorização e supervisão do órgão superior para recrutar, de forma constante, um grande número de trabalhadores mediante o modelo da aquisição de serviços. Os problemas que se destacam com esta situação são sobretudo a falta de publicidade de informações sobre recrutamento, a utilização de métodos de selecção não rigorosos, a suspeita de incumprimento do regime de impedimentos, o nepotismo, entre outros. Por outro lado, no relatório de investigação publicado pelo CCAC em Outubro de 2017, referia-se que o poder decisório relativo à previsão de tufões pela Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) era altamente dependente do director, recorrendo-se a procedimentos irregulares e critérios não transparentes, existindo ainda um grau considerável de arbitrariedade. Além disso, deparou-se com a existência de problemas sérios relativos à gestão interna do pessoal e dos equipamentos, devendo o pessoal de direcção daqueles Serviços assumir uma responsabilidade iniludível.

Após a publicação dos referidos relatórios de investigação do CCAC, o Governo da RAEM atribuiu grande importância aos mesmos, tendo procedido à instauração de processos disciplinares contra o respectivo pessoal de direcção do IC e dos SMG de acordo com a lei. Os acontecimentos acima referidos demonstram que algum pessoal de direcção dos serviços públicos necessita de reforçar a sua consciência sobre o conceito de «administrar de acordo com a lei», bem como elevar a sua capacidade de «tomar decisões pelo método científico». Por outro lado, o Governo da RAEM deve proceder à revisão da regulamentação jurídica do regime disciplinar do referido pessoal da função pública, aperfeiçoando, com a maior brevidade possível, o regime de responsabilização do pessoal de direcção e chefia, concretizando efectivamente o princípio de «quem tem poder tem responsabilidade».

No relatório apresentado pelo Secretário-geral, Xi Jinping, no 19.º Congresso do Partido Comunista da China, referiu-se que, nos últimos cinco anos, se registou um bom desempenho em relação à plena gestão intransigente dos assuntos do Partido. A política de alcançar o objectivo de criar um ambiente político em que «ninguém se atreve ser corrupto» foi preliminarmente concretizada, a política de «ninguém pode ser corrupto» tornou-se cada vez mais consistente, sendo que também a política de construção de uma «barragem» no sentido de «ninguém querer ser corrupto» se encontra igualmente numa fase de concretização. Assim, o grande êxito obtido na luta contra a corrupção foi já atingido e encontra-se a ser desenvolvido de forma consistente. Não obstante os ambientes sociais e sistemas legais de Macau e do Interior da China serem diferentes, a determinação firme e o grande sucesso conseguidos na área do combate à corrupção do Interior da China terão uma influência profunda para Macau no sentido de alcançar a estabilidade social a longo prazo. O CCAC, enquanto órgão responsável pela anticorrupção, e tendo como referência a experiência tida

的成功經驗，嚴格履行反貪及行政申訴的法定職責，致力完善澳門反腐倡廉的制度建設。

二零一八年三月

廉政專員
張永春

第一部分
案件處理總體情況

2017年，廉政公署（下稱“公署”）共接獲1,264宗投訴及舉報個案，其中，屬反貪範疇的有545宗，屬行政申訴範疇的有719宗。

2013-2017年收案數字

年份	2013	2014	2015	2016	2017
數字	896	865	793	910	1,264

在公署接獲的個案中，由公署主動跟進的有19宗，協查個案有12宗，由其他公共機關轉介的有48宗，其餘案件均來自市民的投訴或舉報，其中具名或願意提供個人資料的有500宗，匿名或請求匿名的則有685宗。

com sucesso no âmbito do trabalho de anticorrupção no Interior da China, vai cumprir rigorosamente as atribuições legais no âmbito do combate à corrupção e da provedoria de justiça, envidando esforços para aperfeiçoar a construção do sistema de prevenção e repressão da corrupção.

Em Março de 2018.

O Comissário contra a Corrupção
Cheong Weng Chon

SECÇÃO I
SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO
DE PROCESSOS

Em 2017, o Comissariado contra a Corrupção (adiante designado por CCAC) recebeu um total de 1.264 queixas e denúncias, das quais 545 da área do combate à corrupção e 719 da área da provedoria de justiça.

Número de participações recebidas entre 2013 e 2017

Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Total	896	865	793	910	1.264

De entre o total de casos, 19 foram investigados por iniciativa do CCAC, 12 foram investigados por solicitação de autoridades do exterior, 48 foram remetidos por outras entidades públicas e os restantes tiveram origem na apresentação de queixas ou denúncias por parte de cidadãos. Destes, 500 casos foram apresentados com identificação do queixoso ou com a disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais, enquanto 685 foram queixas ou denúncias anónimas ou com pedidos de confidencialidade relativamente à identidade do queixoso.

2015-2017年按收案來源的統計數字

收案途徑		2015		2016		2017	
		數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
市民的投訴或舉報	具名或願意提供個人資料	407	51.3%	428	47.0%	500	39.6%
	匿名或請求匿名	357	45%	411	45.2%	685	54.2%
公署主動跟進		10	1.3%	29	3.2%	19	1.5%
協查案件		4	0.5%	19	2.1%	12	0.9%
公共機關轉介		15	1.9%	23	2.5%	48	3.8%
收案總數		793	100%	910	100%	1,264	100%

Estatística das participações recebidas entre 2015 e 2017 segundo a origem

Origem		2015		2016		2017	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Queixas ou denúncias dos cidadãos	Com identificação ou disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais	407	51,3%	428	47,0%	500	39,6%
	Anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso	357	45%	411	45,2%	685	54,2%
Intervenção por iniciativa do CCAC		10	1,3%	29	3,2%	19	1,5%
Casos remetidos por autoridades exteriores		4	0,5%	19	2,1%	12	0,9%
Casos remetidos por entidades públicas		15	1,9%	23	2,5%	48	3,8%
Total		793	100%	910	100%	1.264	100%

同年公署接收投訴及舉報的方式以網上投訴、函件及電話為主，分別有306宗、304宗及222宗，網上投訴佔全年收案總數的24.2%，函件及電話各佔24%及17.6%；市民透過電子郵件投訴或舉報的有198宗，佔全年收案總數的15.7%，而選擇親身投訴或舉報的有188宗，佔全年收案總數的14.9%。

Em 2017, os meios mais utilizados na apresentação de queixas e denúncias ao CCAC foram a apresentação *online*, a via postal e a via telefónica, registando-se 306 casos, 304 casos e 222 casos, respectivamente. A apresentação *online* representa uma percentagem de 24,2% do total das participações recebidas, enquanto 24% e 17,6% foram apresentados por via postal e através de telefone, respectivamente. Para além disso, é de referir que 198 casos foram apresentados *online*, enquanto 188 casos foram apresentados pessoalmente por cidadãos, representando respectivamente percentagens de 15,7% e de 14,9% do total das participações recebidas.

2015-2017年按收案方式的統計數字

收案方式	2015		2016		2017	
	數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
函件 / 書信	263	33.2%	260	28.6%	304	24%
電話	153	19.3%	142	15.6%	222	17.6%
親身	199	25.1%	176	19.3%	188	14.9%
電子郵件	125	15.8%	127	14.0%	198	15.7%
網上投訴	41	5.2%	176	19.3%	306	24.2%
傳真	2	0.2%	0	0%	27	2.1%
公署主動跟進	10	1.2%	29	3.2%	19	1.5%
收案總數	793	100%	910	100%	1,264	100%

**Estatística das participações recebidas entre 2015 e 2017
segundo a forma de apresentação**

Forma de apresentação	2015		2016		2017	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Via postal	263	33,2%	260	28,6%	304	24%
Telefone	153	19,3%	142	15,6%	222	17,6%
Apresentação pessoal	199	25,1%	176	19,3%	188	14,9%
Correio electrónico	125	15,8%	127	14,0%	198	15,7%
Apresentação de queixa <i>online</i>	41	5,2%	176	19,3%	306	24,2%
Fax	2	0,2%	0	0%	27	2,1%
Intervenção por iniciativa do CCAC	10	1,2%	29	3,2%	19	1,5%
Total	793	100%	910	100%	1.264	100%

截至年底，公署結案983宗，其中偵查終結並分別移送檢察院或歸檔的刑事案件有537宗，完成處理並歸檔的行政申訴案件有446宗。

2017年，公署共接獲不同性質的求助查詢個案1,429宗，其中涉及刑事方面為793宗，行政申訴方面為636宗。

Até final do ano, foi concluída a investigação de 983 casos pelo CCAC. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de 537 casos, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 446 casos foram dados por concluídos e arquivados.

O CCAC recebeu ainda, em 2017, 1.429 pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias, sendo 793 relacionados com matéria criminal e 636 relacionados com matéria administrativa.

第二部分 第六屆立法會選舉

2017年9月17日，澳門特別行政區第六屆立法會選舉順利完成，依法選舉產生了澳門新一屆立法會的14名直選議員和12名間選議員。在前後將近半年的立法會選舉過程中，公署不僅嚴格按照法律的規定，認真履行打擊賄選的職責，而且在社會各界的配合下，積極展開廉潔選舉的宣傳工作。

一、選舉違法行為的監察及執法工作

在打擊賄選及其他選舉違法行為的權限方面，公署不僅根據《廉政公署組織法》第3條的規定，對在選舉中實施的貪污犯罪等行為依法進行調查，而且根據《立法會選舉法》第184條的規定，與立法會選舉管理委員會及治安警察局緊密配合共同處理選舉中的輕微違反。

SECÇÃO II ELEIÇÕES PARA A 6.ª ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em 17 de Setembro de 2017, as eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa da RAEM realizaram-se com sucesso, e nos termos da lei foram eleitos 14 deputados por sufrágio directo e 12 deputados por sufrágio indirecto para a nova Assembleia Legislativa de Macau. No decurso do processo eleitoral para a Assembleia Legislativa, que levou cerca de seis meses, para além de ter realizado com seriedade a sua função de combate à corrupção eleitoral em cumprimento rigoroso da lei, o CCAC desenvolveu activamente uma série de acções de divulgação sobre eleições limpas com a cooperação dos diferentes sectores da sociedade.

I. Trabalhos relativos à supervisão dos actos ilícitos eleitorais e à execução da lei

No que concerne às competências no âmbito de combate à corrupção eleitoral e outros actos ilícitos eleitorais, o CCAC não só procedeu às investigações dos actos de corrupção eleitoral praticados no decorrer das eleições em cumprimento do artigo 3.º da «Lei Orgânica do CCAC», como tratou, em estreita colaboração com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL) e o Corpo de Polícia de Segurança Pública, os casos de contravenções verificados no decorrer das eleições, de acordo com o artigo 184.º da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da RAEM.

為履行好打擊賄選的法定職責，公署反貪局從2016年下半年便開始制定有關的工作計劃，在總結過往幾屆立法會選舉執法工作經驗的基礎上，結合2016年底新修改的《立法會選舉法》與公署權限有關的內容，精心部署2017年立法會選舉的反賄選監察和執法工作。

2017年3月13日行政長官頒布行政命令，訂定2017年9月17日為立法會選舉日，標誌著第六屆立法會選舉程序正式開始。有意參加立法會選舉的人士和團體相繼展開備選工作，而公署防範和打擊賄選及其他選舉不法行為的執法工作也隨之全面鋪開。

近年直接購買選票的賄選情況已經基本絕跡，但是競選團體在選舉期間以會慶、助學、敬老、過節等名義提供免費餐飲、旅遊或派發禮金、禮物的活動數量眾多，當中有時會摻雜一些競選宣傳行為，可能構成賄選罪。公署一方面透過廉潔選舉的宣傳，讓社會清晰了解“提供福利不得與選舉掛鉤”的法律底線，另一方面全面加強監察執法的力度。

2017年3月至9月，公署有計劃、按部署開展反賄選監察工作，在這六個月內進行實地巡查行動共5,089次，包括巡查酒樓等聚餐宴會場所2,907次，巡查社團舉辦的會慶等活動1,850次，巡查派發津貼及旅遊等活動332次。公署執法人員的巡查對在活動中可能發生的賄選行為起到了有效的預防和震懾效果。

在9月17日的立法會選舉投票日，公署更特別加強了監察執法的工作力度，巡查的地點除了各個投票站外，還包括接送選民的車站及各大餐飲場所，投票日當天的實地巡查行動共1,900多

Para poder melhor cumprir a função de combate à corrupção eleitoral, a Direcção dos Serviços contra a Corrupção do CCAC procedeu, desde o segundo semestre de 2016, à elaboração do respectivo plano de trabalho. Com base na experiência de trabalho anteriormente tida no âmbito da execução da lei eleitoral nas eleições anteriores, conjugada com as alterações introduzidas à parte das competências do CCAC contantes da «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da RAEM» nos finais de 2016, o CCAC preparou escrupulosamente os trabalhos relativos à supervisão no âmbito de anticorrupção eleitoral e à execução da lei relativamente às eleições para a Assembleia Legislativa de 2017.

Em 13 de Março de 2017, o Chefe do Executivo emitiu uma Ordem Executiva, segundo a qual foi determinada a data do dia das eleições para a Assembleia Legislativa em 17 de Setembro de 2017, marcando assim o início oficial do processo eleitoral. Os indivíduos e as associações que pretendiam ser candidatos a deputado à Assembleia Legislativa iniciaram os respectivos trabalhos de preparação de candidatura, tendo também o CCAC iniciado cabalmente os seus trabalhos de execução da lei no âmbito da prevenção e de combate à corrupção eleitoral e outros actos ilícitos eleitorais.

Nos últimos anos, as situações de compra de votos encontram-se basicamente extintas, no entanto, registou-se um grande número de casos em que as associações que pretendiam candidatar-se às eleições para a Assembleia Legislativa organizavam, no período das eleições e a título de celebração de aniversários, de concessão de subsídios escolares, de respeito pelos idosos e de festividades, actividades que se destinavam a providenciar refeições gratuitas, viagens ou distribuição de presentes em dinheiro e prendas. Por vezes, tais actividades envolviam alguns actos de propaganda eleitoral, o que poderia implicar eventual prática de crime de corrupção eleitoral. O CCAC, por um lado, deu a conhecer claramente à sociedade as exigências mínimas legais no sentido de «não poder existir uma relação entre os benefícios concedidos e as eleições» através de acções de divulgação de eleições limpas, e, por outro, envidou mais esforços em prol da realização cabal dos trabalhos de supervisão e de execução da lei.

No período entre Março e Setembro de 2017, o CCAC realizou o trabalho de fiscalização no âmbito do combate à corrupção eleitoral em conformidade com o plano e os trabalhos preparatórios definidos, tendo sido realizado um total de 5.089 acções de fiscalização *in loco* naqueles seis meses, entre as quais 2.907 foram realizadas em restaurantes e locais para banquetes, 1.850 no decorrer de actividades organizadas por associações para celebração de aniversários, e 332 no âmbito da atribuição de subsídios e de actividades turísticas. As acções de fiscalização por parte dos agentes de autoridade do CCAC produziram efeitos eficazes relativos à prevenção e supressão de eventuais actos de corrupção eleitoral que poderiam ocorrer no decorrer das referidas actividades.

Em 17 de Setembro, o próprio dia de votação para a Assembleia Legislativa, o CCAC intensificou particularmente o seu esforço no trabalho de fiscalização, para além de várias assembleias de voto, os locais de fiscalização incluíram também estações de transportes que se destinavam a transportar os votantes e estabelecimentos de comida, tendo sido realizadas mais de 1.900 acções de fiscalização *in loco* no próprio dia de

次，其中巡查接送選民的車輛及人群聚集點1,235次，巡查酒樓宴會場所665次，並對發現的選舉違法行為作出即時處理。

在此次立法會選舉的過程中，公署與立法會選舉管理委員會緊密合作，為參選團體和各界選民舉辦有關《立法會選舉法》的講座，共同創建“立法會選舉投訴舉報”熱線電話和網上投訴平台，統一接受市民有關選舉違規、違法事項的投訴和舉報。自2017年3月18日至9月17日，熱線電話及網上平台共收到投訴和舉報206宗，求助和查詢252宗。

與往屆立法會選舉相比，此次選舉直選的參選組別最多，競爭也更為激烈，但是從公署收到的舉報數據和監察執法情況來看，疑似賄選及其他選舉違法情況已較往屆有所改善，社會各界的廉潔選舉意識不斷增強，選舉文化朝著更加公平、公正、廉潔的方向邁進。

二、廉潔選舉的宣傳工作

從2017年3月開始，公署便針對過往立法會選舉中出現的違規拉票、涉嫌賄選等違法行為，結合新修訂的《立法會選舉法》中的相關規定，展開全方位、多渠道、點面兼顧的廉潔選舉宣傳工作，讓選團和市民知法守法，依法參與選舉和行使公民權利，進一步提升選舉素質。

為讓社會各界了解立法會選舉的程序，以及賄選等選舉違法行為的法律規定，自2017年4月開始，公署與立法會選舉管理委員會共同舉辦了4場“立法會選舉法講解會”，同期公署還應部分高校和社團的邀請，舉辦了11場有關《立法會選舉法》的專場講座，參與人數超過2,000人。

公署透過報章廣告、戶外廣告、巴士廣告、報章專欄、電台及電視節目等各種渠道，廣泛傳播廉潔選舉的資訊及投訴舉報

votação, entre as quais 1.235 acções foram realizadas a veículos que se destinavam ao transporte de eleitores e aos pontos da cidade onde se registou grande concentração de pessoas, e 665 acções foram realizadas em restaurantes e locais para banquetes. O CCAC conseguiu dar um tratamento imediato aos actos ilícitos eleitorais detectados.

No decorrer destas eleições para a Assembleia Legislativa, o CCAC e a CAEAL tiveram uma cooperação estrita, ambas as partes organizaram conjuntamente palestras sobre a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa destinadas às listas de candidatura e eleitores de vários sectores, criaram também uma linha vermelha para a apresentação de queixas e denúncias relativas às eleições, e uma plataforma *online*, no intuito de receber, de forma uniformizada, as queixas e denúncias apresentadas pelos cidadãos, relativas a assuntos relacionados com eventuais ilícitos eleitorais. Entre 18 de Março e 17 de Setembro de 2017, através da referida linha vermelha e da plataforma *online*, receberam-se 206 queixas e denúncias e 252 pedidos de consulta.

Em comparação com as eleições anteriores para a Assembleia Legislativa, houve mais listas de candidatura por sufrágio directo nestas eleições, pelo que a competitividade foi mais forte. No entanto, de acordo com os dados de denúncias recebidos e a situação detectada na fiscalização e na execução da lei por parte do CCAC, verificou-se uma melhoria significativa no que diz respeito às situações suspeitas de corrupção eleitoral e de outras infracções eleitorais, e um progresso significativo relativamente à consciência sobre eleições íntegras dos vários sectores sociais quando em comparação com as eleições anteriores, o que simbolizou a entrada da cultura eleitoral num caminho mais justo, imparcial e íntegro.

II. Acções de sensibilização para as eleições limpas

A partir de Março de 2017, tendo como referência os actos ilícitos detectados nas eleições anteriores, nomeadamente a angariação de votos de forma ilegal e as suspeitas de corrupção eleitoral, o CCAC desenvolveu, a todos os níveis e através de diversos meios, acções de sensibilização para as eleições limpas em conformidade com as disposições relevantes da «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa», para que as listas de candidatura e os cidadãos sejam cumpridores da lei, participem nas eleições e exerçam os seus direitos cívicos nos termos da lei, e ainda para elevar a qualidade da eleição.

Para que todos os sectores sociais compreendam os procedimentos eleitorais para a Assembleia Legislativa e as disposições legais relativas à corrupção eleitoral ou a outros actos ilícitos eleitorais, desde Abril de 2017, o CCAC e a CAEAL organizaram conjuntamente quatro sessões de esclarecimento sobre a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa. Simultaneamente, o CCAC, por ser convidado por algumas instituições do ensino superior e associações, organizou 11 palestras relativas à «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa», contando ambas actividades com a participação de mais de 2.000 pessoas.

O CCAC divulgou, de forma alargada, informações relativamente às eleições limpas, a sua linha vermelha para a apresentação de queixas e denúncias e a plataforma *online* recorrendo a diversos meios, nomeadamente através da publicidade em jornais, da publicidade ao ar livre, da publicidade em autocarros, da publicação de artigos em jornais e de anúncios na rádio

熱線和網上平台，印製海報、單張、漫畫等各種宣傳品，並陸續推出廉潔選舉“學生篇”、“老師篇”、“運動員篇”等電視及電台廣告，針對不同的受眾進行宣傳。

在2017年3至6月期間，公署在本澳中學舉辦了“廉潔選舉知多D”學校戲劇巡迴演出，以形象化的戲劇表演方式，向中學生傳遞廉潔選舉的信息，受到學生們的歡迎。此次活動共有18家學校參加，28場演出共有4,000多名學生參與。

為配合市民尤其是年輕人利用新媒體獲取資訊的習慣，廉政公署微信（WeChat）公眾號於2017年6月正式開通，公署將賄選等選舉違法行為製作成有代表性的案例，透過社交網絡平台以圖文並茂的方式，傳送廉潔選舉信息，讓市民能夠知法守法。

為培養青年學生廉潔選舉的觀念，公署於2017年6月招募了83名中三至中六的學生參與“2017廉潔選舉義工隊”，不僅協助公署設立“廉潔選舉社區巡迴站”及派發廉潔選舉宣傳單張，更將廉潔選舉的信息傳遞給他們的家人、同學和朋友。

三、完善打擊賄選法律制度

第六屆立法會的選舉工作已經結束，無論是各個參選團隊還是負責組織選舉的政府機構都有對選舉過程中所取得的經驗進行分析和總結。作為專責反賄選的執法部門，公署對《立法會選舉法》與預防、監察和打擊賄選有關的法律規定及執法效果進行了深入的分析和檢討，認為部分內容尚有完善的空間。

2016年修改的《立法會選舉法》，完善了與打擊賄選有關的法律制度，並在此次選舉的執法中獲得了檢驗，例如規定在澳門境外發生的賄選等犯罪行為將同樣依法受到處罰，以及賦予公署執法人員進入特定私人場所的監察權限，使到公署在監察選舉活動時擁有了更加明確有力的法律保障。

e em programas televisivos. Para além disso, o CCAC produziu materiais promocionais, nomeadamente cartazes, folhetos e banda desenhada, lançando também publicidade variada na rádio e na televisão subordinadas ao tema das «Eleições Limpas» com as versões de «estudante», «professora» e «atleta», no sentido de promover acções de divulgação para diferentes destinatários.

Entre Março e Junho de 2017, o CCAC organizou actividades itinerantes de teatro sobre «Eleições Limpas» em várias escolas do ensino secundário locais, transmitindo aos alunos o conceito de «eleições limpas» através de espectáculos dramáticos e figurativos. Esta forma de actividades foi apoiada pelos alunos. Foram realizadas 28 sessões destas actividades nas 18 escolas, com a participação de mais de 4.000 alunos.

Em reconhecimento do hábito social relativo à recepção de informações com recurso às novas redes sociais por parte dos cidadãos, nomeadamente por jovens, o CCAC lançou, oficialmente, em Junho de 2017, uma conta própria na aplicação WeChat, no sentido de divulgar, através desta plataforma, informações sobre eleições limpas, nomeadamente alguns casos representativos, acompanhados de textos e gráficos, relativos à corrupção eleitoral ou a outros actos ilícitos eleitorais, para que os cidadãos sejam cumpridores da lei.

Para inculcar nos jovens estudantes os valores relativos ao conceito de eleições íntegras, em Junho de 2017, o CCAC seleccionou 83 alunos, do 3.º ano do ensino secundário geral ao 3.º ano do ensino secundário complementar, para serem integrados no «Grupo de Voluntários para as Eleições Limpas 2017», o grupo não só prestou apoio ao CCAC na realização da actividade denominada «Estação Itinerante Comunitária para Eleições Limpas» e ainda na distribuição de folhetos de divulgação sobre eleições limpas, mas também transmitiu as respectivas mensagens aos seus familiares, amigos e colegas.

III. Aperfeiçoamento do regime jurídico de combate à corrupção eleitoral

Concluídos os trabalhos relativos às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa, tanto as candidaturas como as entidades governamentais responsáveis pela organização das eleições procederam a uma análise e fizeram um balanço relativamente às experiências adquiridas durante o processo eleitoral. Enquanto autoridade competente para o combate à corrupção eleitoral, o CCAC procedeu a uma análise e revisão profunda sobre as disposições legais e os resultados na aplicação da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa no que diz respeito à prevenção, fiscalização e combate à corrupção eleitoral, considerando-se que existe ainda espaço para aperfeiçoamento nalgumas partes do seu conteúdo.

O regime jurídico relativo ao combate à corrupção foi aperfeiçoado pela Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa revista em 2016, o que se pôde verificar na execução da lei nestas eleições. A título de exemplo, prevê-se que actos criminosos tal como actos de corrupção eleitoral praticados fora de Macau são também puníveis nos termos da lei. Para além disso, aos agentes da autoridade do CCAC foi conferida a competência de fiscalização para entrar em determinados locais particulares, fazendo com que o CCAC disponha de garantias jurídicas mais claras e fortes para o desenvolvimento da sua acção no âmbito da fiscalização dos actos eleitorais.

新修改的《立法會選舉法》增加了選舉期間舉辦福利活動的申報制度，規定有候選人擔任職務的團體在舉辦提供福利的活動時，或者候選人參加該類活動時皆須申報。公署在執法過程中發現，至少在法律規定的申報期間內，選團舉辦的餐飲、旅遊、娛樂、發放津貼等福利活動與往屆相比大幅減少。

舉辦福利活動的申報制度首次在選舉中落實，雖然還存在各種各樣的問題，但實踐證明透過申報及公示機制，可以在不影響社團正常活動的前提下，減少以利益影響投票意向的疑似賄選情況的發生。公署認為，可在現有的基礎上考慮從以下幾個方面完善申報制度：

- 按照《立法會選舉法》的規定，社團及候選人申報福利活動的期間是選舉日之前的第十五日至選舉日，由於時間相對比較短，因此出現部分社團提前舉辦福利活動以規避申報的現象。建議在不影響社會正常活動的前提下，適當延長舉辦或參加福利活動的申報期間。
- 按照《立法會選舉法》的規定，社團及候選人申報福利活動的期間包括選舉“冷靜期”和投票日，建議對這兩天舉辦的福利活動加以更嚴格的限制，從而避免觸犯禁止宣傳或賄選的規定，淨化選舉的風氣。
- 《立法會選舉法》規定社團及候選人需要申報的福利活動包括提供餐飲、旅遊、娛樂、津貼及禮物等活動，但是並未就這些福利活動涉及的人數、金額及規模作出規定。考慮到賄選需要覆蓋一定數量的選民方能達到目

Foi introduzido na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa o regime de declaração para a realização de actividades destinadas a atribuir benefícios que se realizem durante o período das eleições, segundo o qual devem ser declaradas as actividades organizadas pelas associações em que os candidatos exercem funções e que se destinem à atribuição de benefícios, e/ou as actividades deste tipo em que os candidatos participem. No decorrer da sua acção, o CCAC verificou que durante o período de declaração legalmente previsto, registou-se, pelo menos, uma redução significativa no número de actividades organizadas pelas candidaturas destinadas a atribuir benefícios, tais como comidas e bebidas, viagens, actividades de entretenimento e de atribuição de subsídios quando em comparação com as últimas eleições.

O regime da declaração da realização das actividades destinadas a atribuição de benefícios foi implementado pela primeira vez nestas eleições. Apesar da existência ainda de várias questões, foi provado na prática que através de um regime de declaração e de publicidade, pode ser minimizada a ocorrência das situações suspeitas de corrupção eleitoral em que vantagem é oferecida para influenciar o sentido de voto, sem prejuízo da realização das normais actividades das associações. No entender do CCAC, com base nos resultados alcançados, pode-se considerar o aperfeiçoamento do regime de declaração a partir dos seguintes aspectos:

- Nos termos da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, as associações e os candidatos devem declarar as actividades destinadas à atribuição de benefícios que se realizem desde o décimo quinto dia anterior até ao próprio dia da votação. Tendo em conta que este período é relativamente curto, verificou-se que algumas associações anteciparam a realização das actividades destinadas à atribuição de benefícios com vista a contornar a obrigatoriedade da declaração. Propõe-se um prolongamento adequado do período de declaração para a realização ou participação das actividades destinadas à atribuição de benefícios, sem prejuízo da realização das normais actividades da sociedade.
- Nos termos da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa incidem o «período de reflexão» da campanha eleitoral e o dia da votação no período em que as associações e os candidatos devem declarar as actividades destinadas à atribuição de benefícios. Propõe-se a imposição de uma restrição mais rigorosa às actividades destinadas à atribuição de benefícios a realizar nestes dois dias, no sentido de evitar a violação das disposições relativas à proibição de propaganda ou à corrupção eleitoral, assegurando assim a integridade do ambiente das eleições.
- Segundo a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, as associações e os candidatos devem declarar as actividades que se destinem à atribuição de benefícios, nomeadamente, em que se proporcionem comidas e bebidas, viagens, entretenimento, subsídios e presentes. No entanto, não se encontra nenhuma previsão na Lei no que diz respeito ao número de pessoas, ao valor e à dimensão das actividades que se destinem à atribuição de benefícios. Considerando que o fim da corrupção eleitoral só pode ser alcançado com um número substancial de eleitores, propõe-se a introdução de uma previsão relativa ao número de par-

的，因此建議就福利活動的參加人數及涉及金額作出規定，當超過限額時便需要申報。

- 按照《立法會選舉法》的規定，與候選人有特定關係的法人舉辦福利活動，或者候選人參加該等福利活動需要申報，若候選人參加與其無特定關係的法人舉辦的福利活動便無需申報。為避免出現規避申報制度的情況，建議規定候選人參加的所有超過法定人數或金額的福利活動均需申報。

按照《立法會選舉法》的規定，任何人透過提供或承諾提供利益的方式，影響選民投票或不投票給某候選名單，便構成賄選罪，當中的利益可以包括財物、工作職位、晉升機會等。按照法律的規定，構成賄選罪需具備“提供利益”和“以此利益影響選民投票意向”兩個要素。

雖然法律並未對構成賄選罪的“利益值”作出規定，但是“提供利益”與“影響選民投票意向”兩個要素間應存在因果關係。在選舉期間，競選團隊不時透過向選民派發紀念品進行競選宣傳，由於紀念品的利益價值過低或無關重要，不足以影響選民投票意向，因此有關行為不構成賄選罪。

對於此次選舉投票日發生的“早餐事件”，雖然公署的執法標準並無改變，但是在社會上引發了一定的爭議。公署認為公眾對“早餐事件”的關注和討論，體現出澳門社會對賄選“零容忍”的價值取向，將對立法會選舉的公平、公正和廉潔起到積極的促進作用。

此外“早餐事件”也反映出有必要對構成賄選罪的“利益值”作出更加清晰的規範。公署認為，可以參考其他地區的立法經驗，考慮由法律訂定構成賄選罪的利益最低值，或者透過立法

tipantes e aos valores envolvidos nestas actividades de atribuição de benefícios. Assim sendo, a declaração será obrigatória quando se exceder o limite previsto.

- Em conformidade com a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, deve ser declarada qualquer actividade que se destine à atribuição de benefícios quando for realizada por pessoas colectivas que tenham um determinado relacionamento com um candidato, ou quando um candidato participar neste tipo de actividades que se destinem à atribuição de benefícios. Entretanto, quando um candidato participar numa actividade que se destine à atribuição de benefícios, organizada por pessoas colectivas com as quais não tenha um determinado relacionamento, é desnecessária efectuar a declaração. Para evitar o desvio do regime de declaração, propõe-se uma obrigatoriedade de declarar todas as actividades em que um candidato participe quando as mesmas se destinem à atribuição de benefícios e excedam o número de pessoas ou os valores legalmente previstos.

Nos termos da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, quem oferecer ou prometer vantagens, no intuito de influenciar o sentido de voto dos eleitores, para que estes votem ou deixem de votar em certa candidatura, comete um crime de corrupção eleitoral. As vantagens aqui referidas podem ser bens, empregos e oportunidades de promoção, entre outras. Em conformidade com a previsão da Lei, o crime de corrupção eleitoral contém dois elementos constitutivos, a «oferta de vantagem» e o «influenciar o sentido de voto do eleitor com essa vantagem».

Apesar de não estar previsto na lei o «valor da vantagem», deve existir um nexo de causalidade entre os dois elementos, «oferta de vantagem» e «influência do sentido de voto do eleitor». Durante o período das eleições, as candidaturas fizeram, muitas vezes, propaganda eleitoral através de distribuição de lembranças aos eleitores. Como o valor destas lembranças é demasiado baixo ou insignificante, tal não é suficiente para influenciar o sentido de voto dos eleitores, pelo que o referido acto não constitui um crime de corrupção eleitoral.

Relativamente ao «incidente do pequeno-almoço» que teve lugar no dia da votação nestas eleições, embora não se tenha registado nenhuma mudança nos critérios para execução da lei aplicados pelo CCAC, gerou-se na sociedade alguma controvérsia. O CCAC considera que a atenção e a discussão do público sobre o «incidente do pequeno-almoço» demonstra a valorização dada pela sociedade de Macau ao conceito de «tolerância zero» no que respeita à corrupção eleitoral, o que contribui para a promoção da equidade, da justiça e da integridade das eleições legislativas.

Para além disso, o denominado «incidente do pequeno-almoço» reflecte também a necessidade de ter uma previsão mais clara sobre os «valores das vantagens» para a constituição do crime de corrupção eleitoral. No entender do CCAC, é possível tomar como referência as experiências legislativas de outras regiões e considerar a fixação por lei de um valor mínimo para que determinada vantagem constitua um crime de corrupção eleitoral. Alternativamente, podem ser estabelecidas normas para definir a forma, o tipo e o valor das lembranças e de outros elementos que podem ser distribuídos durante o período

會選舉管理委員會有約束力的指引，就選舉期間允許派發紀念品及其他物品的方式、種類及價值訂定規範。

第三部分 反貪工作

一、概述

2017年是公署反貪工作承上啟下的重要一年。上半年，公署積極配合司法機關完成了涉及檢察院前領導人要案的龐雜舉證工作。該案跨越時間久遠，涉及人員眾多，證據資料浩繁，自2015年2月檢察院立案並移送公署偵查之時起，公署人員克服了種種困難方能偵結該案，期間與檢察院工作團隊共同作出了艱辛努力，最終成功向法庭展示了有力證據。至2017年7月，終審法院最終裁定前檢察長何超明被控的1,092項罪名成立，合共判處21年徒刑。該案的偵結不但達至伸張正義和維護公正的目標，更彰顯了特區政府打貪倡廉的決心和能力。

2017年下半年，公署的工作重心轉向監察澳門第六屆立法會的選舉工作。在完成繁重的監察選舉任務的同時，公署人員亦一如既往地毫不懈怠地嚴格履行法定的肅貪倡廉的職責。基於選舉年的關係，2017年由反貪範疇處理的案件的立案及結案數量相對於上一年均有較為顯著的增加。本年度公署偵辦的案件主要有如下特點：

其一是老虎蒼蠅，大小通打。在成功完成出庭指證前檢察長要案的同時，公署還偵破了一批相對而言較為輕微的欺詐犯罪及職務犯罪案件，當中主要涉及偽造文件、公務侵占、財產申報中的資料不正確等罪名，另亦首次查處違反選舉法關於申報新規定的輕微違反案件。

das eleições através das instruções vinculativas emitidas pela CAEAL para o efeito.

SECÇÃO III COMBATE À CORRUPÇÃO

I. Introdução

O ano de 2017 foi um ano muito importante no âmbito do trabalho de combate à corrupção dando continuidade ao trabalho efectuado no ano precedente e constituindo uma base sólida para o trabalho a efectuar no futuro. Em relação ao primeiro semestre, o CCAC cooperou activamente com os órgãos judiciais no que respeita à conclusão do trabalho complexo de produção de provas no caso de maior destaque relacionado com o ex-dirigente do Ministério Público. Tratou-se de um caso que se prolongou muito no tempo, envolvendo um grande número de pessoas, para além de contar com um conjunto volumoso de provas. Desde a autuação do processo por parte do Ministério Público e o seu encaminhamento para o CCAC em Fevereiro de 2015, que o pessoal do CCAC enfrentou vários tipos de dificuldades, apenas conseguindo terminar a investigação do caso depois de as superar. O CCAC empenhou-se, juntamente com a equipa de trabalho do Ministério Público, num esforço árduo para, no final, conseguir submeter provas bastantes ao tribunal. Em Julho de 2017, o Tribunal de Última Instância acabou por condenar o ex-Procurador do Ministério Público, Ho Chio Meng, a uma pena de prisão de 21 anos pela prática de 1.092 crimes. A conclusão da investigação do referido caso não só conseguiu atingir os objectivos de fazer justiça e salvaguardar a imparcialidade, como demonstrou a firmeza e a capacidade do governo da Região no combate à corrupção e na promoção da integridade.

Relativamente ao segundo semestre de 2017, o foco do trabalho do CCAC foi posto na supervisão do trabalho relativo às eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa. A par da conclusão do trabalho volumoso de supervisão das eleições, o pessoal do CCAC, tal como nos anos anteriores e ininterruptamente, cumpriu escrupulosamente o dever legal de combate à corrupção e de promoção da honestidade. Estando em causa um ano de eleições para a Assembleia Legislativa, registou-se um aumento significativo do número de processos instruídos e de processos concluídos no âmbito do combate à corrupção em comparação com o ano transacto. Relativamente aos casos investigados pelo CCAC no ano em causa, ressalva-se o seguinte:

Em primeiro lugar, «caçamos tanto os tigres como as moscas». A par da conclusão com sucesso dos depoimentos em juízo no âmbito do caso de grande destaque do ex-Procurador do Ministério Público, o CCAC resolveu vários casos de menor expressão de crimes de fraude e crimes cometidos no exercício de funções, sobretudo crimes de falsificação de documentos, peculato, casos de inexactidão dos dados preenchidos nas declarações de bens patrimoniais e interesses, entre outros; por outro lado, procedeu-se também, e pela primeira vez, à investigação de casos de contravenções relativos à violação do dever de declaração previsto na nova regulamentação da Lei Eleitoral.

其二是深耕細作，鍥而不捨。公署在上一年年底查處了一宗詐騙環保節能基金資助的案件之後，2017年繼續深挖，查處了多宗同類的欺詐案件。同樣地，在查處一宗偽造文件申請重大投資移民以騙取澳門居留許可的案件之後，又繼續查處了多宗同類的案件。此外，在調查一宗賽車手詐騙資助案及一宗民署稽查濫用職權案的同時，經繼續深挖亦同時發現了另有人士涉及同類的案件。

其三是打防結合，堵塞漏洞。在打擊貪污犯罪的同時，公署發現，犯罪的發生不僅僅是由於行為人的過錯，很多時候也因為存在監管機制上的漏洞。因此，公署在發現民署職務主管的公務侵占案及賽車手詐騙澳門基金會資助等案件之後，亦將情況及時通知了相關職能部門，要求有關部門採取適當的措施以防止同類案件再次發生，以促進全社會共同推動澳門廉政建設。

二、刑事舉報及立案簡介

2017年，公署共接獲及跟進投訴/舉報的個案總數為1,264宗，當中屬反貪範疇的個案有545宗。截至2017年12月，共有537宗刑事案件已偵查終結並分別移送檢察院處理或予以歸檔。

2013-2017年案件統計表

統計項目	2013	2014	2015	2016	2017
收案總數	896	865	793	910	1,264
反貪範疇處理案件數目	264	266	262	252	545
偵查終結案件數目	236	492	256	182	537

三、經公署偵辦的部分刑事案件摘要

個案一

2017年1月，公署揭發一名民政總署職務主管濫用職權及公務上之侵占案。

Em segundo lugar, «esmiuçamos mais o buraco e investigamos com perseverança». Na sequência do caso relativo à obtenção fraudulenta de apoio financeiro concedido pelo Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética investigado pelo CCAC no ano anterior, o CCAC continuou, em 2017, a descortinar casos semelhantes e procedeu à investigação de vários casos de fraude semelhantes. Paralelamente, depois da descoberta de um caso relacionado com a obtenção fraudulenta de autorização de residência em Macau através da falsificação de documentos para fixação de residência por investimento relevante, o CCAC prosseguiu com a investigação de vários casos semelhantes. Por outro lado, na sequência da investigação de um caso de burla na obtenção de subsídios por parte de um piloto e de um caso relacionado com abuso de poder por parte de investigadores do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), o CCAC descobriu mais indivíduos que se encontravam envolvidos em casos semelhantes.

Em terceiro lugar, «damos ênfase quer à punição quer à prevenção, colmatando as lacunas». No decorrer das acções de combate à corrupção, o CCAC concluiu que a ocorrência de crimes não assenta tão-só na culpa dos próprios agentes, mas também, muitas das vezes, se verifica a existência de lacunas nos regimes de supervisão. Nestes termos, depois da descoberta dos casos de peculato praticado por chefias funcionais do IACM e de burla na obtenção de subsídios da Fundação Macau por parte de um piloto, o CCAC comunicou atempadamente as respectivas situações aos serviços competentes, solicitando aos mesmos que fossem tomadas as diligências necessárias para evitar a ocorrência de casos semelhantes no futuro, procurando assim incentivar toda a sociedade a promover conjuntamente a construção de uma sociedade íntegra em Macau.

II. Número de denúncias de natureza criminal e de processos instruídos

Em 2017, o CCAC recebeu e acompanhou um total de 1.264 queixas/denúncias, das quais 545 da área do combate à corrupção. Até Dezembro de 2017, foram concluídos 537 processos criminais, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados.

Estatística das participações entre 2013 e 2017

Item	2013	2014	2015	2016	2017
Total das participações recebidas	896	865	793	910	1.264
Número de casos tratados pela área do combate à corrupção	264	266	262	252	545
Número de casos com a investigação concluída	236	492	256	182	537

III. Sumário de alguns casos criminais investigados pelo CCAC

Caso 1

Em Janeiro de 2017, o CCAC descobriu um caso de abuso de poder e de peculato praticado por uma chefia funcional do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM).

經調查發現，於2015年中至2016年初，案中職務主管利用其作為上司的身份和權力，先後七次要求一名任職“木工房”的下屬於工作時間利用民政總署採購的材料為其私人製作木器傢俱，並將成品運回家中據為己有。

該名職務主管的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的濫用職權罪及公務上之侵占罪。案件已移交檢察院處理。

公署已向民政總署作出通報，要求採取適當措施以防止同類事件再次發生。

個案二

2017年3月，公署偵破一宗治安警察局警員欺詐案。

經調查發現，一名內地人涉嫌觸犯加重盜竊罪被治安警察局扣查並送交檢察院偵訊。期間，一名警員向該名內地人的友人訛稱可以透過檢察院人員的協助，使該名內地人不被羈押。為博取該名內地人的朋友的信任，該名警員不但安排他人假冒檢察院人員與該名內地人的朋友聯絡，更透過職務之便，將涉及加重盜竊案中尚處於司法保密階段的資料提供予該名內地人的朋友。最終，涉案警員騙取了港幣20多萬元的款項。

涉案警員的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的相當巨額詐騙罪及違反司法保密罪。案件已移送檢察院處理。

個案三

2017年6月，公署揭發一宗“重大投資移民”申請人為取得澳門居留許可而實施的偽造文件案。

一名內地人以某手信店股東身份，透過澳門貿易投資促進局的“重大投資/重大投資計劃”取得澳門的臨時居留。但是經調查發現，該名人士捏造所謂的投資計劃，不僅從來沒有在手信店作出任何實質投資，亦沒有參與手信店的生意營運，且與該公司的資金、銀行存款、存貨等資產毫無關係，其本人既非手信店

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que entre meados de 2015 e início de 2016, a chefia funcional em questão, tirando partido da sua qualidade e poder enquanto superior hierárquico, exigiu, por sete vezes, a um subordinado que exercia funções na carpintaria que fizesse móveis de madeira para si próprio durante o período de trabalho e com a matéria-prima adquirida pelo IACM. A chefia funcional apropriou-se dos produtos finais tendo-os transportado para a sua casa.

A aludida chefia funcional foi considerada suspeita da prática dos crimes de abuso de poder e de peculato previstos no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

O CCAC comunicou o caso ao IACM, solicitando que fossem tomadas as devidas diligências para evitar situações idênticas no futuro.

Caso 2

Em Março de 2017, o CCAC descobriu um caso de fraude praticado por um agente policial do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP).

Na sequência de uma investigação, apurou-se que um indivíduo do Interior da China foi detido pelo CPSP pela alegada prática de furto qualificado, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para a realização das diligências necessárias. Naquela altura, um agente policial mentiu a um amigo do detido convencendo-o que através do apoio de um funcionário do Ministério Público poderia não lhe ser aplicada a prisão preventiva. Para granjear a confiança do referido amigo, o agente policial recorreu a um terceiro que, disfarçando-se de trabalhador do Ministério Público, deveria entrar em contacto com o mesmo. Para além disso, o agente policial forneceu ao amigo do indivíduo do Interior da China que se encontrava detido, informações relativas àquele caso de furto qualificado ainda em segredo de justiça. Por fim, o agente policial obteve, com recurso a meios fraudulentos, um montante de mais de 200 mil dólares de Hong Kong.

O agente policial em causa foi considerado suspeito de ter praticado os crimes de burla de valor consideravelmente elevado e de violação do segredo de justiça, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 3

Em Junho de 2017, o CCAC descobriu um caso de falsificação de documentos para efeitos de obtenção de autorização de residência em Macau por via do regime de «imigração por investimento relevante».

Um indivíduo do Interior da China, em nome do sócio de uma loja de lembranças, obteve a autorização de fixação de residência temporária em Macau através de um «investimento relevante/projecto de investimento relevante» junto do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM). No entanto, em resultado das investigações efectuadas, apurou-se que, o referido projecto de investimento era inventado e que, para além de não ter sido efectuado nenhum investimento material na loja de lembranças, aquele indivíduo nunca contribuiu para o funcionamento da loja nem teve nunca

行政管理機關成員，亦沒有在手信店擔任職務或收取報酬。為取得在澳門臨時居留所必需的法定文件，該名人士還冒充手信店的董事總經理身份簽署有助其申請的聲明書，以及遞交一份偽造的學歷證書。

上述人士的行為涉嫌觸犯第6/2004號法律《非法入境、非法逗留及驅逐出境的法律》規定的偽造文件罪，案件已移送檢察院處理。

個案四

2017年7月，公署揭發一名輕型汽車考生在道路考試期間，企圖行賄交通事務局一名考試員的案件。

調查發現，涉案考生在本次考試之前已有兩次考牌不合格的記錄。在本次考試中，該名考生把事先放在褲袋內的澳門幣2,000元於道路考試期間給予考試員，企圖藉行賄方式令駕駛考試能順利通過，但遭考試員當場拒絕並即時向公署舉報。調查中，有人承認曾向考試員給付金錢利益。

涉案考生的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的行賄罪，案件已移送檢察院處理。

個案五

2017年9月，公署偵破兩名本地賽車手涉嫌偽造文件詐騙澳門基金會資助的案件。

經調查發現，一名現職為治安警察局副警長的本地賽車手，為收取“2012年度本地車手申請赴外比賽”的資助，明知自己沒有前往內地參加賽事，卻將隊友在兩場比賽所取得的成績交予澳門基金會，作為自己參加相關賽事的證明，成功騙取了資助。其後，該名副警長又涉嫌使用虛假的資料向澳門基金會申請“2013年度本地車手申請赴外比賽”資助，再次成功騙取了資助。

nenhuma relação com os bens da empresa, nomeadamente ao nível do capital, dos depósitos bancários e das existências. De facto, o indivíduo em causa não era administrador da loja, não exercia ali nenhuma função e nem auferia nenhuma remuneração da mesma. Para a obtenção dos documentos legais necessários para a fixação de residência temporária em Macau, o indivíduo assumiu, fraudulentamente, a identidade de gerente geral da loja e assinou uma declaração útil para o seu próprio pedido. A par disso, o mesmo apresentou também um diploma de habilitações falsificado.

O referido indivíduo foi considerado suspeito de ter praticado o crime de falsificação de documento previsto na Lei n.º 6/2004 (Lei da Imigração Ilegal e da Expulsão), tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 4

Em Julho de 2017, o CCAC descobriu um caso de tentativa de suborno a um examinador da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, praticado por um candidato à obtenção da carta de condução de veículos ligeiros no decorrer de uma prova de condução.

Na sequência da respectiva investigação, apurou-se que o candidato tinha sido reprovado por duas vezes antes desta prova de condução. Durante a prova, o referido candidato doou ao examinador duas mil patacas, que trazia no bolso das calças, com a intenção de obter aprovação na sua prova de condução recorrendo assim à prática de corrupção activa. No entanto, o examinador recusou a oferta no local e apresentou imediatamente denúncia do sucedido ao CCAC. No decorrer da investigação, o indivíduo em causa confessou ter oferecido dinheiro ao examinador.

O candidato em questão foi considerado suspeito de ter praticado o crime de corrupção activa previsto no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 5

Em Setembro de 2017, o CCAC resolveu um caso de falsificação de documentos para obtenção, de forma fraudulenta, de um subsídio concedido pela Fundação Macau, por parte de dois pilotos de automobilismo locais.

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que um piloto de automobilismo local, que é simultaneamente subchefe do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), consciente de não ter participado nas corridas do interior da China, mas com a intenção de obter um subsídio no âmbito da «participação de pilotos locais em corridas no exterior, em 2012», apresentou junto da Fundação Macau (FM), a título de comprovação da sua participação nas ditas corridas, resultados obtidos em duas competições por um outro membro da sua equipa, conseguindo assim obter com sucesso o referido subsídio de forma fraudulenta. Posteriormente, o subchefe em causa foi considerado novamente suspeito da obtenção, de forma fraudulenta, do subsídio da FM ao abrigo da «participação de pilotos locais em corridas no exterior, em 2013» através do recurso às informações falsificadas, conseguindo, uma vez mais, obter o dito subsídio com sucesso.

在調查過程中，公署亦發現另一名本地賽車手，於2012年以相同手法，亦成功騙取了澳門基金會發放的資助。

上述兩名賽車手成功騙取澳門基金會共澳門幣13萬餘元的資助，其行為涉嫌觸犯《刑法典》規定的偽造文件罪及詐騙罪，案件已移送檢察院處理。

公署已將有關情況通報澳門基金會，以便其採取適當措施跟進，並儘快完善相關的管理及監督機制以堵塞漏洞。

個案六

2017年9月，公署再揭發一宗“重大投資移民”申請人為取得澳門居留許可而實施的偽造文件案。

調查發現，三名內地居民委託一名曾任職澳門貿易投資促進局（下稱“貿促局”）的職員作為中介人，並在該中介人的一名親屬協助下，於本澳分別設立公司及購買物業單位，以此為依據向貿促局申請“重大投資移民”臨時居留許可並獲批准。

隨後在臨時居留許可續期或惠及家團申請時，該三名申請人透過中介人及中介人親屬向貿促局遞交了社保僱員供款、僱員職業稅收益申報、財務報表等“投資證明文件”，並報稱有關物業單位為公司營運地址，令該三名申請人及家團成員取得澳門居民身份證。

然而，調查發現上述公司皆為空殼公司，實際上沒有營運，沒有僱員，所謂的營運地址一直出租予他人使用。

上述人士的行為涉嫌觸犯第6/2004號法律《非法入境、非法逗留及驅逐出境的法律》所規定的偽造文件罪，案件已移送檢察院處理。

No decorrer da investigação, o CCAC descobriu outro caso em que um outro piloto local, recorrendo ao mesmo esquema, conseguiu obter, em 2012, subsídio concedido pela FM de forma fraudulenta.

Os dois pilotos em causa conseguiram obter, de forma fraudulenta, um total de mais de 130 mil patacas a título de subsídios concedidos pela FM. As condutas dos dois pilotos levaram à suspeita da prática dos crimes de falsificação de documento e de burla previstos no Código Penal, tendo os casos sido encaminhados para o Ministério Público.

O CCAC comunicou os factos em causa à FM, de modo a que esta última adoptasse as necessárias diligências para acompanhar os casos, bem como aperfeiçoasse, com a maior brevidade possível, o respectivo sistema de gestão e de supervisão, colmatando assim as lacunas existentes.

Caso 6

Em Setembro de 2017, o CCAC descobriu mais um caso de falsificação de documentos para efeitos de obtenção de autorização de fixação de residência em Macau por via do regime de «imigração por investimento relevante».

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que três cidadãos do Interior da China, através de um mediador que exercia funções no Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e com o auxílio de um membro familiar desse mediador, procederam à constituição de empresas e à aquisição de fracções autónomas, servindo tais factos como fundamento dos pedidos de fixação de residência temporária por via do regime de «imigração por investimento relevante» junto do IPIM, tendo os mesmos sido autorizados pelo referido Instituto.

Posteriormente, aquando da renovação da fixação de residência temporária ou do pedido de extensão ao agregado familiar, os três requerentes, através do referido mediador e do membro familiar deste último, apresentaram «documentos comprovativos da realização de investimentos», entre os quais documentos relativos ao pagamento de contribuições dos trabalhadores da segurança social, declarações de rendimentos dos trabalhadores no âmbito do imposto profissional, e demonstrações financeiras, junto do IPIM, tendo os mesmos declarado ainda que as mencionadas fracções autónomas eram os seus domicílios empresariais. Foi com base nesses factos que os três requerentes e os membros dos seus agregados familiares conseguiram obter os bilhetes de identidade de Macau.

No entanto, na sequência da investigação, apurou-se que as mencionadas empresas são «empresas-fantasma», na prática sem quaisquer operações ou trabalhadores, e que os declarados «domicílios empresariais» têm sido fracções que sempre foram dadas de arrendamento para uso de outrem.

As condutas dos mencionados indivíduos foram consideradas suspeitas da prática do crime de falsificação de documento previsto na Lei n.º 6/2004 (Lei da Imigração Ilegal e da Expulsão), tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

個案七

2017年10月，公署偵破一宗勞工事務局督察索賄案。

案件由勞工事務局轉介，經公署調查證實，勞工事務局一名督察在針對某公司的一次巡查行動中，發現該公司外地僱員涉嫌“過界”工作，以及公司東主沒有按規定向外地僱員支付住宿津貼。該名督察於是透過中間人，邀約公司東主到內地的一個隱蔽地方會面，該名督察表示可以解決公司的違規問題，並因此索取5萬元的賄款，但被東主當場拒絕。

涉案督察在索賄失敗後，還在處理涉案公司的卷宗時知法犯法，不但沒有如實在卷宗內反映涉案公司的違規事實，更故意隱藏了多份能顯示公司存在違規事實的文件，以圖向上級隱瞞及平息事件。

該名督察的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的受賄作不法行為罪、公務員所實施之偽造罪及濫用職權罪。案件已移送檢察院處理。

個案八

2017年12月，公署偵破一宗停車場管理公司的股東涉嫌詐騙及濫用職權案。

調查發現，有三間停車場管理公司的股東均涉嫌誇大本澳13個公共停車場的設施維修及保養造價，向交通事務局提交虛假文件以詐騙公帑。涉案公司的三名股東在獲得公共停車場管理合同判給後，理應就購買停車場設備維修保養服務而支出的金額向交通事務局實報實銷，但透過誇大造價費用等方式獲取不法利益。

調查還發現，多間停車場管理公司的四名股東涉嫌濫用其

Caso 7

Em Outubro de 2017, o CCAC resolveu um caso de solicitação de suborno por parte dum inspector da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL).

O caso foi encaminhado pela DSAL e, depois da investigação levada a cabo pelo CCAC, apurou-se que no decorrer de uma operação de inspecção realizada pela DSAL a uma determinada empresa, um inspector daqueles Serviços descobriu situações de prestação de trabalho por parte de trabalhadores não residentes daquela empresa para entidade/local diferente do que haviam sido autorizados, bem como o facto de o dono da empresa não ter pago subsídios de residência aos trabalhadores não residentes de acordo com os termos pré-estabelecidos. O referido inspector, através de um intermediário, convidou então o dono da referida empresa para um encontro em local sigiloso no Continente Chinês, onde afirmou que o mesmo conseguiria resolver o problema das irregularidades detectadas na dita empresa, solicitando para isso 50 mil patacas de suborno, tendo o dono, no entanto, recusado imediatamente tal oferta.

Não tendo a solicitação de suborno tido sucesso, o dito inspector violou conscientemente a lei ao acompanhar o processo relativo à empresa em causa, na medida em que, para além de não ter revelado, no respectivo processo, as situações de irregularidades efectivamente detectadas na empresa em causa, escondeu ainda propositadamente vários documentos indicativos da existência das ditas irregularidades, procurando intencionalmente ocultar o acontecimento perante os superiores hierárquicos e apaziguar a situação.

As condutas do inspector em causa foram consideradas suspeitas da prática dos crimes de corrupção passiva para acto ilícito, de falsificação praticada por funcionário e de abuso de poder previstos no Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

Caso 8

Em Dezembro de 2017, o CCAC resolveu um caso suspeito de burla e de abuso de poder praticado por sócios de empresas de administração de condomínio de auto-silos.

No decorrer da investigação, descobriu-se que os sócios de três empresas de administração de condomínio de auto-silos sobrevalorizaram a indicação dos montantes dos preços de reparação e de conservação das instalações de 13 auto-silos de Macau, apresentando documentos falsificados à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), defraudando assim o erário público. Após lhes ter sido adjudicado o contrato de prestação do serviço de gestão e de exploração dos auto-silos, em vez de apresentarem o valor das despesas que efectivamente tiveram com a aquisição dos serviços de reparação e de conservação das instalações dos auto-silos à DSAT, os três sócios das empresas envolvidas, através da apresentação de montantes sobrevalorizados das despesas, bem como de outras formas, obtiveram vantagens ilícitas.

Foi também detectado durante a investigação que 4 sócios de várias empresas de administração de condomínio de auto-silos terão abusado do poder que detinham na qualidade de entidades de administração dos auto-silos, para alugar lugares

停車場管理實體的權力，為親友以插隊方式租用月票車位，導致其他按照正常程序申請輪候月票車位的市民權益受損。

上述人士涉嫌觸犯《刑法典》所規定的詐騙罪、偽造文件罪及濫用職權罪。案件已移送檢察院處理。

四、跨境案件協查

(一) 境外執法機關請求公署協查的案件

2017年，外地執法機關請求公署協查的案件數量略有下降，由2016年的19宗，減少至2017年的12宗。其中，8宗是由內地反貪機關請求協查，4宗是香港廉政公署請求協查。當中有5宗已完成，另有7宗尚在跟進中。

(二) 公署請求境外執法機關協查的案件

2017年，公署請求外地協查的案件數量也稍有下降，從2016年的9宗減少至2017年的6宗。其中，5宗案件向內地反貪機關請求提供協助，1宗則是向香港廉政公署請求提供協助。當中3宗已完成，尚有3宗仍在跟進中。

(三) 粵港澳個案協查工作座談會

“第十三屆粵港澳個案協查工作座談會”於2017年12月13日至15日在廣東省潮州市舉行，協查組一行赴當地參與有關座談會。隨着內地檢察院及反貪機構的改革，是次座談會與會各方總結並肯定了過去多年協查工作的成果，各方亦強調，無論將來如何變革，相信將會繼續保持三地反貪機關的協查合作關係，並初步探討在轉變之後的新合作模式，期望能拓展區際個案協查及情報交流的合作空間。

五、法院判決

2017年法院判決的經公署偵辦的案件共有20宗，部分仍處

de estacionamento de passe mensal a favor dos seus familiares e amigos, não respeitando a ordem de inscrição para a aquisição de passes mensais, afectando assim os direitos e interesses dos cidadãos que requereram a aquisição de passes mensais de acordo com o procedimento normal.

Os indivíduos acima referidos foram considerados suspeitos de terem praticado os crimes de burla, de falsificação de documento e de abuso de poder previstos no Código Penal, tendo os casos sido encaminhados para o Ministério Público.

IV. Cooperação transfronteiriça

(1) Apoio solicitado por autoridades do exterior ao CCAC no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2017, registou-se uma ligeira descida no número de casos de apoio solicitado por autoridades do exterior ao CCAC, registando-se uma descida de 19 casos em 2016 para 12 casos em 2017. Destes 12 casos, 8 corresponderam a solicitações realizadas por autoridades anti-corrupção do Interior da China e 4 pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong. Do total de casos, 5 foram dados como findos e 7 continuam a ser alvo de acompanhamento.

(2) Apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2017, verificou-se também uma ligeira descida no número de casos de apoio solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior, registando-se uma descida de 9 casos em 2016 para 6 casos em 2017. Foi solicitado o apoio das autoridades anti-corrupção do Interior da China em 5 destes casos e um do ICAC de Hong Kong no caso restante. Do total de 6 casos, 3 foram dados como findos e 3 continuam a ser alvo de acompanhamento.

(3) Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau

O «13.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau» foi realizado em Chaozhou na província de Guangdong entre os dias 13 e 15 de Dezembro de 2017, tendo participado no mesmo a delegação do grupo de prestação de apoio à investigação de casos do CCAC. Tendo em conta as reformas das procuradorias e das autoridades contra a corrupção do Interior da China, as partes participantes neste encontro fizeram um balanço sobre os resultados alcançados, no âmbito da cooperação, na investigação de casos ao longo dos anos, tendo sido reconhecidos os resultados alcançados. As diversas partes participantes realçaram que a relação de cooperação, ao nível da investigação de casos, entre as autoridades contra a corrupção das três regiões vai continuar sejam quais forem as reformas que se verifiquem no futuro. Foi abordada preliminarmente também neste encontro as novas formas de cooperação após as mais recentes referidas reformas, expressando-se o desejo de que seja cada vez mais desenvolvida a cooperação regional no âmbito da prestação de apoio à investigação de casos e da troca de informações.

V. Sentenças judiciais

Em 2017, 20 processos investigados pelo CCAC foram julgados pelo Tribunal e alguns destes processos ainda se encontram em fase de recurso. Os casos que resultaram em sentenças já

上訴階段，已確定判決的案件合共涉及46人，其中包括被終審法院最終裁定1,092項罪名成立並判處21年徒刑的前檢察長。

transitadas em julgado envolveram um total de 46 indivíduos, incluindo o ex-procurador que foi condenado definitivamente pelo Tribunal de Última Instância à pena de prisão de 21 anos pela prática de 1.092 crimes.

部分案件判決撮要如下：

序號	法院	嫌犯	被檢控罪行	判決結果
1	初級法院	陳XX	詐騙罪 偽造文件罪	- 42項詐騙罪因欠缺有效的刑事告訴，故宣告針對嫌犯有關詐騙罪的刑事追訴權終止。 - 5項偽造文件罪判處一年三個月徒刑，暫緩兩年執行。向財政局支付澳門幣111,600元賠償及利息。
2	初級法院 中級法院	廖XX	電腦偽造罪 濫用職權罪	初級法院：2項電腦偽造罪及1項濫用職權罪，共判處兩年實際徒刑。 中級法院維持原判。
3	初級法院 中級法院	盧XX 潘X 陳XX 陳XX 梁XX 殷XX	受賄作不法行為罪 違反保密罪 在法律行為中分享經濟利益罪 清洗黑錢罪 濫用職權罪 虛假聲明罪 財產來源不明罪 行賄罪	初級法院： - 盧XX：42項受賄作不法行為罪，10項違反保密罪，12項在法律行為中分享經濟利益罪，1項清洗黑錢罪，2項濫用職權罪，2項虛假聲明罪，1項財產來源不明罪，共判處十二年六個月徒刑和澳門幣36,000罰金； - 潘X：42項受賄作不法行為罪，10項違反保密罪，12項在法律行為中分享經濟利益罪，共判處七年九個月徒刑； - 陳XX：12項在法律行為中分享經濟利益罪，28項行賄罪，共判處六年三個月徒刑； - 陳XX：28項行賄罪，共判處四年六個月徒刑； - 梁XX：12項在法律行為中分享經濟利益罪，共判處四年徒刑； - 殷XX：14項行賄罪，共判處四年三個月。 中級法院： - 針對盧XX的上訴，開釋了其虛假聲明罪，減刑三個月，共判處十二年三個月徒刑和澳門幣36,000罰金； - 駁回了其他人士的上訴，維持原判。
4	初級法院	魏XX 杜XX	詐騙罪 偽造文件罪	- 魏XX：4項詐騙罪，2項偽造文件罪，合共判處二年六個月徒刑，暫緩三年執行。緩刑附帶條件為須向特區捐款澳門幣20,000元；向特區政府支付澳門幣70,909.20元的財產損失賠償；（案件仍在上訴之中） - 杜XX：1項偽造文件罪，判處八個月徒刑，暫緩兩年執行。緩刑附帶條件為須向特區捐款澳門幣10,000元； - 此外，判處兩名嫌犯各自向澳門法務公庫繳付澳門幣1,000元作為刑事案件受害人的賠償基金。
5	初級法院	盧XX 潘XX	行賄罪	- 盧XX：罪名不成立； - 潘XX：2項行賄罪，共判處一年徒刑，暫緩兩年執行，緩刑條件為須向特區捐款澳門幣5,000元。
6	初級法院	郭XX	公務上之侵占使用罪	判處四個月徒刑，暫緩一年六個月執行，緩刑條件為須向特區捐款澳門幣500元。
7	初級法院	鄭XX	偽造技術註記罪	判處五個月徒刑，暫緩一年執行，緩刑條件為須向特區捐款澳門幣15,000元。
8	初級法院	羅XX	偽造文件罪	判處六個月徒刑，暫緩一年執行，緩刑條件為須向本特區支付澳門幣30,000元。

序號	法院	嫌犯	被檢控罪行	判決結果
9	初級法院	李XX 黃XX	作虛假之證言罪	分別判處二人150日罰金及120日罰金，每日罰金金額訂為澳門幣100元。
10	終審法院	何XX	公務上之侵占罪 公務上之侵占使用罪 破壞受公共權力拘束之物件罪 相當巨額加重詐騙罪 巨額加重詐騙罪 普通詐騙罪 在法律行為中分享經濟利益罪 發起或創立犯罪集團罪 加重清洗黑錢罪 財產申報資料不正確罪 財產來源不明罪	終審法院判處下列罪名成立： - 9項公務上之侵占罪，1項公務上之侵占使用罪，1項破壞受公共權力拘束之物件罪，23項相當巨額加重詐騙罪，65項巨額加重詐騙罪，450項普通詐騙罪，490項在法律行為中分享經濟利益罪，1項發起或創立犯罪集團罪，49項加重清洗黑錢罪，2項財產申報資料不正確罪，1項財產來源不明罪。 上述罪行數罪並罰，共判處二十一年徒刑。 此外，還須承擔以下賠償： - 獨自向檢察長辦公室支付澳門幣18,367,439.64元； - 獨自或與王XX一起以連帶方式向檢察長辦公室賠償澳門幣4,323,629.40元； - 獨自或與黃XX、麥XX、何XX及李XX一起以連帶方式向檢察長辦公室賠償澳門幣3,327,804.00元； - 獨自或與黎XX、陳XX、黃XX、麥XX、何XX、李XX及林XX一起以連帶方式向檢察長辦公室賠償澳門幣49,902,265.40元。

Apresenta-se de seguida o resumo das sentenças de alguns destes processos:

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
1	Tribunal Judicial de Base (TJB)	Chan XX	crime de burla crime de falsificação de documento	- Foi declarada a cessação do procedimento penal dos 42 crimes de burla contra o arguido, por falta de uma queixa-crime efectiva. - Chan XX foi condenado, por 5 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 1 ano e 3 meses, suspensa por 2 anos, e ao pagamento de 111.600 patacas, acrescidas de juros, à Direcção dos Serviços de Finanças.
2	TJB Tribunal de Segunda Instância (TSI)	Lio XX	crime de falsificação informática crime de abuso de poder	Tribunal Judicial de Base: Lio XX foi condenado, por 2 crimes de falsificação informática e 1 crime de abuso de poder, à pena de prisão efectiva de 2 anos. O Tribunal de Segunda Instância manteve a decisão do Tribunal Judicial de Base.
3	TJB TSI	Lou XX Pun X Chan XX Chan XX Leong XX Ian XX	crime de corrupção passiva para acto ilícito crime de violação de segredo crime de participação económica em negócio crime de branqueamento de capitais crime de abuso de poder crime de falsas declarações crime de riqueza injustificada crime de corrupção activa	Tribunal Judicial de Base: - Lou XX foi condenado, por 42 crimes de corrupção passiva para a prática de acto ilícito, 10 crimes de violação de segredo, 12 crimes de participação económica em negócio, 1 crime de branqueamento de capitais, 2 crimes de abuso de poder, 2 crimes de falsas declarações, 1 crime de riqueza injustificada, à pena de prisão de 12 anos e 6 meses e à pena de multa de 36.000 patacas; - Pun X foi condenado, por 42 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, 10 crimes de violação de segredo, 12 crimes de participação económica em negócio, à pena de prisão de 7 anos e 9 meses;

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
				- Chan XX foi condenado, por 12 crimes de participação económica em negócio e 28 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 6 anos e 3 meses; - Chan XX foi condenado, por 28 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 4 anos e 6 meses; - Leong XX foi condenado, por 12 crimes de participação económica em negócio, à pena de prisão de 4 anos; - Ian XX foi condenado, por 14 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 4 anos e 3 meses. Tribunal de Segunda Instância: - Relativamente ao recurso contra Lou XX, este foi absolvido do crime de falsas declarações, com uma redução na pena de prisão de 3 meses, foi condenado assim à pena de prisão de 12 anos e 3 meses e à pena de multa de 36.000 patacas; - Os recursos dos outros indivíduos foram indeferidos, mantendo-se a decisão do Tribunal Judicial de Base.
4	TJB	Ngai XX Tou XX	crime de burla crime de falsificação de documento	- Ngai XX foi condenado, por 4 crimes de burla e 2 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 2 anos e 6 meses, suspensa por 3 anos, sob a condição acessória de entrega de uma contribuição monetária de 20.000 patacas à RAEM; e ao pagamento de um montante de 70.909,20 patacas a título de indemnização por perda patrimonial; (o caso encontra-se ainda em fase de recurso) - Tou XX foi condenado, por 1 crime de falsificação de documento, à pena de prisão de 8 meses, suspensa por 2 anos, sob a condição acessória de entrega de uma contribuição monetária de 10.000 patacas à RAEM; - Para além disso, os dois arguidos foram condenados, individualmente, ao pagamento de 1.000 patacas ao Cofre dos Assuntos de Justiça de Macau destinados ao fundo de indemnizações para os lesados em casos criminais.
5	TJB	Lou XX Pun XX	crime de corrupção activa	- Lou XX : absolvido; - Pun XX foi condenado, por 2 crimes de corrupção activa, à pena de prisão de 1 ano, suspensa por 2 anos, sob a condição de entrega de uma contribuição monetária de 5.000 patacas à RAEM.
6	TJB	Kuok XX	crime de peculato de uso	Kuok XX foi condenado à pena de prisão de 4 meses, suspensa por 1 ano e 6 meses, sob a condição de entrega de uma contribuição monetária de 500 patacas à RAEM.
7	TJB	Kuong XX	crime de falsificação de notação técnica	Kuong XX foi condenado à pena de prisão de 5 meses, suspensa por 1 ano, sob a condição de entrega de uma contribuição monetária de 15.000 patacas à RAEM.
8	TJB	Lo XX	crime de falsificação de documento	Lo XX foi condenado à pena de prisão de 6 meses, suspensa por 1 ano, sob a condição de entrega de uma contribuição monetária de 30.000 patacas à RAEM.
9	TJB	Lei XX Wong XX	crime de falsificação de testemunho	Os dois indivíduos foram condenados à pena de multa de 150 dias e de 120 dias, respectivamente, à taxa diária de 100 patacas.

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
10	Tribunal de Última Instância (TUI)	Ho XX	crime de peculato crime de peculato de uso crime de destruição de objectos colocados sob o poder público crime de burla qualificada de valor consideravelmente elevado crime de burla qualificada de valor elevado crime de burla simples crime de participação económica em negócio crime de promoção ou fundação de associação criminosa crime de branqueamento de capitais agravado crime de inexactidão dos elementos da declaração de rendimentos crime de riqueza injustificada	Tribunal de Última Instância julgou procedentes as seguintes acusações: - 9 crimes de peculato, 1 crime de peculato de uso, 1 crime de destruição de objectos colocados sob o poder público, 23 crimes de burla qualificada de valor consideravelmente elevado, 65 crimes de burla qualificada de valor elevado, 450 crimes de burla simples, 490 crimes de participação económica em negócio, 1 crime de promoção ou fundação de associação criminosa, 49 crimes de branqueamento de capitais agravado, 2 crimes de inexactidão dos elementos da declaração de rendimentos, 1 crime de riqueza injustificada. Com os crimes acima referidos, foi condenado, em cúmulo jurídico, à pena de prisão de 21 anos. Para além disso, foi também condenado ao pagamento das seguintes indemnizações: - a pagar individualmente ao Gabinete do Procurador 18.367.439,64 patacas; - a pagar, individual ou solidariamente com Wang XX ao Gabinete do Procurador uma indemnização no montante de 4.323.629,40 patacas; - a pagar, individual ou solidariamente com Wong XX, Mak XX, Ho XX e Lei XX ao Gabinete do Procurador uma indemnização no montante de 3.327.804,00 patacas; - a pagar, individual ou solidariamente com Lai XX, Chan XX, Wong XX, Mak XX, Ho XX, Lei XX e Lam XX ao Gabinete do Procurador uma indemnização no montante de 49.902.265,40 patacas.

六、財產及利益申報工作

澳門公職人員財產申報制度始於1998年，自公佈實施至今已將近20年。多年以來，《財產及利益申報法律制度》所建立的一套行之有效的財產申報制度，成為澳門構建高效、廉潔政府的堅實基石之一。

過去一年，公署嚴格按照《財產及利益申報法律制度》的規定，偵破了三宗涉及財產申報的“資料不正確罪”的案件，並已移送檢察院處理。此外，2017年法院判決的案件中，有一宗財產申報中的“資料不正確罪”及兩宗“財產來源不明罪”均作了有罪判決。案件再次提醒公務員須如實申報財產，廉潔奉公，自律守法。

自財產申報制度實施以來，公署一直持續有序地跟進與財產申報相關的工作，而不論是申報人或是其配偶/與其有事實婚關係者，均能配合公署工作，依法履行財產申報之義務，使財產及

VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses

Decorreram quase vinte anos desde a publicação e implementação do regime da declaração de rendimentos e interesses patrimoniais dos trabalhadores da Administração Pública em 1998. Ao longo dos anos, o Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses tem-se revelado um regime da declaração eficaz, constituindo um alicerce sólido para a construção de um governo eficiente e íntegro em Macau.

No ano passado, em cumprimento rigoroso do Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, o CCAC resolveu três casos envolvendo a prática do crime de inexactidão dos elementos, os quais foram encaminhados para o Ministério Público. Para além disso, de entre os casos julgados pelo Tribunal, no âmbito de declaração de bens patrimoniais e interesses, foram proferidas sentenças condenatórias num caso em que se verificou a prática de um crime de inexactidão dos elementos e dois casos de riqueza injustificada. Estes casos constituem alerta para os funcionários públicos no que respeita à necessidade de prestação de uma declaração fiel nesta área, e de respeito pela integridade e dedicação ao público, bem como relativamente à necessidade de cumprimento da lei.

Ao longo da implementação do regime da declaração de bens patrimoniais e interesses, o CCAC tem acompanhado os trabalhos respectivos de forma ordenada. Tanto os declarantes, como os respectivos cônjuges ou unidos de facto, têm vindo a colaborar com o trabalho do CCAC, cumprindo o dever de apresentação de declaração nos termos da lei, considerando-

利益申報工作得以順利執行。於2017年度，公署共接收了15,061

名公務人員提交的財產及利益申報書，具體資料列表如下：

2017年提交財產及利益申報書人數統計表

提交申報書原因	人數
開始擔任職務	2,750
職務變動	5,605
終止職務	2,218
五年更新	2,163
隨配偶更新	557
履行提供資料義務	1,547
自願更新	221
總計	15,061

在對外宣傳方面，公署在2017年多次接待來訪者，為來訪者介紹澳門特區政府財產申報的操作制度，互相交流及分享工作經驗；另一方面，公署亦繼續應個別部門要求，為大量新入職人員舉辦財產及利益申報講解會，並通過現場的互動，為他們解答疑問。此外，為有效宣傳《財產及利益申報法律制度》，除印發財產及利益申報填寫指引外，公署還利用互聯網介紹該法律的相關內容，使公職人員和市民能透過不同渠道認識財產申報的意義，從而加強大家對該法律制度的重視和了解。

為配合特區政府推行電子政務及結合實際工作需要，公署於2012年研發、並於翌年推出“財產及利益申報通知書處理系統”。截至2017年12月31日，共有59個部門/機關採用該系統送交

-se assim que os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses têm sido implementados de forma bem sucedida. Em 2017, o CCAC recebeu um total de 15.061 declarações de bens patrimoniais e interesses apresentadas por trabalhadores da Administração Pública. Apresentam-se seguidamente os respectivos dados estatísticos:

Mapa estatístico relativo à apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses em 2017

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Início de funções	2.750
Alteração de funções	5.605
Cessaçao de funções	2.218
Actualização quinquenal	2.163
Actualização em razão do cônjuge	557
Cumprimento do dever de prestação de informações	1.547
Actualização voluntária	221
Total	15.061

Quanto às acções de divulgação deste regime, o CCAC recebeu, por várias vezes, visitantes, apresentando aos mesmos o funcionamento do regime da declaração de bens patrimoniais e interesses do Governo da RAEM, e promovendo assim o intercâmbio e a partilha de experiências profissionais nesta área. A par disso, em resposta aos pedidos de alguns serviços públicos, o CCAC continuou a realizar sessões de esclarecimento sobre a declaração de bens patrimoniais e interesses, tendo como alvo um grande número de trabalhadores recrutados recentemente pelos referidos serviços. Estas acções incluíam uma sessão interactiva de perguntas e respostas, com o objectivo de esclarecer dúvidas dos participantes. Com vista ao reforço das acções de divulgação relativas ao Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, para além da disponibilização das orientações para o preenchimento da declaração, o teor da referida Lei foi disponibilizado na Internet, possibilitando um melhor conhecimento da importância da declaração de bens patrimoniais e interesses por parte dos funcionários públicos e da generalidade dos cidadãos através de meios diversos, e um aumento da compreensão e da valorização do público relativamente ao referido regime jurídico.

Em sintonia com a política da implementação do Governo Electrónico do Governo da RAEM e tendo em conta as necessidades dos trabalhos futuros, o CCAC iniciou, em 2012, a concepção e o desenvolvimento de um *software* relativo ao «sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses», o qual foi lançado no ano seguinte. Até 31 de Dezembro de 2017, contam-se no total 59 serviços/entidades utilizadores deste sistema para efectuar a entrega das notificações. Na realidade, este sistema contribui não só para o melhor cumprimento do dever de notificação

通知書。事實上，在此系統的輔助下，不僅使部門/機關更好地履行有關通知義務，亦令公署能更有效地落實財產及利益申報工作，達到優化行政程序，提高行政效率的成效。

第四部分 行政申訴

一、概述

公署一如既往嚴格和充分運用《廉政公署組織法》賦予的職權，密切監察公共部門和實體所作出的決定和相關程序是否出現行政違法 and 失當，以問題導向和整體檢視相結合的方法進行調查，並在確認部門出現違法或失當時提出相關糾正意見和勸喻。

2017年，公署合共收到1,264宗投訴及舉報個案，當中有719宗屬行政申訴範疇；另外，公署於去年亦收到637宗行政申訴範疇的求助查詢。同過往統計數字比較，無論是投訴舉報抑或求助查詢都有所上升，究其原因，一方面可能是居民遇到的不平事有所增加和維權意識有所提高，另一方面相信是居民對公署過往數年的工作表示肯定和認同，認為公署的調查能夠發揮應有的作用。

在專案調查方面，公署於去年公佈了《關於文化局以取得勞務方式聘請工作人員的調查報告》，說明文化局以取得勞務制度聘請工作人員的經過，深刻剖析有關操作如何違背現行招聘公務人員的法律，呼籲局方本身及監督實體採取措施，確保公職招聘程序的公正性和切實貫徹“精兵簡政”的施政方針。

另外，公署亦公佈了《關於氣象局颱風預報程序及內部管理的調查報告》，揭示氣象局前局長在預測颱風和懸掛風球時，依賴個人判斷和決策，透過“居家決策”、“遙控指揮”的方式來作

por parte dos diversos serviços/entidades, mas também para a implementação dos trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses de forma mais eficiente por parte do CCAC, alcançando-se assim os resultados pretendidos ao nível do aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e elevando a eficiência administrativa nesta área.

SECÇÃO IV PROVEDORIA DE JUSTIÇA

I. Introdução

Tal como nos anos anteriores, o CCAC exerceu, de forma rigorosa e plena, as suas competências atribuídas pela «Lei Orgânica do CCAC», acompanhando de perto as decisões tomadas pelos serviços públicos e entidades públicas e os respectivos procedimentos, a fim de fiscalizar a sua legalidade e regularidade, procedendo às investigações com recurso à combinação dos métodos de «orientação para os problemas» e de «revisão integral», sendo que nos casos em que foi confirmada a existência de ilegalidades ou irregularidades praticadas pelos serviços públicos, o CCAC emitiu os respectivos pareceres e recomendações com vista à respectiva regularização.

Em 2017, o CCAC recebeu no total 1.264 queixas e denúncias, entre as quais 719 da área de provedoria de justiça; por outro lado, no ano transacto, o CCAC recebeu 637 pedidos de consulta na área de provedoria de justiça. Em comparação com os dados estatísticos dos anos anteriores, registou-se um aumento quer do número das queixas e denúncias, quer do número dos pedidos de consulta. Tal aumento deve ter tido por base, por um lado, ao eventual aumento do número de irregularidades com que os cidadãos se defrontaram e da maior consciência da defesa dos seus direitos, e por outro, ao reconhecimento e concordância por parte dos cidadãos do trabalho desenvolvido pelo CCAC nos últimos anos, acreditando os mesmos que as investigações levadas a cabo pelo CCAC são capazes de operar o efeito pretendido.

Relativamente aos inquéritos abertos, o CCAC publicou, no ano transacto, o «Relatório de investigação sobre o recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços por parte do Instituto Cultural», dando a conhecer os factos sucedidos com o recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços pelo Instituto Cultural, procedendo a uma análise profunda na qual se demonstrou em que medida o procedimento em causa é violador da lei relativa ao recrutamento de trabalhadores para o sector público em vigor, sugerindo ainda ao próprio serviço e à respectiva entidade tutelar a necessidade de adoptar diligências no sentido de assegurar a imparcialidade no processo de recrutamento de pessoal na função pública, bem como a necessidade de implementar efectivamente a política do Governo traduzida na «racionalização de quadros e simplificação administrativa».

Por outro lado, o CCAC publicou também o «Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões e a gestão interna da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG)», tendo apontado que o ex-director dos SMG previa os tufões e determinava o içar dos sinais de tufão com base nos seus juízos e decisões pessoais, sendo que a tomada de decisões relativa ao içar dos sinais de tufão era realizada através do procedimento de «decisão tomada em casa» ou de

出是否懸掛風球的決定。局方內部欠缺會商機制，領導、主管和工作人員對於懸掛風球標準的表述亦因人而異，在內部人事和設備管理方面亦存有一系列問題。

此外，針對房屋局拒絕經濟房屋申請人將其配偶不納入家團的申請，從而引發因配偶擁有資產而導致申請人購買經屋資格被取消的事件，公署進行了深入的調查和分析，並就有關事件的經過和結論作出說明。經分析後，公署認為房屋局的做法並沒有充分的法律和事實依據，局方理應接納相關申請，故此公署建議局方在符合法例的前提下發出“做契”許可書。

除了專案調查外，去年公署亦針對不同部門的投訴事宜進行調查，由於某些個案具有一定的代表性，故決定載錄於年報中。我們相信，在年報內披露有關個案，除能使公眾對相關個案和公署工作有所了解外，亦能令其他公共部門和實體從中檢視自身是否存在類似問題，從而避免重蹈覆轍。

從所選個案摘要可見，個別部門的領導和主管對於人事管理法律規定缺乏基本認識，從而導致部分工作人員的紀律意識鬆懈，影響部門的工作生態；另一方面，某些部門經過公署提點，在知道先前所作決定明顯缺乏法律依據和嚴重影響居民合法權益的情況下，仍然沒有及時全面檢視有關違法情況和主動加以糾正，而是在待公署一再表明立場後才有所行動，這種工作態度與“依法行政”、“施政為民”的工作方針背道而馳，這些問題值得各部門加以關注和重視。

二、專案調查

（一）《關於文化局以取得勞務方式聘請工作人員的調查報告》

公署在報告中指出，近年文化局違反有關開考及中央招聘的法律規定，繞過上級機關的審批和監管，以取得勞務的方式長期

«instrução à distância». Não existia também um mecanismo de consulta interna dentro dos SMG, sendo que a descrição sobre os critérios que fundamentam o ícar de tufões varia de pessoa para pessoa entre o pessoal da direcção, da chefia e dos demais trabalhadores, tendo sido ainda detectada uma série de problemas relativos à gestão do pessoal e dos equipamentos.

Por outro lado, em relação ao caso dos candidatos a habitação económica que perderam a respectiva qualificação para a aquisição de fracções de habitação económica em virtude dos seus cônjuges possuírem património, o CCAC procedeu a uma profunda investigação e análise, expondo os factos ocorridos e a respectiva conclusão, na sequência do indeferimento, pelo Instituto de Habitação (IH), dos pedidos apresentados pelos ditos candidatos para que os cônjuges não fossem integrados no seu agregado familiar. Após análise, o CCAC entendeu que a conduta do IH carece da devida fundamentação de direito e de facto, devendo aquele Instituto aceitar os pedidos em causa, tendo o CCAC sugerido ao IH que procedesse à emissão do termo de autorização para a celebração da escritura pública aos candidatos desde que as demais condições legais estejam reunidas.

Além dos inquéritos abertos, o CCAC procedeu também, no ano transacto, à investigação das queixas apresentadas contra diferentes serviços públicos, tendo alguns desses casos sido seleccionados para serem divulgados no relatório anual por se considerar terem valor de referência. O CCAC acredita que a divulgação dos referidos casos no relatório anual não só contribui para a compreensão dos mesmos e do trabalho do CCAC por parte do público, como serve também para referência dos demais serviços e entidades públicas no sentido de poderem verificar, através dos respectivos casos, a eventualidade da existência de problemas semelhantes, e assim evitar a repetição dos mesmos erros.

Através dos resumos dos casos seleccionados, pode-se verificar que alguns dirigentes e chefias não possuem um conhecimento básico sobre as disposições da lei relativa à gestão de pessoal, originando assim um enfraquecimento da consciência disciplinar por parte dos trabalhadores, e afectando também o ambiente de trabalho do serviço. Por outro lado, alguns serviços públicos, depois da advertência feita pelo CCAC, e estando conscientes de que as decisões anteriormente tomadas pelos mesmos são notoriamente desprovidas de fundamentos de direito, afectando gravemente os direitos e os interesses legítimos dos cidadãos, em vez de procederem atempadamente a uma revisão integral da situação ilegal em causa ou à regularização da situação por sua iniciativa, só tomaram as necessárias diligências depois de o CCAC ter novamente manifestado a sua posição junto dos mesmos. Essa atitude de trabalho é incoerente em relação às políticas de trabalho de «administração de acordo com a lei» e de «governança centrada na população». Estes problemas merecem uma maior atenção e consideração por parte dos diversos serviços públicos.

II. Inquéritos

（1）Relatório de investigação sobre o recrutamento de trabalhadores em regime de aquisição de serviços por parte do Instituto Cultural

No relatório de investigação, o CCAC referiu que, nos últimos anos, o Instituto Cultural (doravante designado por IC) violou as normas legais relativas ao concurso e ao recrutamen-

大量聘用工作人員，其中招聘信息不公開、甄選方式不嚴謹、涉嫌違反迴避制度等問題尤為突出。

公署在調查中發現，近年文化局以第122/84/M號法令規定的取得勞務的方式，違法聘用大量工作人員。雖然以前在部分公共部門中曾經存在按照該法令，以取得勞務的方式聘請工作人員的情況，但是，隨著公署及審計署透過報告、勸喻、指引等方式不斷指出這種做法的錯誤之處，近年絕大部分公共部門已經避免以取得勞務的方式聘請工作人員。

然而，文化局不僅一直沿用以取得勞務方式聘請工作人員的做法，而且在2014年以該種方式聘請的工作人員人數大幅增加至112人，接近該局工作人員總數的六分之一。即使在公署就此事展開調查的2016年，以該種方式聘請的工作人員仍有94人。

公署發現，文化局以取得勞務方式聘請大量工作人員，存在下列一系列的問題：

1. 僭越上級機關的人事管理權限

文化局表示，由於近年該局的工作量大增，但人力資源緊張，無法應付大量新增的工作項目，中央招聘過於費時，上級機關又不批准豁免開考，所以便決定以取得勞務的方式自行聘請工作人員。然而，在澳門的公職法律制度中，局級部門並無自行聘請工作人員的權限，有關的權限屬行政長官或相關範疇的司長。

按照法律規定，公共部門如有特殊原因急需進行招聘，在適當說明理由的情況下，經行政長官或相關範疇的司長批准，方可免除開考招聘合同人員。另一方面，只有經行政長官或相關範疇的司長批准，方可採用以審查文件方式的開考，即不經知識考試，僅以履歷分析和面試聘用合同人員。

to centralizado, tendo escapado da necessária autorização e supervisão do órgão superior para recrutar, de forma constante, um grande número de trabalhadores mediante o modelo da aquisição de serviços. Os problemas que se destacam com esta situação são sobretudo a falta de publicidade de informações sobre recrutamento, a utilização de métodos de selecção não rigorosos e a suspeita de incumprimento do regime de impedimentos.

O CCAC concluiu, no decorrer da investigação, que o IC recrutou, nos últimos anos e ilegalmente, um grande número de trabalhadores através do modelo da aquisição de serviços previsto no Decreto-Lei n.º 122/84/M. Apesar de existir registo de situações anteriores de recrutamento de trabalhadores através do modelo da aquisição de serviços previsto no dito decreto-lei por parte de alguns serviços públicos, acontece que, na sequência de relatórios, recomendações e orientações emitidos pelo CCAC e Comissariado da Auditoria (CA), referindo sucessivamente que tal prática não é correcta, a maioria dos serviços públicos já evitam recorrer ao modelo da aquisição de serviços no recrutamento de trabalhadores nos últimos anos.

No entanto, o IC não só tem continuado a recrutar trabalhadores em regime de aquisição de serviços, como em 2014, o número de trabalhadores recrutados mediante tal regime aumentou substancialmente até 112, o que representava à data cerca de um sexto do número total dos trabalhadores do IC. Mesmo em 2016, ano em que o CCAC instaurou a investigação em causa, existiam ainda 94 trabalhadores recrutados com base nesse regime.

O CCAC enumera os seguintes problemas resultantes do recrutamento de um grande número de trabalhadores com base no regime de aquisição de serviços:

1. Usurpação do poder do órgão superior no âmbito da gestão de pessoal

O IC afirmou que atendendo ao facto de o volume de trabalho ter vindo a aumentar nos últimos anos, e sendo os recursos humanos muito escassos, se encontrava, portanto, numa situação de incapacidade de resposta ao grande número de projectos novos, e considerando também a morosidade do processo de recrutamento centralizado e a não autorização superior para dispensa de abertura de concursos, o IC resolveu recorrer ao modelo de aquisição de serviços para recrutar trabalhadores por sua própria iniciativa. No entanto, nos termos do regime jurídico da função pública de Macau, não compete às direcções de serviços recrutar os seus trabalhadores, tal competência pertence ao Chefe do Executivo ou ao secretário da respectiva área governativa.

De acordo com a lei, se os serviços públicos tiverem motivos excepcionais, em casos devidamente fundamentados e quando a urgência do recrutamento o justifique, o concurso pode ser dispensado no recrutamento de trabalhadores em regime de contrato, mediante autorização do Chefe do Executivo ou do Secretário da respectiva área governativa. Por outro lado, o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato pode ser precedido de concurso documental apenas quando for autorizado pelo Chefe do Executivo ou Secretário da respectiva área governativa, necessitando nestes casos somente a realização da entrevista e da análise curricular, e não a realização de provas de conhecimentos.

但是，文化局在未經社會文化司司長批准豁免的情況下，自行以取得勞務和透過非開考的方式大量招聘工作人員，且在甄選人員時僅採用履歷分析和面試等方法，未經社會文化司司長批准而豁免知識考試，這無疑都已僭越了上級機關的人事管理權限。

2. 規避特區政府開考的招聘制度

自第14/2009號法律《公務人員職程制度》及配套法規生效以後，所有公共部門聘請該法所指的一般及特別職程的人員時必須進行開考，而且聘請高級技術員和技術輔導員只能透過中央招聘程序進行。開考時，部門必須在《澳門特別行政區公報》以及最少兩份報章上刊登通告，投考人必須通過知識考試、專業面試、履歷分析等甄選方可入職公共部門。

然而，公署在調查中發現，文化局在以取得勞務方式聘請人員時，不向社會公佈招聘信息，也不向行政公職局索取已作就業登記的求職者資料，而是透過同事推薦、朋友介紹、口耳相傳的方法在特定範圍內散播招聘消息，違反了公職招聘程序中的公開原則。

文化局在對求職者進行甄選時，不進行筆試或其他專業技能測試，僅靠履歷分析和面試確定“合適人選”，但獲聘請人員的知識和經驗與受聘職位並無明顯關聯，有關聘請的標準令人存疑。

公署發現，文化局在招聘取得勞務人員時，招聘程序不公開、不透明，聘請標準不明確、不規範，而且存在有領導主管的親屬以取得勞務的方式進入文化局工作的情況，這種做法與特區政府所倡導的公開、公平、公正招聘公職人員的方針背道而馳。

3. 取得勞務人員在開考時享有優勢

公署在調查中發現，文化局在透過開考招聘技術員或技術輔導員時，在最終獲聘的人員中，有相當部分曾經以取得勞務方

No entanto, na ausência da autorização do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura para a dispensa de concurso, o IC recrutou, por iniciativa própria, um grande número de trabalhadores em regime de aquisição de serviços e sem realização de qualquer concurso. Para além disso, a selecção de candidatos foi feita pelo IC apenas em função da análise curricular e da entrevista, sem que tenha obtido a necessária autorização do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura para a dispensa de provas de conhecimentos, constituindo este facto indubitavelmente uma usurpação do poder do órgão superior no âmbito da gestão de pessoal.

2. Desvio do regime de recrutamento por concurso do Governo da RAEM

Após a entrada em vigor da Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos) e dos respectivos diplomas regulamentares, o recrutamento de trabalhadores de todos os serviços públicos, quer da carreira geral quer da carreira especial, deve ser realizado mediante concurso público, sendo que os trabalhadores das categorias de técnico-superior e de adjunto-técnico apenas podem ser recrutados mediante o recrutamento centralizado. Na abertura do concurso, os serviços públicos devem publicar o aviso de abertura do concurso no Boletim Oficial da RAEM e em, pelo menos, dois jornais, sendo que, para o ingresso nos serviços públicos, os candidatos necessitam de sujeitar-se a um conjunto de métodos de selecção, tais como as provas de conhecimentos, as entrevistas profissionais e as análises curriculares, entre outras.

No entanto, o CCAC descobriu na investigação que, no recrutamento dos seus trabalhadores em regime de aquisição de serviços, o IC não anunciou ao público as informações sobre o recrutamento, nem obteve junto do SAFP os dados dos indivíduos inscritos na Bolsa de Emprego tendo aproveitado antes as recomendações entre colegas e amigos para divulgação de boca em boca e num determinado círculo as notícias do recrutamento. Estes factos violaram o princípio da publicidade do processo de recrutamento de trabalhadores dos serviços públicos.

Na selecção dos candidatos, o IC não realizou provas escritas ou testes de aptidão profissional, recorrendo apenas à análise curricular e à entrevista para encontrar «pessoal adequado», no entanto, não se vê uma ligação notória entre os conhecimentos e experiência profissional dos trabalhadores recrutados com os cargos para os quais são recrutados, havendo assim dúvidas sobre os critérios de recrutamento.

O CCAC referiu que no recrutamento de trabalhadores do IC em regime de aquisição de serviços, os respectivos processos não foram públicos nem transparentes, os critérios de recrutamento não foram claros nem regulares, chegando a registar-se casos em que familiares do pessoal de direcção e chefia ingressaram no IC para trabalhar ao abrigo do regime de aquisição de serviços. Esta situação contraria a política preconizada pelo Governo da RAEM para um recrutamento de trabalhadores transparente, justo e imparcial.

3. Vantagens nos concursos para os trabalhadores que já se encontravam no regime de aquisição de serviços

No decorrer da investigação, o CCAC detectou que em concursos para recrutamento de técnicos ou adjunto-técnicos do

式在文化局工作。文化局曾於2014年及2015年公開招聘60名不同範疇的二等技術員，最終獲聘的60名投考人中，有22名之前曾以取得勞務的方式在文化局工作。

文化局曾於2011年通過開考程序招聘二等技術輔導員，獲聘的31人中有13人曾為取得勞務人員；2012年再次公開招聘技術輔導員，最終獲聘的四人中有三人曾為取得勞務人員；之後，文化局於2013年12月向監督實體申請根據該次開考的最後評核名單，額外增聘九名技術輔導員，其中六人當時正以取得勞務方式在文化局工作。

公署發現，在文化局開考的知識筆試中，經常會出現與部門運作相關的實務性較強的題目，且題目所佔分數比例頗高。因此，有相關工作經歷的投考人便具有一定的優勢；在履歷分析階段，其中的一項評分準則亦是考慮投考人是否具備相關範疇的工作經驗。

公署在抽查文化局的開考卷宗時發現，典試委員會曾經在獲知投考人的履歷及身份後，方制定知識筆試題目；而且在計算出各投考人知識筆試成績後，方制定面試及履歷分析的評分準則，這種做法與公共部門開考的慣常程序並不相符。

4. 製造假象掩飾真正的勞動僱傭關係

文化局與取得勞務人員簽署的“提供服務協議”，當中包含工作內容、工作時數、考勤計算方法等條款，無論是從形式還是從內容上看，都是一份典型的勞動合同。而且，在實際工作中，這些人員同文化局的正式員工沒有分別，要按照指定時間上下班、服從上級的命令、完成指派的工作並獲得相應的薪酬。

然而，文化局為將取得勞務人員的聘用包裝成第122/84/M號法令規定的購買服務，從而掩飾真正的勞動僱傭關係，會要求應聘人提交一份購買服務的“報價單”，當中“提供服務”的內容及“服務費”與聘用建議書中所提及的完全一致；又如，刻意

IC, foram contratados muitos trabalhadores que tinham exercido funções no IC em regime de aquisição de serviços. Nos anos de 2014 e 2015, o IC realizou o recrutamento público para o preenchimento de 60 lugares de técnico de 2.ª classe para várias áreas, sendo que dos 60 trabalhadores contratados, 22 tinham exercido funções no IC em regime de aquisição de serviços.

No ano de 2011, o IC realizou um concurso público para recrutamento de adjunto-técnicos de 2.ª classe, sendo que dos 31 trabalhadores contratados, 13 tinham sido já trabalhadores do IC em regime de aquisição de serviços; no ano de 2012, realizou novamente recrutamento público para preenchimento de lugares de adjunto-técnico, sendo que dos 4 trabalhadores contratados, 3 tinham sido já trabalhadores do IC em regime de aquisição de serviços. Posteriormente, em Dezembro de 2013, o IC solicitou à respectiva entidade tutelar a autorização para a contratação adicional de mais 9 adjunto-técnicos com base na lista final de classificação daquele concurso, sendo que 6 desses trabalhadores estavam já a trabalhar no IC em regime de aquisição de serviços.

O CCAC verificou que nos concursos organizados pelo IC, as provas escritas de conhecimentos continham muitas vezes perguntas que diziam respeito às práticas e operações dos serviços e que tais perguntas tinham um peso considerável na pontuação, pelo que os candidatos com experiência nesta área tiveram uma certa vantagem. E na fase de análise curricular, um dos critérios de avaliação era também precisamente a experiência profissional dos candidatos naquela área.

Na análise efectuada a um processo de concurso aberto pelo IC, o CCAC verificou que as perguntas para a prova escrita de conhecimentos foram elaboradas pelo júri só depois de este conhecer os currículos e a identidade dos candidatos. A par disso, os critérios de avaliação da entrevista e da análise curricular foram elaborados só após ter sido conhecida a classificação de todos os candidatos na prova escrita de conhecimentos. Esta prática não corresponde aos procedimentos normais de abertura de concursos para recrutamento de trabalhadores dos serviços públicos.

4. Simulação para esconder uma verdadeira relação de emprego

O «acordo de prestação de serviços» celebrado entre o IC e os trabalhadores recrutados em regime de aquisição de serviços, onde se encontravam estipulações sobre o conteúdo funcional, as horas de trabalho, o método de cálculo de assiduidade, entre outras, configura um contrato de trabalho típico quer formal quer materialmente. Além disso, no exercício de funções, tal como sucede com os demais trabalhadores do IC, o pessoal neste regime tem de prestar serviço de acordo com o horário de trabalho definido, obedecer às ordens superiores e exercer as funções que lhe são atribuídas, recebendo a correspondente remuneração.

No entanto, o recrutamento do dito pessoal foi configurado pelo IC como se tratando do modelo de aquisição de serviços previsto no Decreto-Lei n.º 122/84/M, com vista a esconder uma verdadeira relação de emprego. Para tal, o IC exigia ao candidato que apresentasse uma «cotação» para a aquisição de um serviço, sendo que o tipo de serviços indicados a prestar e os honorários são exactamente iguais aos que se referem na

安排部門主管以手寫的方式記錄取得勞務人員的上下班時間，而不是同正式員工一起記錄出勤（即“打咭”）。

更為誇張的是，為避免與員工長期簽署具有眾多典型勞動合同條款的協議，文化局一般在跟取得勞務人員簽訂“提供服務協議”滿一年後，便會改為簽署所謂的“工作協定”，並要求有關人員向財政局作出以自由職業者身份進行開業的申請，填寫及提交職業稅M1表格。

文化局與這些人員簽署的“工作協定”對工作的時間、數量及方式沒有任何規定，對考勤制度也隻字不提，刻意營造出一種相關人員是提供服務的“自由職業者”而非部門員工的假象。此外，由於大部分“工作協定”的內容過於簡單，還會造成監察方面的困難。

5. 規避公職人員財產及利益申報法律制度

第11/2003號法律規定，公共職位據位人以及與公共部門具有從屬關係的人員都有義務提交財產及利益申報。雖然與文化局簽署“提供服務協議”的人員會按照法律的規定向公署提交財產申報，然而，當有關人員改簽“工作協定”之後，便以與局方沒有從屬關係為由，不再向公署提交財產申報。

文化局以“工作協定”方式聘請的工作人員分佈於多個附屬部門，由於這些人員在工作中與正式員工並無明顯區分，因此完全有機會接觸甚至參與涉及重大經濟利益的項目策劃或行政審批程序。但是，這些人員並未履行財產申報的義務，這不僅會造成廉政監察方面的缺失，而且會帶來貪污腐敗方面的潛在風險。

除了上述問題外，公署發現兩項值得部門和監督實體高度關注的問題：

1) 必須確保公職招聘程序的公正性

文化局透過在“圈內人士”或親朋好友間傳播招聘取得勞務人員的信息，人員甄選缺乏知識考試的淘汰競爭，其中部分人員

proposta de recrutamento. Outro exemplo foi o de que, o registo manual das horas de entrada e saída do pessoal recrutado em regime de aquisição de serviços era feito propositadamente pelas chefias das subunidades, não precisando o referido pessoal fazer o registo de assiduidade normal («picar o cartão de ponto») como os demais trabalhadores.

O mais absurdo é que, para evitar celebrar permanentemente com o trabalhador um acordo com muitas das cláusulas típicas do contrato de trabalho, o IC decorrido normalmente um ano sobre a celebração do «acordo de prestação de serviços» com o pessoal em regime de aquisição de serviços, passou a celebrar um chamado «acordo de trabalho», exigindo a esse pessoal a apresentação da declaração de início de actividade na qualidade de profissional liberal junto da Direcção dos Serviços de Finanças e o preenchimento e apresentação do formulário do Modelo M/1 do Imposto Profissional.

No «acordo de trabalho» celebrado entre o IC e o referido pessoal não existia qualquer cláusula relativamente ao horário de trabalho e ao volume e método de trabalho, nem referência nenhuma ao regime de assiduidade, dando propositadamente uma imagem falsa de que o pessoal em questão prestava serviço na qualidade de profissional liberal e não como trabalhador do IC. Mais, o conteúdo da maior parte desses «acordos de trabalho» era demasiado simplificado, o que originava também dificuldades no âmbito de fiscalização.

5. Desvio do regime de declaração de bens patrimoniais e interesses dos trabalhadores da função pública

De acordo com a Lei n.º 11/2003, os titulares de cargos públicos e os trabalhadores que têm uma relação de subordinação com os serviços públicos são obrigados a apresentar uma declaração de bens patrimoniais e interesses. Não obstante os trabalhadores que celebraram os «acordos de prestação de serviços» com o IC terem apresentado declarações de bens patrimoniais ao CCAC nos termos da lei, no entanto, depois de os mesmos terem passado a celebrar os «acordos de trabalho», deixaram de apresentar as declarações de bens patrimoniais ao CCAC, alegando para tal a inexistência de uma relação de subordinação com o IC.

O pessoal recrutado pelo IC mediante «acordos de trabalho» encontra-se distribuído por diversas subunidades orgânicas, e como no âmbito do exercício das funções, não existe nenhuma diferença notória entre o referido pessoal e os trabalhadores propriamente ditos do IC, dir-se-á que também para o referido pessoal, é possível ter acesso, e até participar, no planeamento ou no processo de autorização administrativa de projectos que envolvem grandes interesses económicos. No entanto, o mencionado pessoal não cumpriu a sua obrigação de apresentação da declaração de bens patrimoniais, o que constitui não só uma lacuna no âmbito de fiscalização da integridade, como também um risco potencial na prática de actos de corrupção.

Além dos problemas expostos anteriormente, há ainda duas questões que devem merecer ponderação por parte do IC e da respectiva entidade tutelar:

1) A justiça do processo de recrutamento da função pública tem de ser garantida

As informações sobre a intenção de recrutamento de pessoal em regime de aquisição de serviços têm sido transmitidas pelo

更利用在文化局的工作經驗，在入職公務員的開考中享有“近水樓台”的優勢，這難免會令人質疑該局取得勞務人員招聘過程的公正性。

公署認為，公共部門在人員招聘過程中，必須按照特區政府的要求，遵守有關開考、中央招聘、統一開考的法律規定，確保人員招聘程序的公開、公平、公正，嚴格執行有關迴避的法律規定，保障居民享有平等求取公職的機會。

2) 必須執行特區政府“精兵簡政”的施政方針

近年文化局組織舉辦的各類活動不斷增加，若現有的人員確實無法應付新增的工作，適當增聘人手無可厚非，但必須依照法定程序進行招聘，而且需要具備相應的財政預算。文化局利用本應用作舉辦文化活動的文化基金的預算，大量聘請取得勞務人員，領導層對聘請人員的數量及費用沒有設定上限，這種做法不符合公共財政管理應有的要求。

公署強調，公共部門在工作上積極進取、有所作為的精神值得肯定，但是施政不能不計成本，必須“量入為出”、審慎理財；在追求部門工作成效的同時，不能無視特區政府的整體人員聘用規劃，不能部門利益為先、“只見樹木不見森林”；否則，特區公務人員的數量和公共財政的開支都將面臨失控的危險。

(二)《關於氣象局颱風預報程序及內部管理的調查報告》

公署在報告指出，氣象局在預測颱風及懸掛風球時，依賴氣象局前局長個人的判斷和決策，事前不商議，事後不檢討，欠缺內部會商機制，非辦公時間考慮懸掛三號甚至八號風球時，氣象

IC somente dentro de um determinado círculo de indivíduos ou entre familiares e amigos. Na selecção de candidatos não se procedeu à prova de conhecimentos, a qual se reveste de natureza eliminatória. Uma parte do pessoal em questão, aproveitando a sua experiência profissional no IC beneficiou desta vantagem nos concursos de ingresso naquele serviço. Tudo isto suscita inevitavelmente suspeitas sobre a justiça do processo de recrutamento de pessoal do IC em regime de aquisição de serviços.

O CCAC considera que, no recrutamento de trabalhadores, os serviços públicos devem responder às exigências do Governo da RAEM, cumprindo as normas legais relativas à abertura de concursos, ao recrutamento centralizado e ao concurso de gestão uniformizada, assegurando a publicidade, a imparcialidade e a justiça do processo de recrutamento de trabalhadores e executando rigorosamente as normas legais de impedimento, com vista a salvaguardar a igualdade de oportunidades entre os cidadãos na candidatura à função pública.

2) A política do Governo da RAEM «racionalização de quadros e simplificação administrativa» deve ser obrigatoriamente executada

O volume de actividades organizadas pelo IC nos últimos anos tem vindo a aumentar, no entanto, se o IC não conseguia, com o pessoal existente, dar resposta às tarefas adicionais que vinham surgindo, não seria censurável o recrutamento de um número adequado de trabalhadores, porém, tal recrutamento devia ser realizado nos termos dos procedimentos legais e ter o orçamento correspondente. O IC utilizou o orçamento do Fundo de Cultura, que supostamente deveria ser aplicado na realização de actividades culturais, gastando-o no recrutamento de um grande número de pessoal em regime de aquisição de serviços, e a sua direcção não fixou um limite máximo quer para o número deste pessoal quer para as despesas com o respectivo recrutamento, o que não está em conformidade com as exigências devidas no âmbito da administração financeira pública.

O CCAC sublinha que, no exercício de funções públicas, a iniciativa e o espírito contributivo dos serviços públicos merecem reconhecimento, porém, os serviços públicos não podem perder de vista o custo da sua actuação, devendo cumprir a política de «manutenção das despesas dentro dos limites das receitas e uma gestão financeira prudente». A par de procurar alcançar resultados, os serviços públicos não podem ignorar o planeamento global do recrutamento de pessoal do Governo da RAEM, nem ter como prioridade os seus próprios interesses, atendendo apenas a um e não a todos os aspectos da questão. Caso contrário, a RAEM correrá o risco de perder o controlo do número dos trabalhadores da função pública e das despesas financeiras públicas.

(2) «Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões e a gestão interna da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos»

O CCAC indicou no seu relatório que, a previsão de tufões e a tomada de decisões relativas ao içar dos sinais de tufão, dependia do juízo e decisão pessoal do ex-director dos SMG, sem qualquer discussão prévia nem revisão posterior e que falta um mecanismo de consulta interna. Quando era necessário considerar, fora do horário de expediente, o içar do sinal de tufão n.º 3 ou mesmo n.º 8, o pessoal da direcção dos SMG

局領導留在家中依靠電話和網絡遙控決策，考量的標準連局內的工作人員都不清楚，內部人事及設備管理存在諸多問題，認為氣象局領導負有主要的、不可推卸的責任。

2016年颱風“妮妲”和2017年颱風“天鴿”吹襲澳門後，有市民認為氣象局存在遲報、誤報，甚至懷疑因顧及博彩公司利益而拖延懸掛八號風球，要求公署介入調查，而廉政專員先後兩次作出批示，就氣象局颱風預報程序及內部管理展開調查。

經過調查，公署發現氣象局在颱風預報程序、人力資源及設備設施管理方面存在諸多問題。

在颱風預報決策方面，前局長馮瑞權曾在回覆立法會書面質詢時表示，在每次懸掛風球領導主管和氣象技術人員都會進行會商，所有決定都是經詳細討論後作出。然而，公署發現氣象局並沒有為颱風預測設立專門的會商機制，而是依賴前局長個人的判斷和決策，氣象預報員在收到局長的指令前，也不知道是否懸掛風球和何時懸掛。

前局長所謂的“共同會商”是指在正常辦公時間，當可能懸掛三號或八號風球時，召集副局長及氣象處處長在其辦公室開會討論，並無前線氣象預報員的參與；在非辦公時間或節假日，則由副局長透過電話向局長“單對單”匯報，局長在家中透過網絡查看颱風的數據和資訊，作出是否懸掛風球的決定，然後透過電話通知在氣象局值班的預報員對外發佈有關消息。

公署認為，颱風期間的天氣狀況瞬息萬變，氣象局前局長單純依賴領導主管的匯報，以及自己透過電腦的監測及判斷難以全面、及時掌握颱風的最新情況。颱風預測是需要在短時間內匯集並分析大量資料信息的工作，絕非單憑某一個或某幾個人的聰明才智和專業能力便可勝任。

permanecia nas suas residências e tomava decisões à distância por via telefónica e com recurso à Internet. Para além disso, os trabalhadores dos SMG não compreendiam os critérios adoptados, e existiam vários problemas na gestão do pessoal e dos equipamentos. O CCAC considerou que o pessoal de direcção dos SMG devia assumir as principais responsabilidades, às quais não se pode esquivar.

Após a passagem por Macau do tufão «Nida» no ano 2016 e do tufão «Hato» no ano 2017, alguns cidadãos consideraram que houve atrasos e erros nas previsões por parte dos SMG, tendo chegado a suspeitar que os SMG atrasaram o içar do sinal n.º 8 porque tiveram em conta os interesses das empresas exploradoras de jogos de fortuna ou azar, solicitando por isso a intervenção do CCAC. O Comissário contra a Corrupção determinou, por duas vezes, através de despachos, que tivesse lugar uma investigação sobre os procedimentos de previsão de tufões e a gestão interna dos SMG.

Na sequência da investigação, o CCAC detectou muitos problemas nos procedimentos de previsão de tufões e na gestão de recursos humanos, de equipamentos e de instalações dos SMG.

No âmbito da tomada de decisões relativas à previsão de tufões, o ex-director Fong Soi Kun referiu, em resposta a uma interpelação escrita à Assembleia Legislativa, que todas as vezes, ao içar sinais de tufão, os dirigentes dos SMG reuniam-se com as chefias e os técnicos de meteorologia, por isso, todas as decisões eram discutidas detalhadamente. No entanto, o CCAC verificou que os SMG não tinham estabelecido um mecanismo específico de consulta interna relativamente à previsão de tufões, dependendo somente dos juízos e decisões pessoais do ex-director. Antes de receber as ordens do director, os trabalhadores meteorologistas não sabiam se se iria içar, ou não, o sinal de tufão, nem tão pouco quando tal poderia suceder.

A chamada «reunião conjunta», referida pelo ex-director dos SMG, tinha lugar quando havia a possibilidade de eventualmente ser içado o sinal n.º 3 ou n.º 8 durante o horário normal de trabalho. Naquelas situações era convocada uma reunião pelo director, na qual participava a subdirectora e o chefe da Divisão de Meteorologia, reunião essa realizada no seu gabinete. Nesta reunião não participava qualquer meteorologista operacional. Quando tal possibilidade se colocava fora do horário normal de trabalho ou num dia feriado, a situação era comunicada individualmente, pela subdirectora, ao director, por via telefónica, e este, através da consulta, via Internet, dos dados e informações relativas ao tufão, tomava a decisão sobre o içar, ou não, dos sinais de tufão. Posteriormente, essa decisão, era comunicada aos meteorologistas operacionais em serviço nos SMG, também por via telefónica, para efeitos de divulgação da respectiva notícia.

O CCAC considera que as condições atmosféricas estão sempre a sofrer alterações durante os períodos de tufão e que é difícil o director dos SMG dominar a situação, de forma global, atempada e permanentemente actualizada, através unicamente da troca de informações somente com o pessoal de direcção e de chefia, e da monitorização e juízo feitos por ele próprio com recurso ao computador. Tendo em conta que os trabalhos de previsão de tufões exigem a recolha e análise de um grande volume de dados e informações num curto período de tempo, um trabalho bem sucedido nesta área não depende simplesmente da inteligência e da capacidade profissional de um ou dois indivíduos.

當颱風逐漸逼近澳門，氣象局領導不是駐守部門嚴陣以待，而是留在家中，透過電話和家用網絡作出懸掛三號甚至八號風球的決策，假如發生停電、斷網或電話不通，氣象局領導在家中不僅無法查看氣象數據資料，也無法下達懸掛風球的指令，澳門的颱風預警系統將會因此而處於停頓甚至癱瘓狀態，勢必造成颱風預警的遲報或誤報。

報告指出，雖然氣象局領導在“天鴿”來臨當日，即2017年8月23日清晨返回了氣象局，但是透過“居家決策”、“遙控指揮”進行颱風預報，絕非公共部門應對重大自然災害應有的工作方式。這不僅同周邊地區氣象預報部門的做法迥然不同，而且與市民心目中的颱風預報場景相去甚遠，如果有任何意外發生，會嚴重威脅市民的生命和財產安全。

在懸掛風球標準方面，氣象局前局長在調查中向公署表示，颱風預報不能單純依據第16/2000號行政命令核准的《熱帶氣旋情況的指示》中的標準，必須綜合考量颱風的普遍性、代表性和持續性三項要素。前局長於2016年8月也曾向傳媒表示，颱風“妮妲”吹襲澳門時，雖然有氣象監測站錄得的風速已經達到法律規定的下限，但由於颱風整體風速較小，未符合懸掛八號風球的普遍性和持續性標準。

在公署介入調查並提出建議前，氣象局並沒有發佈任何文件用以界定或說明何謂颱風的普遍性、代表性和持續性，更沒有制定依據“三項要素”進行颱風預測的內部指引。氣象局前局長表示工作人員均對此清楚了解，一般會“心中有數”，“不會有歧義”。

但公署調查發現，氣象局的領導主管對“三項要素”定義和標準的理解各自表述、並不相同，這勢必導致副局長在代任局長時，所作出的懸掛風球的決定出現因人而異的情況，而氣象局其

Quando um determinado tufão se aproximava gradualmente de Macau, o pessoal da direcção dos SMG não permanecia normalmente no serviço com vista a preparar-se para enfrentar o tufão, ficando apenas nas suas residências e tomando decisões relativamente ao içar do sinal n.º 3 ou mesmo n.º 8 por via telefónica e com recurso à Internet. Se acontecer um corte da energia, ou se se verificar uma interrupção nas ligações da Internet ou mesmo se forem interrompidas as ligações telefónicas, nessas situações, o pessoal da direcção dos SMG não só não conseguiria consultar os dados e informações meteorológicos em casa, mas também não conseguiria emitir qualquer ordem relativamente ao içar dos sinais de tufão, o que significa que se tal sucedesse o sistema de alerta de tufões de Macau ficaria suspenso, ou até mesmo paralisado, e poderia ter como consequência previsões atrasadas ou erradas.

Indica-se no relatório do CCAC que, apesar de, durante o período em que o tufão «Hato» se abateu sobre Macau, ou seja, na madrugada do dia 23 de Agosto de 2017, o pessoal da direcção dos SMG ter voltado para o serviço, importa referir que, a previsão de tufões realizada através do procedimento de «decisão tomada em casa» ou de «instrução à distância», não corresponde a um procedimento de trabalho razoável para enfrentar desastres naturais por parte de um serviço público, todo este procedimento não só é totalmente diferente da prática de departamentos de previsão meteorológica de regiões vizinhas, mas também é muito diferente da imaginação dos cidadãos relativamente ao cenário da previsão de tufões, se acontecer assim qualquer acidente, tal pode ameaçar gravemente a segurança da vida e do património dos cidadãos.

Em relação aos critérios do içar dos sinais de tufão, o ex-director dos SMG manifestou ao CCAC que a previsão de tufões não pode ser efectuada meramente de acordo com os critérios previstos nas «Instruções Relativas a Situações de Tempestade Tropical», aprovadas pela Ordem Executiva n.º 16/2000, devendo ter em conta globalmente três factores essenciais, a saber: generalidade, representatividade e continuidade. O ex-director revelou, em Agosto de 2016, aos órgãos de comunicação social que, durante a passagem por Macau do tufão «Nida», apesar de terem sido registadas nalgumas estações meteorológicas velocidades dos ventos que atingiram o limite mínimo legalmente previsto, a velocidade média do tufão era relativamente baixa, não reunindo os critérios da generalidade e da continuidade para o içar do sinal n.º 8.

Antes da intervenção e a apresentação de sugestões do CCAC, os SMG não divulgaram qualquer documento para definir ou indicar o que são a generalidade, representatividade e continuidade de um tufão, além disso, não foi elaborada nenhuma instrução interna explicando como realizar a previsão de tufões em conformidade com aqueles «três factores essenciais». O ex-director dos SMG referiu que os trabalhadores compreendiam claramente aquele termo e genericamente «estavam cientes do seu significado» e «que não haveria lugar a interpretações diversas».

Durante a investigação, o CCAC verificou que o pessoal da direcção e de chefia dos SMG referiram entendimentos diferentes relativamente à definição e aos critérios dos chamados «três factores essenciais», e quando o director é substituído pela subdirectora, tal facto pode significar, com certeza, diferentes decisões relativamente ao içar dos sinais de tufão, só porque

他工作人員對普遍性、代表性和持續性更是所知甚少或者聞所未聞，在工作中未曾聽聞懸掛風球時需要參考這“三項要素”。

公署認為，氣象局懸掛風球時應考量的因素和依據的準則

既非領導專屬，更不是需要“秘而不宣”、“深藏不露”的資訊，如果連氣象局內部的氣象預報員都不清楚，公眾則更是無從知曉，從而難免會對氣象局預報的準確性產生懷疑，甚至質疑是否存在遲報或誤報的情況。

此外，公署亦發現氣象局存在一系列內部管理的問題。在人事管理方面，公署發現氣象局負責預報天氣的人員被不停調配到其他附屬單位，有的個案中更出現一年中被調動6次的情況，影響工作的穩定性；領導層以工作已自動化和電腦化為由削減氣象監察中心的值班人員數目，造成預報員在颱風逼近時難以同時應付氣象監察和回覆查詢的工作，前局長覺得不值得為接聽電話增加人手，認為預報員應先完成氣象監察工作，有空時才接聽查詢電話，因此在颱風“天鴿”期間堅持在三號風球時僅維持兩名人員值班，直至8月23日早上才增加了兩名預報員。

另外，對於有關氣象局副局長宗教信仰的傳聞，公署在調查中難以確認是否屬實抑或謠傳，但是接觸的工作人員皆表示有關傳聞在局內流傳甚廣、人所皆知，加上當事人平時的某些行為舉止，的確會令人感到不安，尤其是通宵值班的同事。

公署表示宗教信仰自由是居民的基本權利，但是個人的宗教信仰不能同公共機構的管理相混淆，不應將宗教儀式以及宗教活動帶到工作環境之中，從而對同事的心理及部門的運作產生影響。對於前局長表示沒有看過網絡上有關的帖子和消息，所

tais decisões são tomadas por pessoas diferentes. Enquanto os restantes trabalhadores revelaram pouco conhecimento relativamente aos conceitos de generalidade, representatividade e continuidade, sendo que alguns deles nunca sequer tinham ouvido falar neste termos, e no exercício das suas funções, também nunca tinham ouvido que os «três factores essenciais» devem ser tidos em consideração no que respeita às decisões de içamento dos sinais de tufão.

O CCAC considera que, os critérios relativos aos factores e aos fundamentos considerados pelos SMG durante a tomada de decisões relativas ao içar, ou não, de um determinado sinal de tufão, não são critérios aplicados exclusivamente pela direcção daquele organismo, nem se tratam de segredos de que se não devem falar nem que não possam ser alvo de publicação. Se os trabalhadores meteorologistas dos SMG não compreendiam estes critérios, também o público não conseguia compreendê-los. Tudo isto suscitou, inevitavelmente, suspeitas por parte do público relativamente à exactidão das previsões de tufões dos SMG, e até suspeitas da existência de situações de previsões atrasadas ou erradas.

Além disso, o CCAC constatou também a existência de uma série de problemas relativos à gestão interna dos SMG. Na gestão do pessoal, o CCAC descobriu que alguns trabalhadores responsáveis pela previsão do tempo, foram transferidos continuamente para outras subunidades. Registou-se mesmo um caso em que o mesmo trabalhador foi transferido seis vezes no período de um ano, afectando deste modo a estabilidade do trabalho. A direcção dos SMG reduziu o número de trabalhadores de turno no Centro de Vigilância Meteorológica por razão da automatização e da informatização de alguns dos trabalhos daquele Centro, e tal facto fez com que os trabalhadores meteorologistas, durante a aproximação de um determinado tufão, tivessem dificuldades de responder simultaneamente aos trabalhos relativos à monitorização meteorológica e à resposta às consultas. O ex-director entendeu que não valia a pena disponibilizar mais recursos humanos para o atendimento dos telefones. Na opinião dele, os meteorologistas operacionais deviam atender as chamadas telefónicas de pedidos de informações só e quando os trabalhos de monitorização meteorológica tivessem sido concluídos. Por isso, o ex-director insistiu na permanência de dois trabalhadores de turno durante o período em que se encontrou içado o sinal n.º 3 do tufão «Hato», apenas aumentando para mais dois meteorologistas operacionais de turno na manhã do dia 23 de Agosto.

Para além disso, no que diz respeito aos rumores relativamente às crenças religiosas da subdirectora dos SMG, é difícil para o CCAC confirmar se tais rumores eram verdadeiros ou se se tratam apenas de boatos. Todavia, todos os trabalhadores dos SMG com que o CCAC entrou em contacto manifestaram que os referidos rumores foram amplamente divulgados naqueles Serviços e que todas as pessoas tinham conhecimento de tal facto. Acresce que, alguns actos quotidianos da referida subdirectora provocavam realmente inquietação, particularmente para os trabalhadores que exerciam funções por turnos durante a noite.

O CCAC afirma que a liberdade de crença religiosa é um direito fundamental dos residentes, porém, a crença religiosa pessoal não pode intervir na gestão dos organismos públicos e que não se deve trazer ritos ou actividades religiosas para o

以沒有調查傳聞是否屬實，報告指出，作為氣象局的最高領導，不能對影響部門運作的傳聞視而不見、不聞不問，迴避問題會對部門的專業形象和公信力帶來嚴重影響。

公署也留意到氣象局設備管理方面的問題，例如內聯網斷線比較頻繁，期間無法接收氣象數據；又如氣象局2009年購置的X波段氣象雷達，因故障從2013年起便無法使用，須透過和珠海共建的S波段氣象雷達監察天氣狀況；2017年年初購置用於監測大氣污染的激光雷達，在安裝之後發現激光源無法啟動，一直未有修復；氣象局的後備發電機在2017年8月23日中午電力供應中斷後因電池故障無法即時啟動，需要靠不間斷供電系統（UPS）為電腦和伺服器臨時供電，才使到氣象預報工作未受嚴重影響；氣象局在本澳多處地方設置的氣象監察站停電時會因後備電池故障而無法正常運作，水位監察站和潮汐站由於缺乏足夠的防浸設施，當出現暴雨或較強潮水時，儀器或會因此失靈。

對於氣象局在設備維護管理方面出現的問題，前局長大多表示因主管或工作人員沒向其反映，故此不知情。公署則認為公共部門當某些問題重複出現而未得到及時糾正，或某些問題足以令到部門運作出現嚴重後果時，部門的最高負責人必須及時介入、跟進和解決，不能因已向下級授權或問題屬下級職責而將自己置身度外。

公署認為，氣象局颱風預報的決策權高度集中，但程序不規範、標準不透明，存在相當的隨意性。氣象局領導決定懸掛風球時忽略前線氣象技術人員的意見，不僅體現出行政管理中的

ambiente do trabalho, sob pena de poderem afectar psicologicamente os colegas e prejudicar o funcionamento dos serviços. O ex-director dos SMG referiu que ele não tinha visto o comentário publicado na Internet ou sequer quaisquer notícias relacionadas e, por isso, não procurou apurar a veracidade dos rumores em questão. Quanto a tal resposta do ex-director, indica-se no relatório que, enquanto dirigente máximo dos SMG, o ex-director não podia ignorar os rumores que poderiam afectar eventualmente o funcionamento do serviço, fingindo que não tinha visto nem ouvido os referidos rumores e não procurando informar-se sobre aquela matéria, tendo em conta que esquivar-se do assunto só pode resultar num grave impacto tanto para a imagem profissional como para a credibilidade do serviço.

O CCAC constatou também a existência de alguns problemas relativos à gestão de equipamentos nos SMG. Por exemplo, a interrupção do serviço de Internet era relativamente frequente e durante a mesma era impossível receber quaisquer dados meteorológicos. Um outro exemplo é que um «Radar Meteorológico de Banda X» que os SMG compraram em 2009 não foi utilizado desde 2013 por causa de falhas de funcionamento na sequência de uma reparação, e que a monitorização das condições atmosféricas só podia ser realizada através de um «Radar Meteorológico de Banda S» construído em conjunto com a cidade de Zhuhai; um «LIDAR (*Light Detection and Ranging*)» que os SMG compraram no início do ano 2017 para a monitorização dos dados relativos à poluição do ar ainda não entrou em funcionamento porque, na sequência da sua instalação, a fonte de luz de laser não funcionava e o problema ainda não foi resolvido. Também o gerador de reserva dos SMG não funcionou após a interrupção do abastecimento geral de electricidade na parte da tarde do dia 23 de Agosto de 2017, sendo necessário recorrer aos sistemas de alimentação ininterrupta (UPS) para suportar o funcionamento dos computadores e servidores e só assim é que os trabalhos de previsão meteorológica não foram gravemente afectados. As estações de vigilância de meteorologia instaladas pelos SMG em vários locais de Macau deixaram de funcionar de forma normal, em resultado da falha das baterias de reserva. Também as estações para registo dos níveis de água e as estações de monitorização para as marés podem apresentar falhas quando se registam situações de chuva intensa ou de marés fortes devido à falta de número suficiente de instalações contra inundação.

Relativamente aos problemas existentes na gestão e na manutenção de equipamentos, o ex-director dos SMG referiu, muitas vezes, que não tinha conhecimento desses factos, uma vez que nem o pessoal de chefia nem a generalidade dos trabalhadores lhos comunicaram. O CCAC considera que quando se encontram reiteradamente alguns problemas que não são corrigidos oportunamente, ou que provocam consequências graves no funcionamento dos serviços, o responsável máximo do serviço tem que intervir, acompanhando a resolução dos respectivos problemas, não podendo colocar-se numa situação «exterior» alegando que existem delegações de competências nos seus subordinados, ou que os problemas se enquadram exclusivamente no âmbito das atribuições dos seus subordinados.

O CCAC considera que, o poder decisório relativo à previsão de tufão dos SMG é altamente concentrado, com procedimentos irregulares e critérios não transparentes, bem como com um grau considerável de arbitrariedade. Ao decidir o içar de

官僚意識和等級觀念，更表現出工作決策中的唯我獨尊和專業傲慢。氣象局內部對颱風預報的標準各自表述、因人而異，公眾對氣象局懸掛風球的依據和考量更是無從知曉。在每次颱風過後，面對公眾對預報提出的質疑，氣象局領導欠缺詳細的交代和應有的擔當。

在颱風“妮坦”的調查之後，氣象局的領導雖最終接納公署意見，訂定了有關“普遍性”和“持續性”標準的內部指引，但是直到2017年8月22日下午才將指引交給值班的預報員，以及於當天晚上才上載至內聯網。

另外，氣象局前局長在颱風“妮坦”吹襲之後，曾向傳媒表示現有颱風信號定義已經沿用多年，其間只作過少許修改，有必要適時全面檢討，但當公署查詢修法進度時，卻又否認曾公開表示要修改有關行政命令，並認為未見該法規有需要修改的地方。

報告建議，氣象局應推動修改《熱帶氣旋情況的指示》，完善有關颱風預測及懸掛風球的法規，建立包括氣象技術人員參與的專門會商機制，訂定懸掛風球期間領導及工作人員的留守值班制度，完善內部的人事及設施管理。

(三)《經濟房屋申請人配偶納入家團名單的調查》

1. 投訴事件的經過

2017年上半年，公署陸續收到多份經濟房屋預約買受人以及李靜儀議員辦事處的投訴，指房屋局不批准經濟房屋預約買受人的配偶不屬於家團的申請，不僅違反了第10/2011號法律《經濟房屋法》的規定，而且違背了當初給經濟房屋申請者的指引，要求公署介入調查。

sinais de tufão, a direcção dos SMG ignorou as opiniões dos meteorologistas da linha da frente, o que demonstra não só uma ideia autoritária e de desvalorização das opiniões dos seus colegas na gestão como também um egotismo e uma arrogância profissional. Para além disso, encontram-se nos SMG critérios diversos relativos à previsão de tufões, existindo mesmo interpretações diversas, variando de pessoa para pessoa sem que o público tenha o mínimo conhecimento relativamente aos fundamentos e factores de ponderação relativamente ao içar dos sinais de tufão. Após a passagem de tufões, e perante as dúvidas levantadas pelo público relativamente às previsões, a direcção dos SMG nunca apresentou nenhuma explicação pormenorizada nem assumiu as devidas responsabilidades.

Depois da investigação realizada pelo CCAC relativa ao tufão «Nida», o pessoal da direcção dos SMG aceitou finalmente as opiniões apresentadas pelo CCAC, e elaborou uma instrução interna relativa aos critérios referentes à «generalidade» e «continuidade». Mas, a instrução apenas foi entregue aos meteorologistas de turno na tarde do dia 22 de Agosto de 2017, e foi carregado e disponibilizado na Intranet na noite do mesmo dia.

Além disso, durante uma entrevista com órgãos de comunicação social após a passagem do tufão «Nida», o ex-director dos SMG referiu que a definição dos sinais de tufões existentes é aplicada há já muitos anos, durante os quais apenas se registaram poucas alterações, pelo que considerou necessário fazer-se uma revisão de forma oportuna e abrangente. No entanto, quando o CCAC procurou consultar o andamento da referida revisão da legislação, o ex-director negou que tivesse dito publicamente que era necessário rever a respectiva ordem executiva, e considerou que não se regista a necessidade de introdução de quaisquer alterações nas disposições legais.

Foram sugeridos no relatório que os SMG devem promover a revisão das «Instruções relativas a Situações de Tempestade Tropical», aperfeiçoar as disposições legais relativamente à previsão de tufões e ao içar dos sinais, estabelecer um mecanismo específico de consulta interna com a participação do pessoal meteorologista, determinar um sistema de turnos e de permanência nas instalações dos SMG para o pessoal de direcção e outros trabalhadores durante o período em que um sinal de tufão se encontre içado e aperfeiçoar a gestão interna do pessoal e dos equipamentos.

(3) Investigação sobre a integração dos cônjuges dos candidatos à habitação económica no agregado familiar

1. Desenvolvimento do caso da apresentação de queixas

No primeiro semestre de 2017, o CCAC recebeu várias queixas apresentadas por promitentes-compradores de habitação económica e uma queixa do escritório da deputada à Assembleia Legislativa, Lei Cheng I, nas quais se alega que o Instituto de Habitação (IH) indeferiu os pedidos para que os cônjuges dos promitentes-compradores de fracção de habitação económica não façam parte do agregado familiar, o que não só viola a Lei n.º 10/2011 (Lei da habitação económica), mas também se opõe ao previsto nas instruções que foram inicialmente disponibilizadas aos candidatos à aquisição de fracções de habitação económica, pelo que os queixosos solicitaram a intervenção do CCAC.

經了解，投訴人皆為“萬九經屋”的申請者，他們在2003年至2005年期間按照舊《經濟房屋法》的規定申請經濟房屋並獲准進入輪候名單，在2012年前後獲分配經濟房屋及簽署預約買賣合同，並已入住相關的單位。

投訴人於2016年4、5月間收到房屋局公函，表示為協助辦理經濟房屋的買賣公證書，要求投訴人提交家團成員及婚姻狀況的最新資料。由於投訴人在輪候期間結婚，因此填寫了房屋局提供的“不屬於家團的組成部分聲明書”，要求不將配偶加入成為家團成員。

投訴人於2017年3、4月收到房屋局的公函通知，表示根據《經濟房屋法》的規定，有關配偶不屬於家團名單的申請不獲批准，配偶必須加入為家團成員。由於投訴人配偶在澳門擁有住屋，一旦成為家團成員，將不符合取得經濟房屋的法律規定，預約買賣合同也將會被解除。

投訴人認為房屋局的決定不僅違反了《經濟房屋法》的規定，而且違背了該局之前發出的指引，因為當初在準備結婚時，曾經向房屋局查詢，得到的回覆是只要夫妻採取“分別財產制”及不將配偶加入成為家團成員，便不會影響取得經濟房屋的資格。

受影響的當事人擔心已獲分配的經濟房屋會被收回，立法會議員等社會人士也對事件表示關注。行政長官在2017年4月21日出席立法會全體會議回答議員的提問時亦表示，特區政府會在遵守《經濟房屋法》的前提下，客觀、公平審視部門的行政決定的合法性及合理性，保障市民的合法權益。

運輸工務司司長2017年4月26日作出批示，指出由於房屋局向經濟房屋預約買受人發出的公函對簽訂買賣公證書的合法性

Segundo foi apurado, todos os queixosos são candidatos às chamadas 19.000 habitações económicas anunciadas pelo Governo, candidataram-se, nos termos da antiga Lei da habitação económica, à habitação económica durante os anos de 2003 a 2005, tendo sido admitidos na lista de espera de habitação económica. Os queixosos, a quem foram atribuídas fracções de habitação económica, por volta do ano 2012, e com quem foram celebrados os respectivos contratos-promessa de compra e venda, passaram a habitar nas respectivas fracções.

Entre Abril e Maio de 2016, os queixosos receberam um ofício do IH em que, para efeitos da celebração da escritura pública de compra e venda das respectivas fracções de habitação económica, o IH solicitou aos mesmos a entrega de informações actualizadas sobre os elementos dos seus agregados familiares, nomeadamente no que respeita ao estado civil dos mesmos. Como os queixosos contraíram matrimónio no período de espera, preencheram a «Declaração para cônjuges que não façam parte do agregado familiar» disponibilizada pelo IH, solicitando assim que os respectivos cônjuges não passem a ser considerados elementos dos seus agregados familiares.

Entre Março e Abril de 2017, os queixosos receberam um ofício do IH, sendo notificados de que, nos termos da Lei da habitação económica, os seus pedidos para que os cônjuges não façam parte dos agregados familiares foram indeferidos, os cônjuges têm que passar a ser considerados como elementos integrantes dos agregados familiares. Nos casos em que os cônjuges dos queixosos possuem habitações próprias em Macau, e quando passaram a ser elementos integrantes dos agregados familiares, deixaram de se encontrar reunidos os requisitos legalmente previstos relativos à aquisição da fracção de habitação económica, e nesses casos os respectivos contratos-promessa serão resolvidos.

No entender dos queixosos, a decisão do IH não só viola a Lei da habitação económica, mas também é contrária ao esclarecimento incluso nas instruções que o próprio IH emitiu inicialmente, uma vez que quando os queixosos se preparavam para casar, informaram-se junto do IH sobre este assunto, e obtiveram a resposta de que desde que fosse adoptado o regime da separação de bens e o respectivo cônjuge não fizesse parte do agregado familiar para efeitos da candidatura, a qualificação para aquisição de fracção de habitação económica não seria posta em causa.

Muitos dos interessados ficaram preocupados que as fracções de habitação económica que lhes foram atribuídas possam ser recuperadas, e algumas figuras públicas, tais como alguns deputados à Assembleia Legislativa, têm estado também atentos ao caso. Em 21 de Abril de 2017, quando o Chefe do Executivo esclareceu os deputados na sessão plenária da Assembleia Legislativa, referiu que, sem prejuízo do cumprimento da Lei da habitação económica, o Governo da RAEM iria rever, de forma objectiva e justa, a legalidade e a razoabilidade das decisões administrativas do serviço público competente, de modo a proteger os direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

Segundo o despacho do Secretário para as Obras Públicas e Transportes datado de 26 de Abril de 2017, tendo o mesmo tido conhecimento que foram expedidos diversos ofícios para promitentes-compradores de habitação económica, nos quais se questionava a legalidade da celebração da respectiva escritura pública de compra e venda, determinou que fosse de imediato

存疑，所以指示房屋局即時通知相關預約買受人先前發出的公函無效，同時全面配合公署就此事件展開的調查工作。

2. 房屋局法律觀點的轉變

經查，對於申請人在輪候經濟房屋期間結婚且配偶擁有住屋的問題，房屋局曾於2011年10月12日制定內部指引，指出如果申請人在結婚時選擇“分別財產制”或“取得財產分享制”，且聲明不將配偶納入家團，就不會影響取得經濟房屋的資格。

房屋局將上述內部指引發給工作人員參照執行，當經濟房屋的申請人查詢時，工作人員皆按照指引的內容作答。此外，房屋局還就相關的內容發放新聞稿，並製作問題集上載到其網站。直至2017年初，房屋局一直依照上述內部指引解釋及處理有關問題。

近期，由於發現《經濟房屋法》在執行過程中存在一些問題，特別是存在申請人在輪候經濟房屋期間結婚，配偶擁有住屋但不被納入家團的情況，因此房屋局的領導要求法律人員對《經濟房屋法》的有關規定作出研究。

按照房屋局2017年2月9日的法律意見書，凡是存在親屬關係且共同生活的人士，即被《經濟房屋法》視為家團成員，因此經濟房屋的申請人不可以聲明不將共同生活的親屬納入家團名單，否則會觸犯該法律第50條規定的虛假聲明罪。

房屋局領導同意上述意見，並指示屬下單位參照執行。因此，自2017年2月起，房屋局改變了過往的立場和做法，只要屬夫妻關係且共同生活，便自動成為家團成員，不批准不將配偶納入家團的申請，除非當事人能提交與配偶分居等合理解釋。

按照房屋局提供的資料，該局不批准不將配偶納入家團的申請並已通知當事人的個案共104宗，之前已經批准不將配偶納入家團的申請但考慮更改決定的個案77宗，尚待處理的個案37宗。在這總共218宗個案中，經濟房屋申請人的配偶在澳門擁有房屋的個案有183宗。

comunicado àqueles que o ofício anteriormente enviado ficava sem efeito, e por outro lado exigiu que fosse prestada a plena colaboração na investigação do CCAC sobre o caso em apreço.

2. A mudança do ponto de vista jurídico do IH

Em relação à questão sobre o facto de os candidatos à habitação económica contraírem matrimónio durante a fase de espera e os respectivos cônjuges possuírem habitação própria, o IH emitiu em 12 de Outubro de 2011 uma instrução interna, indicando que se for adoptado o regime da separação de bens ou o regime da participação nos adquiridos, e os candidatos fizerem uma declaração para que o respectivo cônjuge não faça parte do agregado familiar, a qualificação para aquisição de fracções de habitação económica não será posta em causa.

A referida instrução interna foi distribuída aos trabalhadores do IH para que apliquem e prestem informações aos candidatos à aquisição de fracções de habitação económica. Em relação ao conteúdo desta instrução interna, o IH chegou a divulgar uma nota de imprensa e a elaborar uma série de perguntas e respostas que disponibilizou na sua página electrónica. Até ao início de 2017, o IH prestava esclarecimento e geria estas questões de acordo com aquela instrução interna.

Recentemente, surgiram alguns problemas na aplicação da Lei da habitação económica, nomeadamente nos casos em que os candidatos à aquisição de fracção de habitação económica se casaram durante a fase de espera, e o respectivo cônjuge possui habitação própria mas não faz parte do agregado familiar, pelo que a direcção do IH solicitou aos seus juristas que procedessem a um estudo sobre aquela disposição da Lei da habitação económica.

Segundo o parecer jurídico do IH datado de 9 de Fevereiro de 2017, consideram-se elementos do agregado familiar, nos termos definidos na Lei da habitação económica, todos aqueles que tenham relação familiar e vivam em comunhão com o candidato, pelo que, o candidato à fracção de habitação económica não pode fazer uma declaração com o objectivo de que os seus familiares que vivem em comunhão com ele não façam parte do agregado familiar, sob pena de incorrer no crime de «falsas declarações» previsto no artigo 50.º da mesma lei.

A direcção do IH está de acordo com o referido parecer e mandou aplicá-lo pelas suas subunidades. Por isso, desde Fevereiro de 2017, o IH mudou a sua posição e a prática até aí adoptada, passando a considerar que, desde que o casal tenha uma relação conjugal e viva em comunhão, o cônjuge passa automaticamente a ser considerado elemento do agregado familiar e, sendo assim, não serão deferidos os pedidos para os cônjuges não fazerem parte dos agregados familiares, a não ser que seja apresentado um motivo justificativo para tal, nomeadamente a separação do casal.

Segundo os dados disponibilizados pelo IH, relativamente aos pedidos para os cônjuges não fazerem parte dos agregados familiares, é de 104 o número total de pedidos indeferidos, tendo tais decisões sido comunicadas aos interessados; 77 casos foram já deferidos (mas a possível alteração desta decisão está em fase de ponderação); e 37 pedidos encontram-se ainda por decidir. Nestes 218 pedidos, há 183 casos em que os cônjuges dos candidatos à habitação económica possuem habitação própria em Macau.

3. 公署的法律分析

在本案中，申請人在輪候經濟房屋期間結婚，可否不將配偶納入家團是問題的關鍵所在。按照房屋局新的法律見解，《經濟房屋法》有關家團的定義屬強制性規定，申請人在輪候期間結婚則配偶必然成為家團的組成部分，不能不申報配偶作為家團成員。

但是，公署分析後認為，現行《經濟房屋法》第6條第1款只從申請經濟房屋的資格層面訂定了家團的定義，並未強制規定凡是基於親屬關係而共同生活的人員必須成為家團的組成部分。

在2011年討論制定現行的《經濟房屋法》時，特區政府向立法會提交的法案初稿，曾建議申請人的配偶為澳門居民就必須納入家團名單，但經與立法會商討後，法案的修訂稿及最後通過的法律文本取消了有關規定。

作為參照，第25/2009號行政法規《社會房屋的分配、租賃及管理》中有關家團的定義與《經濟房屋法》的規定大致相同，但是在訂定承租社會房屋的條件時則有“家團成員的配偶須載於同一申請表內，但配偶非為澳門特區居民除外”的明確規定。

雖然《經濟房屋法》在立法時並未採取將申請人的配偶強制納入家團名單的方案，但是法律第18條規定，如果申請人的配偶為澳門居民且不屬於家團的組成部分，則必須申報配偶的每月收入及資產淨值並計入家團的收入及資產之中，如果超出了法律規定的限額，申請人便不符合申請經濟房屋的條件。

此外，《經濟房屋法》第14條第5款第5項規定經濟房屋單位的申請人、預約買受人或所有人的配偶不得申請購買經濟房屋，以避免出現夫妻雙方各自申請經濟房屋的情況。假如申請人的配偶必須成為家團成員，這樣的規定便顯得毫無意義。

3. Análise jurídica feita pelo CCAC

A questão-chave consiste em saber se o candidato à aquisição da fracção de habitação económica contrair matrimónio durante a fase de espera, poderá o seu cônjuge não fazer parte do agregado familiar? De acordo com o novo ponto de vista jurídico que o IH defende, a definição do agregado familiar prevista na Lei da habitação económica é uma norma imperativa, se o candidato contrair matrimónio durante a fase de espera, o seu cônjuge fará parte necessariamente do agregado familiar, não podendo deixar de declarar tal situação.

No entanto, na sequência de uma análise, o CCAC considera que, no n.º 1 do artigo 6.º da actual Lei da habitação económica, o agregado familiar define-se apenas a partir da qualificação da candidatura à aquisição da fracção de habitação económica, não estabelecendo a obrigatoriedade de que sempre que as pessoas vivam em comunhão devido à sua relação familiar, tenham de fazer parte do agregado familiar.

Em 2011, durante a discussão sobre a elaboração da actual Lei da habitação económica, na versão inicial da então proposta de lei apresentada à Assembleia Legislativa, o Governo da RAEM sugeriu que sendo residente da RAEM, o cônjuge do candidato à aquisição de fracção de habitação económica teria de fazer parte da lista do respectivo agregado familiar. Mas depois da discussão com a Assembleia Legislativa, esta solução foi eliminada no projecto de revisão e na versão final da lei aprovada.

Fazendo uma comparação, a definição do agregado familiar dada pelo Regulamento Administrativo n.º 25/2009 (Atribuição, Arrendamento e Administração de Habitação Social) é basicamente igual à prevista na Lei da habitação económica. No entanto, quanto aos requisitos para arrendamento de habitação social, o referido Regulamento Administrativo estabelece expressamente que «Com excepção dos cônjuges não residentes na RAEM, os cônjuges dos elementos do agregado familiar devem constar do mesmo boletim de candidatura.»

Na elaboração da Lei da habitação económica não foi adoptada a solução que defendia que o cônjuge do candidato à aquisição de fracção de habitação económica era obrigatório fazer parte da lista de elementos do agregado familiar, mas a mesma lei determina no seu artigo 18.º que é preciso declarar o rendimento mensal e o património líquido do cônjuge do candidato, quando este seja residente da RAEM e não faça parte do agregado familiar para efeitos de candidatura, sendo estes valores contados para efeitos da contagem dos rendimentos e património dos elementos do agregado familiar. Se os rendimentos e património dos elementos do agregado familiar forem superiores aos limites legalmente estabelecidos, o candidato não reunirá os requisitos de candidatura à aquisição de fracção de habitação económica.

Além disso, nos termos da alínea 5) do n.º 5 do artigo 14.º da Lei da habitação económica, não pode candidatar-se à aquisição de fracções quem seja cônjuge de candidato à compra, de promitente-comprador ou de proprietário de uma fracção de habitação económica, de modo a evitar que cada um dos membros do casal se candidatem individualmente à aquisição de fracções de habitação económica. Assim, esta norma não faria sentido algum se o cônjuge de candidato fosse obrigatoriamente elemento do agregado familiar.

公署認為，現行的《經濟房屋法》並未強制規定申請人的配偶必須成為家團的組成部分。自該法律於2011年10月生效以來，房屋局的法律見解、內部指引、對外宣傳、實務操作等亦持此觀點，而該局2017年2月的意見書並無充分的法律及事實依據改變這一觀點。因此，房屋局應接納在輪候經濟房屋期間結婚的申請人不將配偶納入家團名單的申請，並在符合法律規定的其他條件時向申請人發出經濟房屋單位“做契”的許可書。

4. 公共部門必須依法行政

房屋局在2017年2月改變過往一貫的立場和做法，不批准在輪候經濟房屋期間結婚的申請人不將配偶納入家團的申請，起因是部分申請人的配偶在澳門擁有住屋，初衷是希望善用寶貴的公屋資源，但前提是有關決定必須有明確的法律依據，符合《經濟房屋法》的相關規定。

房屋局2017年2月9日的法律意見書對《經濟房屋法》的規定作出了新的解釋，不僅推翻了該局2011年10月12日的法律意見及內部指引，改變了該局多年以來對外公開的指引和實務操作，而且可能導致按照指引行事的申請者喪失已經入住的經濟房屋。

公署認為，公共部門在履行職責過程中，發現可能侵害公共利益的問題應該及時處理，但是必須遵從法律的規定，在法律賦予的權力範圍內進行，而且只能在尊重居民的權利及受法律保護的利益的的前提下謀求公共利益。

經濟房屋的申請人在輪候期間結婚，擁有住屋的配偶不被納入家團，這確實會影響公共房屋資源的合理分配，但是這一問題的解決不能僅靠一份法律意見書及一個行政指令，而是必須透過修改現行《經濟房屋法》的相關規定才能達至。公署認為，應在適當的時候完善現行的經濟房屋法律制度，使公共房屋資源得到公平、合理及充分的利用。

O CCAC considera que a actual Lei da habitação económica não impõe a obrigatoriedade do cônjuge de candidato ter de fazer parte do agregado familiar. E a partir da entrada em vigor desta lei em Outubro de 2011, esta interpretação tem sido defendida pelo IH nos seus pareceres jurídicos, instruções internas, divulgações ao público e operações práticas. Nem o parecer do IH datado de Fevereiro de 2017 tem fundamentos de direito e de facto para alterar aquela interpretação. Por isso, o IH deve aceitar os pedidos apresentados pelos candidatos à aquisição de fracções de habitação económica que contraírem matrimónio durante a fase de espera para que os cônjuges não façam parte do agregado familiar, devendo emitir-lhes o termo de autorização para a celebração da escritura pública de compra e venda das fracções de habitação económica quando as demais condições legais estejam reunidas.

4. Serviços públicos devem agir de acordo com a lei

Desde Fevereiro de 2017, o IH alterou a sua posição e prática habitual, passando a indeferir os pedidos apresentados pelos candidatos que contraíram matrimónio durante a fase de espera para que os cônjuges não façam parte do agregado familiar. O motivo de tal indeferimento consiste em que os cônjuges de alguns candidatos possuem habitação própria em Macau e tem como objectivo um melhor aproveitamento dos limitados recursos da habitação pública. No entanto, a decisão do IH deve ser tomada com base num fundamento legal expresso e estar em conformidade com as disposições respectivas previstas na Lei da habitação económica.

O parecer jurídico elaborado pelo IH em 9 de Fevereiro de 2017 dá uma nova interpretação da Lei da habitação económica, o que não só contraria o parecer e a instrução interna que o próprio serviço tinha emitido em 12 de Outubro de 2011, alterou as instruções divulgadas ao público e as suas operações práticas ao longo dos anos, mas também poderá fazer com que os candidatos que seguiram as referidas instruções possam perder as fracções de habitação económica que já se encontram a habitar.

O CCAC considera que os serviços públicos, no exercício das suas funções, devem lidar atempadamente com os problemas eventualmente lesivos do interesse público, cumprir a lei e fazê-lo dentro da esfera das suas próprias atribuições. Além disso, a prossecução do interesse público tem como pressupostos o respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Se o candidato contrair matrimónio durante a fase de espera por aquisição de uma fracção de habitação económica e o cônjuge que tenha habitação própria não fizer parte do agregado familiar, isso afecta certamente a distribuição razoável das habitações públicas, mas a resolução deste problema não pode depender apenas de um parecer jurídico e de uma directiva administrativa, devendo proceder-se à alteração das disposições respectivas previstas na actual Lei da habitação económica. O CCAC considera que deve ser aperfeiçoado em tempo útil o regime jurídico da habitação económica em vigor, no sentido de que os recursos da habitação pública sejam aproveitados de forma justa, razoável e eficiente.

三、案件摘要

個案一

公署收到舉報，指民政總署（下稱“民署”）某稽查經常不作出勤記錄，並以“忘記打卡”為由進行解釋，而上級知道相關情況但長期接納其解釋，有包庇和偏袒之嫌，要求公署作出調查。

公署調查發現，該名稽查自2015年1月至2016年11月曾86次不作出勤記錄，且有時次數極為頻密，例如在2015年8月24日至30日一週之內，便曾7次不作出勤記錄，每次的理由都是“忘記打卡”。

由於該名稽查不作出勤記錄的次數過於頻繁，確實令人難以相信僅僅是因為“忘記打卡”，部門理應採取措施進行調查。然而，有責任監察勤謹和守時義務的兩名民署主管卻表示，基於對該名稽查的信任，所以無採取任何措施核實其真實出勤時間，便直接接納其解釋和批准補回出勤記錄。

公署認為，有跡象顯示該名稽查員涉嫌違反勤謹和守時義務，而其上級主管則涉嫌違反應有的監察義務，故去函要求民署採取適當措施加以處理。民署覆稱已對涉事人員提起紀律程序，並因應公署指出的問題檢討工作流程，完善出勤管理，使相關的監督機制能夠有效落實。

個案二

公署收到舉報，指民政總署（下稱“民署”）某主管在2017年1月3日退休之前，其定期委任獲續期兩天，認為相關做法有利益輸送之嫌，要求公署立案調查。

公署調查發現，該名主管曾於2016年1月1日獲續任，任期至2016年12月31日，並於2017年1月3日起退休。民署管理委員會在2016年12月9日批准該名主管的定期委任續期，由2017年1月1日

III. Sumário de casos

Caso 1

Numa denúncia recebida pelo CCAC, referia-se que um fiscal do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) não procede com frequência ao registo de assiduidade, justificando-o por mero «esquecimento de picar o cartão do ponto». Estando os superiores hierárquicos cientes daquela situação, têm no entanto vindo a aceitar a sua justificação durante um longo período de tempo, suspeitando-se assim da prática de encobrimento e de favorecimento a favor do referido fiscal. O denunciante veio solicitar ao CCAC a realização da respectiva investigação.

De acordo com a investigação do CCAC, o referido fiscal não procedeu ao registo da sua assiduidade 86 vezes durante o período situado entre Janeiro de 2015 e Novembro de 2016, sendo que, por vezes, a falta de registo ocorreu com demasiada frequência, como, por exemplo, na semana entre 24 a 30 de Agosto de 2015 em que se registaram 7 ausências de registo de assiduidade, tendo a respectiva justificação sido sempre a de «esquecimento de picar o cartão do ponto».

Tendo em conta que foi excessivo o número de vezes que o mencionado fiscal omitiu o registo da sua assiduidade, é difícil acreditar que tal facto se deveu apenas ao mero «esquecimento de picar o cartão do ponto», pelo que deveria o serviço ter tomado diligências para o apuramento da situação. No entanto, os dois superiores hierárquicos em causa, a quem incumbe supervisionar os deveres de assiduidade e de pontualidade, afirmaram que o facto de não terem tomado quaisquer diligências para confirmar as horas reais de comparecimento do dito fiscal no serviço se deveu à confiança que têm no mesmo, tendo assim aceite directamente a justificação apresentada por aquele e autorizado a remarcação dos respectivos registos de assiduidade.

No entender do CCAC, existem indícios de violação dos deveres de assiduidade e de pontualidade por parte do referido fiscal, e suspeitas de violação do dever de supervisão por parte dos superiores hierárquicos em causa, pelo que foi dirigido ofício ao IACM para que aquele Instituto adoptasse as diligências devidas com vista ao acompanhamento do caso. O IACM afirmou que já foi instaurado o respectivo procedimento disciplinar contra o fiscal envolvido, bem como procedeu à revisão dos procedimentos de trabalho em conformidade com as considerações feitas pelo CCAC, aperfeiçoando a gestão de assiduidade, permitindo assim a implementação eficaz do respectivo sistema de supervisão.

Caso 2

Numa denúncia recebida pelo CCAC, referia-se que a renovação da comissão de serviço de um chefe do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) foi autorizada pelo prazo de dois dias antes da sua aposentação, a ocorrer no dia 3 de Janeiro de 2017, achando o denunciante que existem suspeitas de «transferência de interesses» com essa prática, solicitando assim que o CCAC abrisse um inquérito para investigar o caso.

Segundo o que foi apurado pelo CCAC na sequência da investigação, a comissão de serviço do referido chefe foi reno-

至1月2日，任期前後共兩天時間。這兩天屬法定假期，該名主管並未因任何緊急事宜上班，且在2016年12月底已經將辦公室鑰匙和其他物品交予其繼任人，並且向署方退還工作證，可見其也並未打算在這兩天上班。

公署認為，雖然法律未對定期委任期間的下限作出規定，但是委任或續任領導主管的目的必須是出於工作的需要。然而，該名主管的定期委任只有兩日，且是法定假期，難以解釋該決定的必要性和合法性。雖然有關的定期委任僅續期兩天，卻能令該名主管在計算離職補償時，比按照其原編制職位多收取澳門幣兩萬多元。

公署向民署反映上述事件，民署回覆時表示，按法律規定領導及主管人員無固定辦公時間，不能單純以工作日有否上班而判定是否工作；雖然涉案附屬單位不需恆常地於非辦公日上班，但其主管仍有機會處理緊急和突發性的工作。然而，基於尊重公署的見解，民署決定廢止有關的續任決議，要求該名主管退回多收的款項，並對提出續任建議的主管作出告誡。

公署再次去函民署，指出該名負責內部行政輔助工作的主管在調查期間承認，在擔任該主管職位的二十多年間，從未於元旦日上班，所以署方提出的理由無法成立。再者，事件的重點並非該名主管上班與否，而是當時續任的決定並非出於工作需要，因此已違反《行政程序法典》規定的“合法性原則”及“謀求公共利益原則”。

個案三

公署在跟進文化局以取得勞務方式大量聘請工作人員的專案調查中，發現該局在未有許可文件的情況下，聘請兩名非本地

vada em 01 de Janeiro de 2016, com prazo até 31 de Dezembro de 2016, sendo que a aposentação do mesmo teria lugar em 3 de Janeiro de 2017. Em 9 de Dezembro de 2016, o Conselho de Administração do IACM autorizou a renovação da comissão de serviço do referido chefe, pelo período compreendido entre 1 e 2 de Janeiro de 2017, estando em causa um prazo de apenas dois dias. Os dois dias em causa eram feriados, não tendo o dito chefe exercido funções nesses dias por motivos urgentes, sendo ainda que as chaves do respectivo gabinete e outros objectos tinham sido já entregues pelo referido trabalhador ao seu sucessor, para além de ter procedido à devolução do seu cartão de trabalhador ao IACM em finais Dezembro de 2016, o que demonstra que o referido trabalhador não tencionava comparecer ao serviço para trabalhar de facto nos aludidos dias.

No entender do CCAC, não obstante a lei não ter fixado o limite mínimo em relação à duração da comissão de serviço, a nomeação ou renovação do mandato de um chefe só pode ser fundamentada por conveniência do serviço. No entanto, a comissão de serviço do referido chefe apenas teve uma duração de dois dias, sendo ainda esses dois dias feriados, o que torna difícil explicar a necessidade e a legalidade da decisão em causa. Embora seja de apenas dois dias a duração da comissão de serviço renovada, para efeitos de cálculo do valor das indemnizações devidas por cessação de funções, isto implicaria que o referido trabalhador receberia mais de vinte mil patacas a mais em comparação com o valor que receberia se estivesse no seu lugar do quadro de origem.

Depois de o CCAC ter levantado a questão junto do IACM, foi referido que o pessoal de direcção e de chefia não está sujeito a um horário fixo de trabalho, pelo que o exercício efectivo de trabalho por esse pessoal não depende do seu mero comparecimento no serviço em dias úteis; não obstante não ser usual o pessoal da subunidade em causa ter de comparecer constantemente no serviço por motivos de trabalho fora dos dias úteis, ainda assim é possível que o chefe dessa subunidade pudesse precisar de exercer algum eventual trabalho urgente e imprevisível. No entanto, por uma questão de respeito pelo entendimento do CCAC, o IACM decidiu revogar a deliberação de renovação da comissão de serviço em causa, solicitando a restituição do montante recebido a mais ao referido chefe, tendo ainda emitido uma advertência ao chefe que propôs a renovação da comissão de serviço em causa.

O CCAC dirigiu um novo ofício ao IACM, tendo apontado que o chefe em causa, responsável pela prestação de trabalho de auxílio interno na área administrativa, admitiu que, enquanto titular do cargo de chefia em causa, nunca precisou de exercer funções no Dia da Fraternidade Universal nos últimos vinte e tal anos, pelo que o argumento dado pelo IACM não pode proceder. Além disso, o ponto fulcral do caso não reside no facto de o referido chefe ter comparecido ou não no serviço para efeitos de trabalho, mas sim no facto de aquela decisão da renovação da comissão de serviço não ter por base qualquer conveniência de serviço, violando assim os princípios da legalidade e da prossecução do interesse público previstos no «Código do Procedimento Administrativo».

Caso 3

No decurso da investigação sobre o recrutamento de um grande número de trabalhadores em regime de aquisição de

居民在演藝學院的戲劇學校任教，涉嫌違反有關聘用外地僱員的法律規定，於是另案展開調查。

公署調查發現，文化局轄下的戲劇學校開辦多班舞台化妝和演講課程，並以本地難以聘用合適教學人員為由，自2011年起與兩名香港居民簽訂合同，透過取得勞務的方式聘請他們擔任課程導師，有關課程每期三或六個月，每星期授課一次。至2016年底，兩人總共收取的授課報酬分別為澳門幣47萬元和26萬元。

雖然文化局認為聘請兩人在戲劇學校任教屬法律規定的“邀請非本地居民從事學術活動”的例外情況，因此無需取得工作許可，但公署分析後認為，《禁止非法工作規章》所指的學術活動，主要是指邀請非本地居民來澳參加研討會或工作坊等活動，而案中兩名香港居民正式受聘於文化局，按照既定的課程計劃定期在澳門進行教學活動並收取報酬，所以有關聘用必須預先取得工作許可，否則便違反法律。

由於文化局的有關聘用涉嫌違反《禁止非法工作規章》的規定，所以公署將事件向勞工事務局作出通報。隨後，勞工事務局回覆公署表示，有跡象顯示上述聘用違反有關聘用外地僱員的法律規定，已依法作出跟進處理。

個案四

公署收到舉報，指文化局轄下的音樂學校舉辦音樂會，由於售票情況不理想，校方強迫教師先行出資購買門票，然後再向學生、家長及親友推銷，認為校方的做法涉嫌違法，要求公署介入調查。

經公署了解，音樂學校曾於2017年4月在文化中心舉辦一場由該校學生演出的音樂會，直至演出前兩天的售票情況仍不理想，因此校長要求各教師視乎所教學生的數量先行購買5至20張

serviços por parte do Instituto Cultural (IC), o CCAC descobriu que o IC recrutou dois trabalhadores não residentes para exercer funções na Escola de Teatro do Conservatório de Macau sem quaisquer documentos de autorização, tendo violado o disposto legal sobre a contratação de trabalhadores não residentes, pelo que o CCAC iniciou uma outra investigação para este caso.

O CCAC descobriu na investigação que a Escola de Teatro subordinada ao IC organizou vários cursos de maquilhagem de cena e de eloquência. Desde 2011, invocando dificuldades no recrutamento de pessoal docente adequado em Macau, o IC celebrava contratos com dois residentes de Hong Kong, recrutando-os como professores dos cursos referidos em regime de aquisição de serviços. Cada curso tinha a duração de três ou seis meses, com uma aula por semana. Até ao final de 2016, aqueles dois indivíduos receberam, respectivamente, remunerações num total de 470 mil e de 260 mil patacas.

O IC considerou que o recrutamento dos referidos dois professores para o exercício de funções na Escola de Teatro correspondia a uma das exceções previstas nas disposições legais concretamente quando se refere «... convida o não residente a exercer actividades ... académicas», pelo que os dois indivíduos não necessitavam de obter autorização de trabalho. No entanto, após análise, o CCAC considerou que as «actividades académicas» previstas pelo «Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal» englobam nomeadamente actividades em que os não residentes participam em colóquios ou *workshops*, entre outras, em Macau. Os dois residentes de Hong Kong referidos no presente caso foram recrutados oficialmente pelo IC, exercendo periodicamente actividades de ensino em Macau de acordo com o programa de curso estabelecido e recebendo a respectiva remuneração, pelo que o seu recrutamento devia ter sido levado a cabo somente após a obtenção da necessária autorização de trabalho, sob pena de violação da lei.

O referido recrutamento do IC terá violado o «Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal», pelo que o CCAC deu conhecimento do caso à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL). Posteriormente, a DSAL respondeu ao CCAC que existiam indícios de violação das disposições relativas à contratação de trabalhadores não residentes no referido recrutamento, pelo que, aquele organismo já tinha tratado e resolvido o caso nos termos da lei.

Caso 4

Foi feita uma denúncia junto do CCAC, alegando que a Escola de Música subordinada ao Instituto Cultural (IC) organizou um concerto, mas uma vez que a venda de bilhetes não foi satisfatória, a referida escola teria forçado os seus professores a comprarem os bilhetes e a promoverem-nos junto dos alunos, dos pais dos alunos, e dos seus familiares. Os professores em questão consideraram que a prática da escola corresponderia à prática de ilegalidades, solicitando assim a intervenção do CCAC.

O CCAC, de acordo com o que foi apurado, constatou que aquela Escola de Música organizou, em Abril de 2017, no Centro Cultural de Macau, um concerto cujos executantes eram alunos daquela escola. Dois dias antes da realização do concerto, a venda de bilhetes não era satisfatória, pelo que o

不等的門票，然後再向學生、家長和親友推銷相關門票。最終16名教師共購買了195張音樂會門票，每張門票澳門幣60元，總值為澳門幣11,700元。

文化局在調查中表示，音樂學校校長由於擔心音樂會的上座率過低，會影響學生的演出情緒和質量，所以作出上述購買門票的安排。但是公署認為，透過行政指令要求教師購買音樂會門票再推銷給學生或家長，不僅超出教師應有的工作範圍，而且對學生及家長造成無形的壓力。此外，據公署調查，某些教師在購入門票後並未轉售或贈送親友，而是直接棄掉，所以有關做法並不能必然提高上座率。

就公署的上述立場，文化局回覆表示認同，並就演藝學院轄下學校籌辦類似活動的宣傳和購買門票事宜制訂指引，避免同類事件再次發生。

個案五

公署收到舉報，稱某投考人不具備重型汽車駕駛執照，卻能夠參加旅遊局招聘重型汽車司機的入職開考，質疑當中存有不法行為，要求公署介入調查。

公署經調查，確認投考人在報名時已持有重型貨車駕駛執照，所以舉報內容並不成立。但是，公署在調查中發現，有關開考通告還要求投考人具備三年駕駛重型汽車的工作經驗，而該名投考人報稱曾任兼職貨車司機兩年，其餘的工作經驗僅是擔任泊車員和的士司機，並不符合三年駕駛重型汽車的要求，但旅遊局卻接納他參加開考。

公署在調查中還發現，旅遊局的開考尚存有多方面的問題，例如某投考人以兼職方式駕駛重型汽車被視為符合三年工作經驗的要求，但另一投考人以兼職方式駕駛重型汽車卻被認為不符合要求；某投考人的工作證明並未提及駕駛何種車輛而被接

director da escola exigiu aos professores que comprassem de 5 a 20 bilhetes de acordo com o número dos alunos que cada um ensinava, e promovessem-nos junto dos alunos, dos pais dos alunos, e dos restantes familiares. Por fim, 16 professores compraram um total de 195 bilhetes do referido concerto, sendo que cada um dos bilhetes custava 60 patacas, perfazendo assim um total de 11.700 patacas.

Na investigação levada a cabo pelo CCAC, o IC referiu que o director da Escola de Música estaria preocupado com a possibilidade de o humor e a qualidade do desempenho dos alunos pudessem ser afectados por causa da baixa taxa de ocupação do concerto, pelo que promoveu a referida prática de venda de bilhetes. No entanto, o CCAC considerou que, a exigência junto dos professores, prevista numa ordem executiva escolar, relativa à compra e à promoção dos bilhetes junto dos alunos e dos pais dos alunos não só ultrapassou o âmbito de trabalho dos professores, como também causou grande pressão implícita sobre os alunos e os seus pais. Para além disso, segundo a investigação do CCAC, verificou-se que alguns professores, após a compra dos bilhetes, não os venderam nem ofereceram aos seus amigos e familiares, tendo-os descartado de imediato, pelo que aquela prática da escola não podia garantir com certeza o aumento da taxa de ocupação do concerto.

O IC referiu, na sua resposta, que aceitou a posição do CCAC relativamente ao presente caso e que iria elaborar instruções sobre o assunto da divulgação e da venda de bilhetes para as actividades similares organizadas pelas escolas subordinadas ao Conservatório de Macau, por forma a evitar a ocorrência de casos idênticos.

Caso 5

Numa queixa recebida pelo CCAC, referia-se que um indivíduo que não era titular de carta de condução de automóveis pesados, conseguiu candidatar-se ao concurso de ingresso realizado pela Direcção dos Serviços de Turismo (DST) para o recrutamento de motorista de pesados, tendo tal facto suscitado suspeitas sobre a existência de actos ilícitos, solicitando-se assim a intervenção do CCAC.

Após investigação, o CCAC apurou que o referido candidato já era titular de carta de condução de automóveis pesados ao se inscrever ao concurso, pelo que a queixa não foi admitida. No entanto, durante a investigação, o CCAC verificou que, no aviso do concurso, se exigia também um mínimo de três anos de experiência profissional dos candidatos relativamente à condução de automóveis pesados. O referido candidato declarou que tinha desempenhado funções, como condutor de camião a tempo parcial pelo período de dois anos, e relativamente a outras experiências profissionais, referia-se apenas o exercício de funções como funcionário responsável pelo estacionamento de automóveis ou como taxista, pelo que não se encontrava reunido o requisito relativo ao mínimo de três anos de experiência profissional na condução de automóveis pesados. No entanto, a DST admitiu a apresentação a concurso do referido candidato.

No decorrer da investigação, o CCAC descobriu ainda que existiam vários problemas no concurso da DST, tais como: um candidato, que tinha experiência profissional de condução de automóveis pesados, a tempo parcial, durante um período de três anos, foi considerado que preenchia o requisito relativo à experiência profissional, e outro candidato que tinha também

納，但另一投考人卻因工作證明未提及駕駛車輛的屬性而被除名。此外，旅遊局在公佈臨時名單時指某投考人的工作證明不符合要求，但之後該名投考人提交了一份內容完全相同的工作證明卻又獲得接納。

公署認為，旅遊局在重型汽車司機的入職開考中，典試委員會違反相關的法律規定和開考通告訂定的規則，對投考人資格和文件的審查把關不嚴，對處於相同情況的投考人採用不同的標準作出處理，難免令人產生“因人而異”、“厚此薄彼”的質疑。

就開考中存在的上述問題，旅遊局表示認同公署的觀點，指出雖然有關的錯漏屬個別事件，但已採取跟進措施加以補救，並避免有關情況再次發生。

個案六

公署收到舉報，指澳門理工學院在招聘程序中，沒有依法公佈獲准考試的投考人的臨時名單和確定名單，認為做法不透明且有違法之嫌。

按照公職招聘制度的規定，部門須透過公佈臨時名單和確定名單的方式，公佈哪些投考人被接納或被淘汰，但是公署調查發現，理工學院僅在招聘的通告內列明，如投考人未在指定的期間內收到院方通知，即被視為淘汰，不能參加下一階段的考試。

理工學院解釋這種做法是由於《澳門理工學院人員通則》並無明文要求，且基於人力資源所限，難以透過書面方式通知每位投考人是否獲准參加考試，所以參照《行政程序法典》有關“默示駁回”的規定，在開考通告內列明凡未在指定期間內收到通知者即被視為淘汰。

公署認為，雖然由於理工學院有自身的人員通則，不適用一般公職招聘制度，但是公佈臨時名單和確定名單的做法，確能夠讓所有投考人及時知道是否獲准參加考試或被淘汰的原因，

a mesma experiência, foi considerado que não preenchia o respectivo requisito. Além disso, foi admitido um candidato cujos documentos comprovativos da experiência profissional não especificavam a natureza dos veículos anteriormente conduzidos, mas um outro candidato foi excluído por ter apresentado documentos comprovativos da experiência profissional precisamente nas mesmas condições. Para além disso, na etapa de publicação da lista provisória, a DST referiu que os documentos comprovativos da experiência profissional de um candidato não preenchiam os requisitos, no entanto, posteriormente, o referido candidato foi admitido só com a entrega dos mesmos documentos.

O CCAC considerou que, no concurso de ingresso realizado pela DST para o preenchimento do lugar de motorista de pesados, o júri violou o disposto legalmente e as regras previstas no aviso do concurso, não apreciou com rigor as habilitações e os documentos dos candidatos, e adoptou critérios diferentes no tratamento dado a candidatos com condições idênticas. Todas estas práticas suscitam inevitavelmente suspeitas de que os critérios «variam de pessoa para pessoa» e de que existiu «generosidade em relação a um deles e mesquinhez em relação a outro».

Em relação aos referidos problemas detectados no concurso, a DST referiu que aceitou as opiniões do CCAC, sublinhando que embora se tenha tratado de uma prática isolada, aquele organismo já tinha tomado medidas para resolver aqueles problemas, no sentido de evitar a ocorrência futura de situações idênticas.

Caso 6

Numa queixa recebida pelo CCAC, referia-se que o Instituto Politécnico de Macau (IPM) não publicou nos processos de recrutamento as listas provisória e definitiva de candidatos admitidos às provas nos termos da lei, levantando suspeitas relativamente à transparência e à legalidade desta prática.

Em conformidade com o regime de recrutamento da função pública, os serviços públicos devem publicar quais são os candidatos admitidos ou eliminados através da publicação das listas provisória e definitiva. No entanto, na sequência da investigação, foi verificado pelo CCAC que o IPM só indicou no aviso de recrutamento que eram considerados eliminados os candidatos que não recebessem a notificação do IPM dentro do prazo indicado, não podendo, tais candidatos, participar na fase de prova seguinte.

O IPM esclareceu que a razão para a adopção desta prática foi a de que não se encontrava uma exigência expressa a este respeito nos termos do Estatuto do Pessoal do Instituto Politécnico de Macau. A outra razão era a escassez de recursos humanos verificada, pelo que era difícil informar todos os candidatos sobre a sua admissão ou não a provas e, tendo como referência o disposto sobre indeferimento tácito previsto no Código do Procedimento Administrativo, a não notificação por parte do IPM significava que eram considerados eliminados os candidatos que a não recebessem dentro do prazo indicado.

No entender do CCAC, embora o IPM tenha um estatuto de pessoal próprio e não sendo aplicável o regime geral de recrutamento da função pública, a prática da publicação das listas provisória e definitiva permite que todos os candidatos

這不僅比以書面方式通知每位准考人更節省人力資源，而且能夠有效避免“黑箱操作”的質疑。此外，將《行政程序法典》中的“默示駁回”作為不通知被淘汰者的法律依據，是對該法律機制的誤判誤用。

公署在調查中還發現，理工學院有些開考通告列明投考人必須在期限屆滿前遞交相關文件，否則會被淘汰，但有投考人在期限屆滿後遞交文件仍獲接納；有些開考通告列明具備電單車駕駛執照的人士獲優先聘用，但其後典試委員會決定只有具備125cc或以上電單車執照的人士才獲優先聘用。

理工學院解釋，第一種情況是由於開考有20人報名，當中僅有7人在期限前送交所有文件，考慮到投考人學歷偏低，未必留意通告內關於時限的規定，所以典試委員會容許其餘13人補交文件；第二種情況是由於事後發現理工學院配備的電單車全部是125cc，所以典試委員會決定持有125cc或以上電單車執照的人士方可優先聘用。

公署認為，理工學院的典試委員會不能在招聘程序中隨意更改開考通告中已經列明的規則或標準，這種做法不僅違反“合法性原則”，而且容易令人產生“度身定造”的質疑。理工學院表示接納公署的意見，並承諾採取適當措施糾正有關狀況，避免同類事件再次發生。

個案七

公署收到投訴，投訴人稱已獲甄選購經濟房屋，但由於未能趕及在房屋局訂定的期限屆滿前補交文件，從而被展開取消購買經屋的程序，認為局方的做法有違法和不當之嫌，要求公署介入調查。

經公署調查，投訴人於2016年8月2日收到已獲甄選購經濟房屋的通知，並在10月5日收到房屋局於9月28日簽署的公函，要求其在公函簽署翌日起計15日內補交若干收入和資產證明文件。投訴人因準備證明文件需時，故致電房屋局要求延遲提交，但得

saibam atempadamente se foram admitidos ou não às provas ou os motivos da sua eliminação. Isto significa não só uma economia dos recursos humanos quando comparado com a forma de notificação individual por escrito, mas pode também evitar efectivamente que surjam dúvidas sobre a possibilidade de os trabalhos terem lugar «à porta fechada». Para além disso, citando o «indeferimento tácito» do Código do Procedimento Administrativo como fundamento para não informar os excluídos é uma errada interpretação e aplicação deste mecanismo jurídico.

No decorrer da investigação efectuada pelo CCAC, verificou-se também que foi indicado em alguns avisos de abertura de concurso do IPM que os respectivos documentos devem ser apresentados dentro do prazo, sob pena de o candidato ser excluído. Todavia, foram admitidos candidatos que tinham apresentado os referidos documentos fora do prazo. Para além disso, foi indicado em alguns avisos de abertura do concurso que seria dada prioridade de emprego aos titulares de carta de condução de motociclo. No entanto, o júri decidiu posteriormente que seria dada prioridade de emprego só aos titulares de carta de condução de motociclo de 125cc ou superior.

Segundo o esclarecimento dado pelo IPM, na primeira situação, entre os 20 candidatos do concurso só 7 pessoas entregaram todos os documentos dentro do prazo. Considerando que os candidatos possuíam relativamente poucas habilitações académicas, era provável que não tivessem prestado atenção à disposição relativa àquele prazo. Por isso, o júri permitiu a entrega posterior dos documentos em falta pelos restantes 13 candidatos. Na segunda situação, tendo em conta que foi verificado posteriormente que todos os motociclos que o IPM dispunha eram de 125cc, o júri decidiu que seria dada prioridade de emprego só aos titulares da carta de condução de motociclo de 125cc ou superior.

O CCAC considera que o júri do IPM não pode mudar as regras ou critérios que foram indicados nos avisos de abertura do concurso. Esta prática não viola só o princípio da legalidade, mas pode também gerar facilmente dúvidas de que as decisões são «feitas por medida». O IPM afirmou aceitar as opiniões do CCAC e prometeu tomar medidas adequadas para corrigir as referidas situações, no sentido de evitar a ocorrência de casos semelhantes.

Caso 7

Foi apresentada junto do CCAC uma queixa, por parte de um queixoso que afirmou ter sido seleccionado para a compra de habitação económica. No entanto, como o queixoso não conseguiu apresentar os documentos em falta dentro do prazo fixado pelo Instituto de Habitação (IH), um processo de exclusão do concurso de habitação económica foi instaurado contra o queixoso. Julgando que a prática do IH era ilegal e irregular, o queixoso solicitou por isso a intervenção do CCAC.

Na sequência da investigação efectuada pelo CCAC, apurou-se que o queixoso foi informado, em 2 de Agosto de 2016, que tinha sido seleccionado para a compra de habitação económica e recebeu, em 5 de Outubro, um ofício do IH, assinado em 28 de Setembro, solicitando-lhe a entrega de alguns documentos comprovativos do rendimento e património no prazo de quinze dias, a contar do dia imediato ao da assinatura do ofício. Tendo

到回覆稱必須在10月13日前提交。雖然投訴人最終提交了有關的證明文件，但因超過了15天的期限，房屋局於2016年11月21日致函投訴人，表示將展開取消其購買經屋資格的程序。

在調查中房屋局表示，由於申請人可能對補交文件的期限理解不一，所以規定須自簽署公函翌日起計15日內補交文件。但是公署認為，既然《經濟房屋法》未對如何計算補交文件的期限作出規定，就應補充適用《行政程序法典》有關通知的一般規定，即自申請人收到通知或實際知悉有關通知的翌日起開始計算，而不是自簽署公函翌日起計算。

如果補交文件的期限自房屋局簽署公函翌日起計算，由於不同申請人實際收到郵件的時間並不相同，因此補交文件的期限便會變得長短不一，對於遲收到公函的申請人便不公平。此外，雖然房屋局規定補交文件的期限是15天，但當中要扣除公函在郵寄過程中所耗費的時間，因此申請人準備並遞交文件的時間實際上少於15天。

經公署介入後，房屋局表示接受公署的意見，往後會以雙掛號方式發函，並以收到公函的翌日開始計算補交文件的期限，但是對於之前185宗因超過期限而可能取消購買經屋資格的類似個案，房屋局表示如申請人提出抗辯會接納有關解釋，否則便會繼續取消購買經屋資格的程序。

公署認為，房屋局在已知之前的做法違反法律的情況下，不主動糾正錯誤及作出補救，而是當申請人提出抗辯時才加以處理，這會嚴重損害相關經屋申請人的合法權益，經過公署多次溝通，房屋局最後決定讓投訴人及其他類似個案申請人補交文件，並保留其購買經屋的資格。

em conta que era necessário demorar algum tempo para a preparação dos documentos comprovativos, o queixoso telefonou para o IH, solicitando um adiamento na entrega dos documentos. No entanto, a resposta recebida foi a de que os documentos deviam ser entregues até 13 de Outubro. Apesar de o queixoso ter apresentado os documentos comprovativos mais tarde, tendo em conta que a entrega já foi fora do prazo de quinze dias, o IH endereçou um ofício ao queixoso, informando-lhe que seria iniciado o procedimento de exclusão do queixoso do concurso para a compra de habitação económica.

No decorrer da investigação, o IH afirmou que, tendo em conta que o candidato podia ter um entendimento diferente sobre o prazo da entrega dos documentos em falta, foi fixado um prazo de quinze dias, a contar do dia imediato ao da assinatura do ofício, para a entrega dos documentos em falta. No entanto, no entender do CCAC, considerando que a «Lei de habitação económica» não prevê como deve ser contado o prazo para a entrega dos documentos em falta, deve ser subsidiariamente aplicável as disposições gerais do Código do Procedimento Administrativo sobre as notificações, ou seja, deve-se iniciar a contagem a partir do dia imediato ao do recebimento da notificação ou do conhecimento da referida notificação, e não a partir do dia imediato ao da assinatura do ofício.

Caso o prazo da entrega dos documentos em falta seja contado a partir do dia imediato ao da assinatura do ofício por parte do IH, tendo em conta que diferentes candidatos podem receber os ofícios em tempos diferentes, na realidade, os prazos para a entrega dos documentos em falta vão ser diferentes também, representando assim uma injustiça para o candidato que receba o ofício mais tarde. Para além disso, apesar de o IH ter fixado o prazo de 15 dias para a entrega dos documentos em falta, é necessário descontar também o tempo do correio. Assim sendo, o tempo que o candidato tem para preparar e entregar os documentos é, de facto, inferior a quinze dias.

Após intervenção do CCAC, o IH afirmou aceitar a opinião do CCAC e que no futuro, os ofícios serão remetidos por meio de carta registada com aviso de receção e o prazo para a entrega dos documentos em faltas será contado a partir do dia imediato ao da receção do ofício. Todavia, relativamente aos outros 185 casos semelhantes a este em que era possível os candidatos serem excluídos do concurso por terem entregado os documentos fora do prazo, o IH referiu que se for deduzida uma exceção por parte desses candidatos, os fundamentos seriam aceites, caso contrário, prosseguiriam os procedimentos relativos à exclusão do queixoso do concurso para a compra de habitação económica.

O CCAC considera que, o IH, mesmo estando ciente de que as suas práticas anteriores tinham violado a lei, não tomou a iniciativa de corrigir os erros cometidos, eliminando assim a causa dessa violação, e só tratou daqueles casos quando a exceção foi deduzida pelos candidatos. Este acto afecta gravemente os legítimos direitos e interesses daqueles candidatos à compra de habitação económica. Após várias comunicações feitas pelo CCAC, o IH decidiu, no fim, permitir, ao queixoso e aos outros candidatos que se encontravam em situações semelhantes, a entrega dos documentos em falta, mantendo-se a sua habilitação como possível adquirente de habitação económica.

個案八

公署自2016年起陸續收到多宗投訴，投訴人表示收到停車場管理公司的通知，指他們的公共停車場月票屬於超額月票和將被停用，質疑交通事務局未有履行監督職責，任由管理公司自行決定哪些月票屬於超額，要求公署介入調查。

按照《公共泊車服務規章》的規定，公共停車場的月票分為留用車位月票和非留用車位月票兩種，交通事務局可根據公共停車場的容量訂定發出月票的數量，並在公共停車場使用及營運規章內加以列明。但經公署調查發現，有相當數量的管理公司並沒有遵守公共停車場使用及營運規章的限額規定而超額售賣月票。根據交通事務局提供的資料，截至2015年11月，共有12個公共停車場超額售賣私家車月票416張及電單車月票20張。

根據《公共泊車服務規章》的規定，管理公司應按照登記輪候的先後次序發售月票。但是在公署的調查中，存在超額售賣月票問題的管理公司聲稱未保存有關輪候月票的登記資料，而交通事務局也未按照經營合同的規定，要求管理公司須定期提交月票使用者和輪候者的姓名、車牌號碼及聯絡電話等資料。

由於目前位於鬧市區的公共停車場的月票“有價有市”，而交通事務局對於管理公司超額售賣月票的情況缺乏監管、聽之任之，從而為某些人創造了不法謀利的空間，公署在調查中發現，至少有四間公共停車場管理公司的股東涉嫌濫用權力，以插隊方式為親友租用月票車位，導致按正常程序申請輪候月票市民的權益受損，涉嫌刑事犯罪。

在超額月票問題被揭發後，交通事務局對違規的管理公司展開科罰程序，並要求於指定期限前取消所有超額售賣的月票。

Caso 8

O CCAC recebeu, desde 2016, sucessivamente várias queixas, nas quais os queixosos afirmaram ter recebido notificações de empresas de gestão dos auto-silos, informando-os que os seus passes mensais dos auto-silos públicos tinham sido emitidos em excesso e que por isso iriam ser desactivados. Suspeitando que a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) não tinha cumprido a sua função de fiscalização e deixado as empresas de gestão decidir arbitrariamente quais eram os passes mensais emitidos em excesso, os queixosos solicitaram a intervenção do CCAC.

Nos termos do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, os passes mensais dos auto-silos públicos dividem-se em dois tipos: passe mensal com direito a lugar reservado e passe mensal sem direito a lugar reservado. A DSAT pode decidir a quantidade de passes mensais a emitir de acordo com a capacidade dos auto-silos públicos, e essa decisão deve constar do regulamento de utilização e exploração dos auto-silos públicos. No entanto, na sequência da investigação levada a cabo pelo CCAC, verificou-se que um grande número das empresas de gestão não respeitou os contingentes previstos nos regulamentos de utilização e exploração dos auto-silos públicos e foram vendidos passes mensais em maior número do que o permitido. Segundo as informações disponibilizadas pela DSAT, até Novembro de 2015, verificou-se que 12 auto-silos públicos venderam passes mensais dos auto-silos públicos em excesso, concretamente um total de 416 passes mensais para automóveis e 20 passes mensais para motociclos.

Nos termos do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, as empresas de gestão devem vender os passes mensais segundo a ordem de inscrição. Todavia, no decorrer da investigação do CCAC, as empresas de gestão em que se verificou o problema de venda de passes mensais em excesso alegou que não foram guardados os registos sobre a ordem de espera para aquisição de passes mensais. A DSAT, por sua vez, não exigiu também às empresas de gestão a apresentação periódica de informações tais como nome, número de matrícula de veículo e número de telefone de contacto dos utilizadores e das pessoas que ainda se encontram em lista de espera.

Tendo em conta que os passes mensais dos auto-silos públicos que se situam nas zonas mais movimentadas são de grande procura e têm preços relativamente altos, regista-se uma falta de fiscalização por parte da DSAT no que diz respeito à situação de venda de passes mensais em excesso, criou-se assim um espaço que deixa às empresas de gestão a possibilidade de «fazer o que quiserem». Assim sendo, foi criado um espaço de oportunidade para algumas pessoas poderem obter vantagens ilícitas. Foi verificado na investigação efectuada pelo CCAC que houve sócios de, pelo menos, 4 empresas de gestão que teriam abusado do seu poder, ajudando os seus familiares e amigos a obter passes mensais dos auto-silos, em desrespeito pela lista de espera. Assim sendo, os direitos e interesses dos cidadãos que solicitam a compra de passes mensais nos termos dos procedimentos normais são prejudicados, em consequência da prática alegada das referidas infracções criminais.

Após a revelação da questão de emissão de passes mensais em excesso, a DSAT procedeu à instauração dos procedimentos sancionatórios contra as empresas de gestão infractoras,

由於該局過去並未要求管理公司提交購買月票的登記資料，也未有督促管理公司妥善保存相關資料，最後只能由管理公司依照月票購買日期的先後次序判斷哪些月票屬於超額。對於公署所指出的問題，交通事務局回覆表示已在機制和設備等方面採取改善措施，加強監察力度。

四、統計

公署於2017年共收到719宗行政申訴個案，具體情況統計如下：

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 內部管理	72	208
▷ 人員聘用	55	
▷ 紀律問題	46	
▷ 人員權益	35	
市政		
▷ 環境衛生	5	30
▷ 小販/市販	5	
▷ 行政准照	5	
▷ 動物保護	4	
▷ 公共設施	3	
▷ 占用公地	2	
▷ 其他	6	
土地工務		
▷ 違法工程	20	43
▷ 工程准照及驗收	8	
▷ 物業使用監管	6	
▷ 土地批給	6	
▷ 其他	3	
交通事務		
▷ 車輛/駕照	12	27
▷ 交通規劃	9	
▷ 公共運輸	6	

exigindo-lhes o cancelamento de todos os passes mensais que foram vendidos em excesso dentro de um determinado prazo. Como a DSAT nunca exigiu às empresas de gestão a apresentação dos dados registados relativos à solicitação de compra de passes mensais, nem lhes exigiu a guardadas informações pertinentes, assim, só foi possível deixar as empresas de gestão determinar, segundo a ordem das datas de compra de passes mensais, quais eram os passes mensais emitidos em excesso. Relativamente às questões levantadas pelo CCAC, a DSAT respondeu que foram tomadas medidas de aperfeiçoamento no que diz respeito ao mecanismo de controlo dos passes mensais e aos equipamentos, no sentido de reforçar a respectiva fiscalização.

IV. Estatística

Em 2017, os casos da área da provedoria de justiça recebidos pelo CCAC totalizaram os 719. Apresentam-se de seguida os dados estatísticos:

Assunto	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Gestão interna	72	208
▷ Recrutamento de pessoal	55	
▷ Problemas de natureza disciplinar	46	
▷ Direitos dos trabalhadores	35	
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	5	30
▷ Vendilhões	5	
▷ Licenças administrativas	5	
▷ Protecção dos animais	4	
▷ Instalações públicas	3	
▷ Ocupação de espaço público	2	
▷ Outros	6	
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	20	43
▷ Licenciamento e recepção de obras	8	
▷ Fiscalização da utilização de prédios urbanos	6	
▷ Concessão de terrenos	6	
▷ Outros	3	
Assuntos de tráfego		
▷ Veículos/Cartas de condução	12	27
▷ Planeamento de tráfego	9	
▷ Transportes públicos	6	

涉及的事宜	數目	
勞工事務		
▷ 外僱	10	16
▷ 勞資糾紛	4	
▷ 非法工作	2	
公務採購		15
氣象預報		72
經屋/社屋		60
紀律部隊的管理及執法		47
醫療衛生		37
政府資助		20
大廈管理		13
教育		10
社會援助/保障		7
個人私隱		7
旅遊文化		7
噪音		7
體育		6
身份證明		3
郵政服務		3
稅務		3
消費權益		2
公共事業監管		2
環境保護		2
樓宇滲漏		2
金融監管		2
博彩監管		2
資訊提供		2
其他程序失當		28
非公署權限		
▷ 刑事範疇	14	36
▷ 司法範疇	7	
▷ 私法問題/私人糾紛	15	
總數		719

Assunto	N.º de casos	
Assuntos laborais		
▷ Trabalhador não residente	10	16
▷ Conflitos laborais	4	
▷ Trabalho ilegal	2	
Aquisição de bens e serviços		15
Previsão meteorológica		72
Habitação económica/social		60
Gestão dos corpos disciplinares e execução da lei pelos mesmos		47
Cuidados de saúde		37
Subsídios do Governo		20
Administração predial		13
Educação		10
Assistência/segurança social		7
Privacidade pessoal		7
Turismo e cultura		7
Poluição sonora		7
Desportos		6
Documentos de identificação		3
Serviço postal		3
Assuntos fiscais		3
Direitos do consumidor		2
Fiscalização de serviços públicos		2
Protecção Ambiental		2
Infiltração de águas em edifícios		2
Supervisão financeira		2
Supervisão do sector do jogo		2
Prestação de informações		2
Outros procedimentos irregulares		28
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	14	36
▷ Matéria judicial	7	
▷ Questões de direito privado/ Conflitos particulares	15	
Total		719

公署於2017年共收到637宗求助諮詢個案，具體情況統計如下：

Em 2017, os pedidos de consulta recebidos pelo CCAC totalizaram os 637. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 紀律問題	46	136
▷ 內部管理	37	
▷ 人員權益	33	
▷ 人員聘用	14	
▷ 公職義務	6	
廉潔操守指引		17
紀律部隊的管理及執法		46
市政		
▷ 環境衛生	12	31
▷ 行政准照	9	
▷ 占用公地	5	
▷ 其他	5	
勞工事務		
▷ 勞資糾紛	15	19
▷ 非法工作	3	
▷ 外僱	1	
公務採購		9
土地工務		
▷ 違法工程	23	34
▷ 土地批給	5	
▷ 工程准照	3	
▷ 公共工程	2	
▷ 其他	1	
交通事務		
▷ 公交/車位	23	46
▷ 車輛/駕照	20	
▷ 交通規劃	3	

Assunto	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Problemas de natureza disciplinar	46	136
▷ Gestão interna	37	
▷ Direitos dos trabalhadores	33	
▷ Recrutamento de pessoal	14	
▷ Deveres da função pública	6	
Código de integridade		17
Gestão dos corpos disciplinares e execução da lei pelos mesmos		46
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	12	31
▷ Licenças administrativas	9	
▷ Ocupação de espaços públicos	5	
▷ Outros	5	
Assuntos laborais		
▷ Conflitos laborais	15	19
▷ Trabalho ilegal	3	
▷ Trabalhador não residente	1	
Aquisição de bens e serviços		9
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	23	34
▷ Concessão de terrenos	5	
▷ Licenciamento de obras	3	
▷ Obras públicas	2	
▷ Outros	1	
Assuntos de tráfego		
▷ Transportes públicos/ Lugares de estacionamento	23	46
▷ Veículos/Cartas de condução	20	
▷ Planeamento de tráfego	3	

涉及的事宜	數目	
經屋/社屋		39
政府資助		16
醫療衛生		15
教育		11
稅務		10
樓宇滲漏		9
氣象預報		8
大廈管理		7
公證登記		7
身份證明		6
消費權益		4
噪音		4
居留權		3
社會援助/保障		3
公共事業監管		3
防火安全		3
旅遊文化		3
資訊提供		3
個人私隱		2
博彩監管		2
司法援助		2
公署權限及職能/法例諮詢		19
其他程序失當		15
非公署權限		
▷ 刑事範疇	38	105
▷ 司法範疇	23	
▷ 私法問題/私人糾紛	44	
總數		637

Assunto	N.º de casos	
Habitação económica/social		39
Subsídios do Governo		16
Cuidados de saúde		15
Educação		11
Assuntos fiscais		10
Infiltração de águas em edifícios		9
Previsão meteorológica		8
Administração predial		7
Registo e notariado		7
Documentos de identificação		6
Direitos do consumidor		4
Poluição sonora		4
Direito à residência		3
Assistência/segurança social		3
Fiscalização de serviços públicos		3
Segurança contra incêndios		3
Turismo e cultura		3
Prestação de informações		3
Privacidade pessoal		2
Supervisão do sector do jogo		2
Apoio judiciário		2
Competências e funções do CCAC/ Legislação		19
Outros procedimentos irregulares		15
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	38	105
▷ Matéria judicial	23	
▷ Questões de direito privado/ Conflitos particulares	44	
Total		637

第五部分 宣傳教育

2017年，公署在進行第六屆立法會選舉的廉潔選舉宣傳推廣的同時，繼續透過多元化方式，點面兼顧向社會各階層開展廉潔教育工作。

一、公私營機構防貪教育

2017年，公署舉行不同類型的講座及座談會379場，共17,008人次參加，主要對象為公務人員、商業機構僱員、普羅市民、青少年及中、小學生。統計數字詳見下表：

2017年各類講座及座談會統計總表

主題	對象	場數	人數
廉潔奉公、持廉守正、公務採購、財產申報	公務人員	100	3,984
《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會	私人機構、公共部門、教育機構	57	2,119
廉潔意識	社團、教育機構、政府部門	12	391
誠信教育	青少年學生	195	8,445
廉潔選舉	市民、社團、候選組別	15	2,069
總計		379	17,008

Estatística das palestras e colóquios realizados em 2017

Tema	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Integridade e dedicação ao público/ Carácter nobre, conduta íntegra/ Aquisição de bens e serviços/ Declaração de bens patrimoniais e interesses	Funcionários públicos	100	3.984
Colóquio sobre Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado	Entidades privadas, serviços públicos e estabelecimentos de ensino	57	2.119
Consciência da integridade	Associações, estabelecimentos de ensino e serviços públicos	12	391
Educação para a honestidade	Jovens estudantes	195	8.445
Eleições Limpas	Cidadãos, associações e listas de candidatura	15	2.069
Total		379	17.008

SECÇÃO V ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Em 2017, a par da realização do trabalho de divulgação da ideia de eleições limpas relativamente às Eleições para a 6.^a Assembleia Legislativa, o CCAC continuou a realizar acções de sensibilização sobre a integridade junto dos diferentes níveis da sociedade com recurso a meios diversificados.

I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado

Em 2017, foram organizados, pelo CCAC, 379 palestras e colóquios de vários tipos, contando com a participação de 17.008 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores da função pública, empregados de sociedades comerciais e a população em geral, incluindo jovens e estudantes do ensino primário e secundário. Apresenta-se seguidamente a respectiva estatística.

(一) 公務員廉潔講座

為鞏固公共部門的誠信文化和公職人員的廉潔意識，公署繼續為公務員和公共部門舉辦“廉潔奉公”、“持廉守正”、“公務採購”和“財產申報”等不同主題的倡廉講座，2017年為21個部門共3,984名公務員舉辦了100場講座。

(二) 私營機構廉潔講座

公署持續為民間社團、私人機構及教育機構舉辦《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會，介紹法律條文，並按不同界別人士、機構設計個案內容。2017年，公署為銀行職員、酒店員工、中小企業和受資助機構人員舉辦座談會57場，參加人數有2,119人次。

二、青少年廉潔教育

廉署持續與教育界及青少年團體合作，攜手宣揚廉潔與誠信文化，透過多元化方式向青少年、中小學生宣傳正確的道德價值觀。

2017年各項青少年講座、活動參加人數統計總表

項目	場數	人數
青少年誠信教育計劃	43	2,775
畢業生誠信必修課	15	1,120
廉潔新一代	121	3,994
六·一兒童節專場	16	556
合計	195	8,445

(一) 中學生講座

1. 青少年誠信教育計劃

“青少年誠信教育計劃”由公署派員向中學生講解與誠信有關的主題，並藉個案短片、生活例子及社會時事等引導中學生

(1) Palestras sobre a integridade destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos

Para consolidar a cultura para a honestidade nos serviços públicos e a consciência da integridade dos trabalhadores dos serviços públicos, o CCAC continuou a organizar palestras dirigidas aos trabalhadores dos serviços públicos, tendo sido realizadas, em 2017, 100 sessões com a participação de 3.984 trabalhadores provenientes de 21 serviços públicos. Os temas das palestras incluíram, nomeadamente, a integridade e dedicação ao público, o carácter nobre, conduta íntegra, a aquisição de bens e serviços e a declaração de bens patrimoniais e interesses.

(2) Colóquios sobre a integridade destinados ao sector privado

O CCAC prosseguiu na organização de colóquios relativos à Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, destinados a associações, entidades privadas e estabelecimentos de ensino, no intuito de divulgação do conteúdo da referida lei. Em função dos sectores a que pertenciam os participantes e as instituições, o CCAC preparou temáticas diferentes para os colóquios. Em 2017, foram organizados um total de 57 colóquios, contando com a participação de 2.119 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores de bancos, de hotéis, de pequenas e médias empresas e de entidades beneficiárias de subsídios governamentais.

II. Educação para a integridade da juventude

O CCAC tem vindo a colaborar com o sector da educação e as associações juvenis na divulgação conjunta da cultura para a integridade e a honestidade, pretendendo guiar os jovens e os estudantes do ensino primário e secundário, através de meios diversificados, na formação de valores morais correctos.

Estatística das palestras e actividades realizadas em 2017 para os jovens

Actividade	N.º de sessões	N.º de participantes
Programa de Educação para a Honestidade da Juventude	43	2.775
Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas	15	1.120
Nova Geração Íntegra	121	3.994
Actividade exclusiva para o Dia das Crianças	16	556
Total	195	8.445

(1) Palestras destinadas aos estudantes do ensino secundário

1. Programa de Educação para a Honestidade da Juventude

O CCAC enviou o seu pessoal às escolas para realizar este programa, divulgando junto dos alunos do ensino secundário o tema relativo à honestidade, estimulando os alunos a discutirem e reflectirem sobre a importância de uma conduta honesta,

討論和思考誠信操守的重要性。2017年，共13間學校參與“青少年誠信教育計劃”，舉辦講座共43場，參加學生人數達2,775名。

2. 中學“畢業生誠信必修課”專題講座

公署在“畢業生誠信必修課”專題講座中，向應屆中學畢業生講解澳門現行的反貪法律及防貪知識。2017年共有7間學校參加講座，舉辦場次共15場，參與學生人數為1,120名。

(二) 廉潔周

2017年，公署分別與澳門工聯職業技術中學、澳門坊眾學校、雷鳴道主教紀念學校、澳門聖若瑟中學第六校和新華學校共5間學校合辦“廉潔周”活動。

其中，澳門工聯職業技術中學在不同級別分別舉辦了以“廉潔選舉”為主題的短文寫作比賽、口號創作比賽、周記寫作活動和讀後感寫作活動；澳門坊眾學校則以“誠信”為主題在全校各班級舉行壁報設計創作；雷鳴道主教紀念學校舉辦了漫畫創作和網頁設計活動。公署人員到學校進行專題講座、在校園內擺放展板、並進行問答遊戲。

(三) “廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”

2017年，“廉潔新一代 — 小學生誠信教育計劃”共舉辦了121場次，有來自21間學校的3,994名學生參與。該計劃由公署黑沙環社區辦事處負責推行，在附設於該社區辦事處的“廉潔樂園”開展小學生誠信教育活動，對象為小三至小六學生，透過布偶劇、電腦動畫及短片等教學方式，向小朋友們傳遞誠實和守法信息。

(四) “威廉陪你過兒童節”特備活動

2017年的“六一兒童節”，廉署繼續入校為小一至小三學生安排“威廉陪你過兒童節”活動，與學生們探討誠信議題，2017年共舉辦了16場，共有來自5間學校共556名學生參與。

recorrendo à divulgação de vídeos de casos reais e à apresentação de exemplos quotidianos e notícias. Em 2017, 13 escolas participaram neste programa, tendo sido realizadas 43 palestras com a participação de 2.775 estudantes.

2. Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas

O CCAC divulgou, junto dos alunos finalistas do ensino secundário, a legislação actualmente em vigor em Macau sobre o combate à corrupção e transmitiu conhecimentos relativamente à prevenção da corrupção, através da realização de palestras subordinadas ao tema da «Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas». Em 2017, foram realizadas 15 palestras em 7 escolas com a participação de 1.120 estudantes.

(2) Semana da Integridade

Em 2017, o CCAC organizou a «Semana da Integridade» em colaboração com 5 escolas do ensino secundário, concretamente a Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau, a Escola dos Moradores de Macau, a Escola Dom Luís Versíglia, o Colégio Diocesano de São José (6) e a Escola Xin Hua.

A Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau organizou, respectivamente, concursos de prosas curtas, concursos para concepção de um *slogan*, actividades relativas aos «escritos semanais dos alunos» e aos seus comentários a textos, subordinados ao tema das «Eleições Limpas» destinados a alunos dos diferentes níveis de ensino; a Escola dos Moradores de Macau organizou actividades relativas a *design* e decoração de jornais murais sob o tema de «honestidade» destinadas a todas as turmas daquela escola, e a Escola Dom Luís Versíglia realizou actividades de banda desenhada e de *design* de páginas electrónicas. A par das referidas actividades, o pessoal do CCAC deslocou-se às escolas para realizar palestras, instalar painéis informativos e realizar os jogos de perguntas e respostas.

(3) «Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — Nova Geração Íntegra»

Em 2017, foram realizadas 121 sessões do «Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — Nova Geração Íntegra» nas 21 escolas primárias com a participação de 3.994 estudantes. O referido programa é promovido pela delegação do CCAC na Areia Preta, sendo a educação para a honestidade dos estudantes do ensino primário realizada no espaço «Paraíso da Integridade» da referida delegação, e destinado aos alunos do 3.º ao 6.º ano das escolas primárias. No âmbito do programa, foram transmitidos aos estudantes valores sobre honestidade e cumprimento da lei recorrendo a diversos meios educativos, nomeadamente ao teatro de marionetas, à animação informática e a vídeos.

(4) Actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme»

Em 2017, por ocasião do Dia das Crianças, o pessoal do CCAC continuou a deslocar-se a várias escolas para organizar a actividade denominada «Dia das Crianças com o Urso Mensageiro Guilherme» destinada aos alunos do 1.º ao 3.º ano das escolas primárias, discutindo as questões da honestidade com os mesmos. Em 2017, foram realizadas 16 sessões com a participação de 556 estudantes de 5 escolas primárias.

三、社區推廣工作

(一) 社區辦事處接收的投訴、舉報及諮詢

黑沙環及氹仔社區辦事處在2017年接獲投訴/舉報、求助諮詢及簡單查詢合共780宗，較2016年的752宗增加了28宗。資料詳見下表：

2017年兩社區辦事處接待市民統計表

投訴 / 舉報		求助諮詢	簡單查詢	
親身	書面投訴		親身	電話
47	27	161	345	200
小計：74宗		小計：706宗		
總計：780宗				

(二) 拓展社區關係

1. 參與社區活動

公署分別於2017年5月及11月，參與由澳門工會聯合總會承辦的“2017年六一國際兒童節園遊會”，以及“第48屆澳門明愛慈善園遊會”，設置攤位遊戲向市民宣揚廉潔守法的意識。

2. 社區廉潔教育

2017年，5個社團及1間學校組織了約200名市民到訪黑沙環社區辦事處，透過講座及參觀辦事處設施，加深他們對廉政公署職能的認識。

3. 媒體宣傳

公署持續透過不同方式，包括在各類平面及電子媒體登廣告及設置專欄，宣傳投訴舉報渠道及廉潔資訊，鼓勵市民舉報貪污。

(三) 廉潔義工隊

2017年，廉潔義工隊協助公署進行廉潔選舉宣傳短片的拍攝工作、在北區100座屋苑及街道海報板張貼宣傳海報；參與“2017六一國際兒童節園遊會”、“第48屆澳門明愛慈善園遊會”及2017澳門公益金百萬行等，發揮自身力量，宣揚廉潔信息。

III. Acções de promoção comunitária

(1) Queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas delegações do CCAC

Em 2017, o número de queixas e denúncias e de pedidos de consulta e de informação, recebidos nas delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa, totalizou os 780. Em comparação com os 752 casos do ano 2016, registou-se um aumento de 28 casos. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

Estatística relativa ao atendimento ao público nas duas delegações do CCAC em 2017

Queixas/Denúncias		Pedidos de consulta	Pedidos de informação	
Pessoalmente	Por escrito		Pessoalmente	Por telefone
47	27	161	345	200
Subtotal: 74		Subtotal: 706		
Total: 780				

(2) Alargamento das relações comunitárias

1. Participação em actividades comunitárias

O CCAC participou respectivamente, em Maio e em Novembro de 2017, no «Bazar do Dia Mundial da Criança 2017» organizado pela Federação das Associações dos Operários de Macau e no «48.º Bazar de Caridade» organizado pela Cáritas de Macau, promovendo, com recurso à disponibilização de jogos em tendas, a consciência da integridade e do cumprimento da lei junto dos cidadãos.

2. Educação de integridade para a comunidade

Em 2017, 200 cidadãos de 5 associações e de uma escola visitaram a delegação do CCAC na Areia Preta. Os referidos cidadãos compreenderam a fundo as funções do CCAC através das palestras e da visita às instalações da referida delegação.

3. Acções de divulgação na comunicação social

Para encorajar os cidadãos a apresentarem denúncia de actos de corrupção, o CCAC tem vindo a divulgar os meios próprios para apresentação de queixas e denúncias e informações sobre integridade recorrendo a diversos meios, nomeadamente através da publicação de anúncios publicitários e artigos nos meios de comunicação digital e jornais.

(3) Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa

Em 2017, o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa prestou apoio ao CCAC na filmagem dos vídeos promocionais relativos às eleições limpas, na afixação dos cartazes publicitários nos quadros para o efeito em mais de 100 blocos de habitação e nas vias da zona norte, na participação no «Bazar do Dia Mundial da Criança 2017», no «48.º Bazar de Caridade» organizado pela Cáritas de Macau e na Marcha de Caridade para Um Milhão 2017. O Grupo de Voluntários tem vindo a desenvolver a sua própria força na divulgação das mensagens relativas à integridade.

第六部分 對外交流與培訓

2017年，公署持續派員出席國際及區際組織舉辦的各項會議和培訓活動，加強與鄰近省市反貪和監察機構的合作交流及工作聯繫。

一、接待來訪

2017年，公署分別接待了國務院港澳事務辦公室、外交部駐澳門特別行政區特派員公署、公安部第一研究所及物證鑒定中心、湖南省人民政府港澳事務辦公室、廣東省人民檢察院、福建省人民檢察院、中山市中級人民法院、珠海橫琴新區人民法院、香港廉政公署、台灣法務部國際及兩岸法律司，以及泰國申訴專員公署、馬來西亞反貪污委員會、新加坡貪污調查局、新加坡賭場管制局等代表團，交流和分享工作經驗，並探討相互合作的發展方向。

此外，公署亦接待了本澳不同組織及機構的來訪，聽取各界意見，共同維護公平、廉潔的社會。

二、外訪及參與區域、國際會議

2017年，公署派出代表團進行了多項外訪活動及參與國際會議，其中包括：

- 赴韓國平昌出席第十五屆亞洲申訴專員協會會員大會暨2017年平昌全球申訴專員會議，就主題“透視亞洲申訴專員的過去、現在及未來”，各國代表發表演說、分享工作經驗及制定今後的重點戰略。
- 拜訪香港廉政公署，就澳門第六屆立法會選舉的相關工作進行經驗交流。
- 赴維也納出席《聯合國反腐敗公約》的相關會議。

SECÇÃO VI INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Em 2017, o CCAC continuou a enviar pessoal para participar em várias reuniões e actividades de formação realizadas por organizações a nível internacional e regional, fortalecendo a cooperação, o intercâmbio e o contacto de trabalho com as entidades de combate à corrupção e de fiscalização das regiões adjacentes.

I. Recepção de delegações

Em 2017, foram recebidas, pelo CCAC, delegações do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, do Commissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, do Primeiro Instituto de Investigação e do Instituto de Ciência forense do Ministério da Segurança Pública, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Governo Popular da Província de Hunan, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, da Procuradoria Popular da Província de Fujian, do Tribunal Popular de Segunda Instância de Zhongshan, do Tribunal Popular do distrito novo de Hengqin de Zhuhai, da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, do Departamento de Assuntos Jurídicos Internacionais e dos Dois Lados do Estreito do Ministério da Justiça de Taiwan, do Ombudsman da Tailândia, da Comissão contra a Corrupção da Malásia, da Agência de Investigação de Práticas Corruptas de Singapura e da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura entre outras. O CCAC e as referidas delegações trocaram experiências de trabalho nestes intercâmbios, discutindo também a orientação do desenvolvimento relativamente à cooperação mútua.

Além disso, o CCAC recebeu ainda representantes de diversas organizações e instituições locais, com o objectivo de ouvir opiniões de todos os sectores, procurando a defesa conjunta de uma sociedade justa e íntegra.

II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais

Em 2017, o CCAC enviou delegações ao exterior para participar em diversos encontros e reuniões internacionais, nomeadamente:

- A PyeongChang, na Coreia do Sul, para participar na 15.ª Assembleia Geral da Associação do Ombudsman Asiático (AOA) e na Conferência Global de Ombudsman de PyeongChang 2017, tendo ali sido proferidos discursos sobre o tema «Passado, presente e perspectiva futura do Ombudsman Asiático» por parte de representantes de vários países, partilhadas experiências de trabalho, bem como se procuraram determinar estratégias futuras nesta área.
- A Hong Kong, para visita ao ICAC, tendo ali sido efectuada uma troca e partilha de experiências sobre os trabalhos relativos às Eleições para a 6.ª Assembleia Legislativa.
- A Viena, para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

- 赴浙江與浙江省紀律檢查委員會舉行工作會議，共同就反腐敗工作深入探討和交流。
- 赴瀋陽出席第二屆國際刑警論壇暨偵查學與法庭科學國際學術研討會，與與會組織及機構在學術及刑偵經驗方面加強交流。
- 赴湖南與湖南省紀律檢查委員會舉行工作會議，就實質工作項目進行討論，進一步完善彼此間的溝通渠道。
- À província de Zhejiang, para participar numa reunião de trabalho com a Comissão de Inspecção Disciplinar da Província de Zhejiang, tendo ali sido partilhadas e trocadas ideias sobre os trabalhos na área do combate à corrupção das duas partes.
- À cidade de Shenyang, para participar no 2.º Fórum da Polícia de Investigação Criminal e Conferência Internacional sobre Investigação Criminal e Ciência Forense, tendo ali tido lugar um intercâmbio, relativo à academia e às experiências na área da investigação criminal, com as organizações e instituições participantes.
- À província de Hunan, para participar numa reunião de trabalho com a Comissão de Inspecção Disciplinar da Província de Hunan, tendo ali tido lugar uma discussão sobre projectos concretos de trabalho, no sentido de aperfeiçoar os meios de comunicação entre as duas partes.

三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議

2017年6月及11月，公署應邀派員隨中國代表團出席在奧地利維也納舉行的《聯合國反腐敗公約》（下稱《公約》）履約審議工作會議。各成員國就“技術援助”、“資產追回”以及“國際合作”等相關議題發言，並就適用《公約》的成功經驗、如何克服所遇到的挑戰等進行交流。

四、人員培訓

公署於2017年9月中旬派員赴瀋陽參與中國刑事警察學院第三期澳門廉政公署調查員刑偵技術研修班，培訓內容主要集中在資產轉移、資金查控、貪腐犯罪偵查難題及對策、貪污賄賂犯罪案件偵查、預審的組織指揮、電子證據取證技術、視頻偵查技術、網絡犯罪案件偵查等相關議題，有關課程進一步提升了公署人員的偵查知識及專業能力。

III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Em Junho e em Novembro de 2017, o CCAC foi convidado a enviar pessoal para participar, juntamente com a delegação da China, nas reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (adiante designada por convenção) que tiveram lugar em Viena, Áustria. Os Estados Membros proferiram ali discursos subordinados ao tema da «Assistência técnica», da «Recuperação de activos» e da «Cooperação internacional», bem como partilharam as suas experiências na superação dos desafios enfrentados no que respeita à aplicação da Convenção.

IV. Formação dos trabalhadores

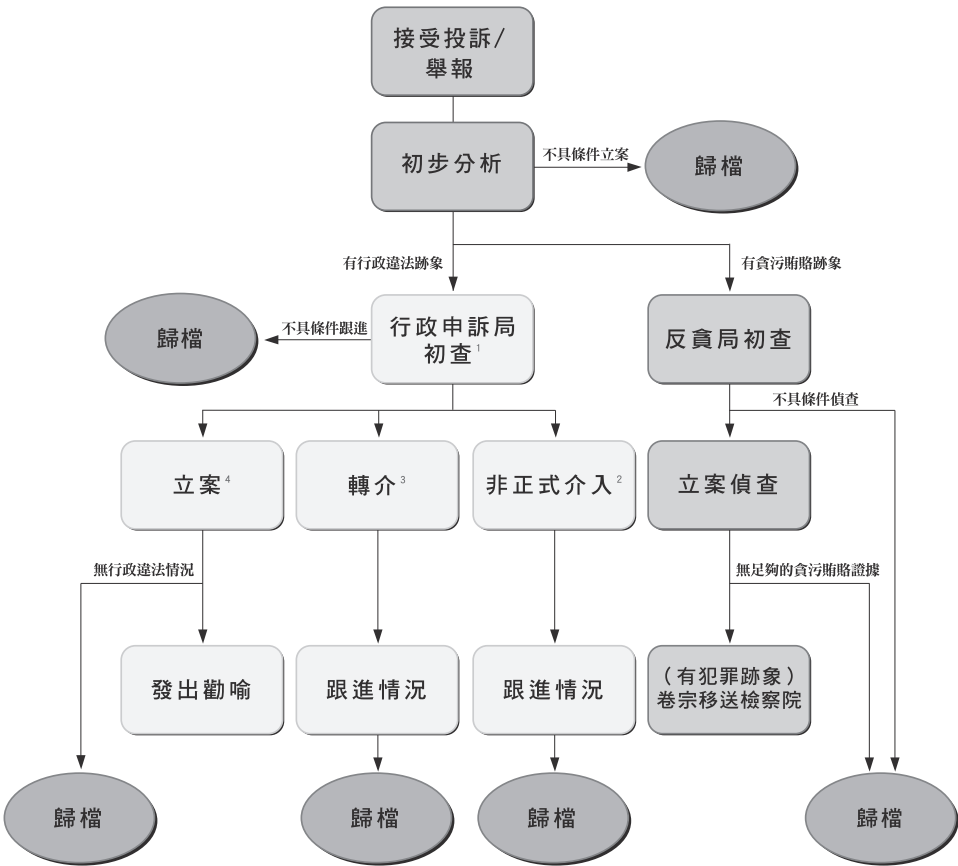
Em meados de Setembro de 2017, o CCAC enviou pessoal à cidade de Shenyang para participar no 3.º Curso de formação de técnicas de investigação criminal destinado aos investigadores do CCAC organizado pela Universidade Nacional de Polícia da China. A referida acção de formação abordou nomeadamente as seguintes temáticas: a transferência de activos, a verificação e controlo de fundos, as dificuldades e a sua resolução na investigação de crimes de corrupção, a investigação de casos relativos a crimes de corrupção, a organização e comando da instrução criminal, a tecnologia na área forense da prova digital, a tecnologia de investigação vídeo, e a investigação de crimes praticados na Internet entre outras, tendo sido optimizados exponencialmente os conhecimentos e as capacidades profissionais na área da investigação do pessoal do CCAC.

第七部分

附件

附件一

廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程圖



註：

1	行政申訴局初查	按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》及《行政程序法典》等的相關規定進行，其中必須遵守辯論原則，即確保投訴方與被投訴方皆有陳述的機會。
2	非正式介入	如有關程序未完成或有關行為仍未產生效力，廉署會以此方式引導有關部門或機構，藉此及時作出糾正。
3	轉介	因應個案的特別情況，加上原行政部門有權限及掌握相關的資料（廉署僅掌握投訴人提供的單方資料，可能不足或不詳盡），宜先由有關部門依法定程序處理，在徵得投訴人同意下，轉介到相關部門或機構處理，廉署會跟進其進展情況。
4	立案	基於問題的嚴重性和涉及面，廉署會立案調查，並根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第四條第十二項的規定，直接向行政部門發出勸喻，以糾正違法或不公正的行政行為或行政程序。根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第十二條的規定，如有關部門或機構不接納勸喻，應在15個工作天內向廉署提出有理據的答覆，而廉署在向其上級或監管實體重申立場後，還可向行政長官報告或向公眾披露。

SECÇÃO VII
ANEXOS

ANEXO I
Fluxograma sobre o processo de
tratamento de queixas e denúncias

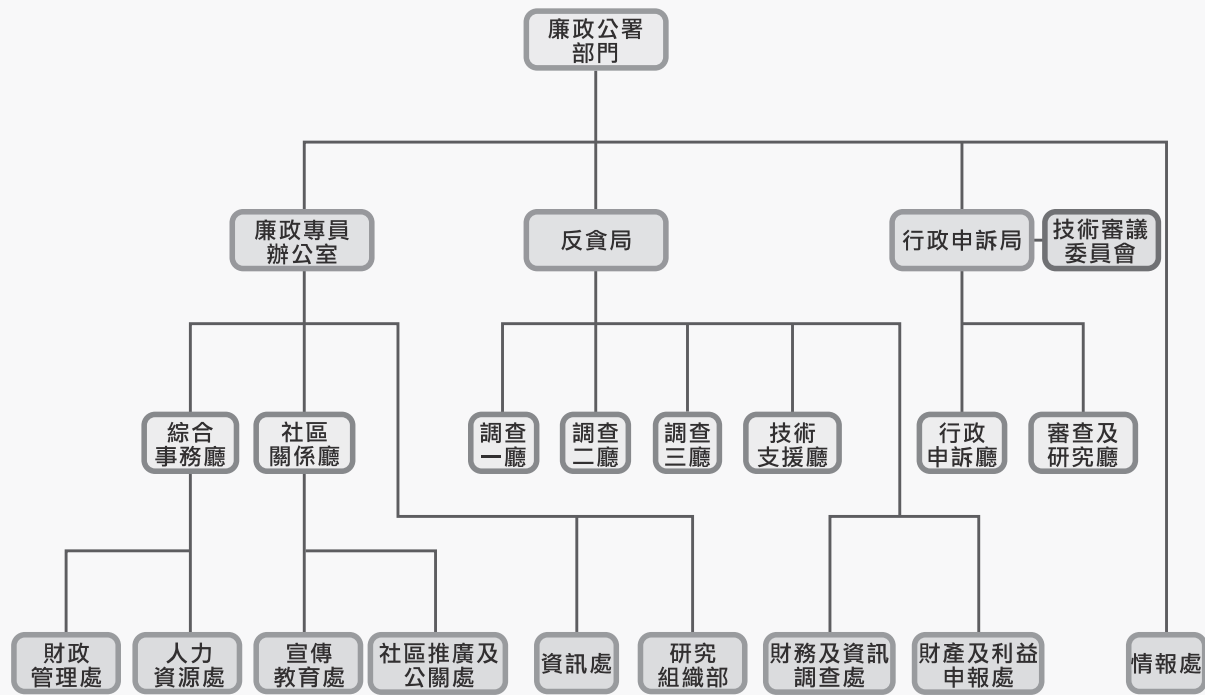


Observações:

1	Averiguação preliminar pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Aplicam-se as correspondentes disposições da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e do Código do Procedimento Administrativo, com respeito pelo princípio do contraditório, sendo assegurada a igualdade na prestação de depoimentos por parte do queixoso e da parte participada.
2	Intervenção informal	Quando um procedimento administrativo não tenha ainda sido concluído pela entidade competente ou quando determinado acto não tenha ainda produzido qualquer efeito, pode o CCAC, através desta forma de intervenção, emitir orientações com vista ao acompanhamento pelos respectivos serviços ou entidades no sentido de se resolver a questão.
3	Transferência	Em conformidade com a especificidade dos casos e quando os serviços administrativos tenham competência própria e estejam na posse de todos os dados relacionados com a questão (possuindo o CCAC apenas os dados fornecidos pelo queixoso, que podem ser insuficientes ou incompletos), e uma vez obtida concordância por parte do queixoso, deve o CCAC transferir, de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos, o caso aos respectivos serviços ou entidades competentes para o seu devido tratamento, ficando o CCAC a acompanhar o andamento do processo.
4	Instrução do processo	Tendo em conta o grau de gravidade das questões envolvidas, o CCAC pode proceder à investigação mediante instrução do processo e, nos termos da alínea 12) do artigo 4.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pode o mesmo dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, em caso de não aceitação das recomendações, o respectivo órgão deve dar uma resposta, sempre fundamentada, no prazo de quinze dias úteis, podendo ainda o CCAC expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelar da entidade nela visada, até comunicar a situação ao Chefe do Executivo ou dar conhecimento ao público.

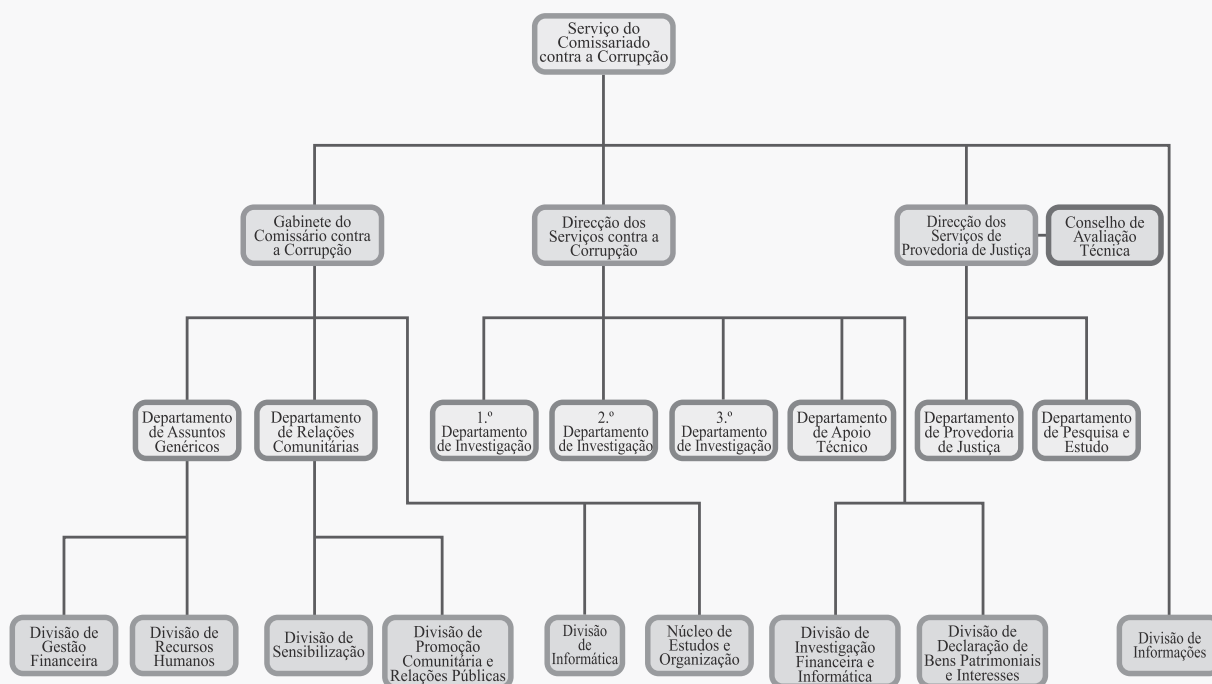
附件二

廉政公署組織架構圖



ANEXO II

Organograma do Comissariado contra a Corrupção



印務局
Imprensa Oficial

每份售價 \$68.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 68,00